



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“EM HONRA DO NOSSO TÃO DESGRAÇADO (...) E TÃO QUERIDO
BRASIL”: uma análise do pensamento de Affonso Celso além do ufanismo
(1889-1914).

VÍCTOR RIBEIRO LEIVAS DIAS FERREIRA ARMOND

BRASÍLIA

2018

VÍCTOR RIBEIRO LEIVAS DIAS FERREIRA ARMOND

“EM HONRA DO NOSSO TÃO DESGRAÇADO (...) E TÃO QUERIDO
BRASIL”: uma análise do pensamento de Affonso Celso além do ufanismo
(1889-1914)

Texto apresentado ao Programa
de Pós-Graduação em História da
Universidade de Brasília para a
defesa de dissertação de
mestrado.

Linha de Pesquisa: História
Social e suas Múltiplas Formas.

Orientadora: Profa. Dra. Neuma
Brilhante Rodrigues.

BRASÍLIA

2018

VÍCTOR RIBEIRO LEIVAS DIAS FERREIRA ARMOND

“EM HONRA DO NOSSO TÃO DESGRAÇADO (...) E TÃO QUERIDO
BRASIL”: uma análise do pensamento de Affonso Celso além do ufanismo
(1889-1914)

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade de
Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neuma Brilhante Rodrigues (PPGHIS-UnB)
(Presidente)

Prof. Dr. Marcelo Balaban (PPGHIS – UnB)

Prof. Dr. Martin Adamec (FAJS – UniCEUB)

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (PPGHIS-UnB)
(Suplente)

“Ninguém ousará profetizar o porvir num país, em que descoberta, independência, abolição mudanças de regime, - todos os sucessos notáveis de sua história – sempre se operaram de modo mais ou menos imprevisto, inapropriado e anormal.

Que novas surpresas nos reservará o destino?!

Cabem mil possibilidades no bojo inescrutável do amanhã.

Cheio de incertezas o futuro, pondera um filósofo, - porém, mais cheio ainda de esperança.” (CELSO, Affonso. 1891: LXXXVII-LXXXVIII).

Agradecimentos

No decurso de minha trajetória acadêmica fui privilegiado com o apoio, tanto emocional quanto acadêmico, de muitas pessoas. À algumas, gostaria de agradecer especial e nominalmente.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Lúcia Armond; modelo e mentora. Palavras não são capazes de expressar minha gratidão por sua paciência, dedicação e respeito com relação às minhas escolhas pessoais e profissionais. Sempre encontrei em sua figura abrigo durante as dificuldades e uma fonte constante de carinho, atenção e autoestima; bem como a melhor pessoa para ser a avó da minha pequena filha.

À minha filha, Manuela Armond, cuja vinda ao mundo fez-me enxergar a vida com outros olhos. Apesar de ainda não possuir idade para compreender, sua chegada deu novo propósito à minha existência, quando eu mais precisava. Estes seis anos ao seu lado me fizeram amadurecer e crescer. Por você espero me tornar um pai e ser humano cada vez melhor.

Sou especialmente grato à Professora Doutora Neuma Brilhante Rodrigues. Desde o início desta jornada, sua orientação mostrou-se essencial para a conclusão deste projeto. Sem o seu rigor acadêmico, profissionalismo, gentileza, persistência e paciência, este trabalho não teria sido possível. De coração: muito obrigado.

Ao longo destes últimos anos tive a honra de contar com o apoio de muitos amigos. Aos presentes e ausentes, agradeço pelos incentivos constantes e por terem escutado os meus desabafos nos momentos difíceis. Neles, tive um porto seguro.

Ao Prof. Dr. André Gustavo de Melo Araújo e aos funcionários da secretária do PPGHIS-UnB, Jorge e Rodolfo. Sempre com um sorriso no rosto mostraram-se solícitos e dispostos a ajudar quando algum problema se revelava. Por seu zelo e cordialidade, agradeço.

Por fim, agradeço à CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa, cujo financiamento tornou viável esta empreitada acadêmica.

Resumo

A presente dissertação explora uma certa lacuna existente na historiografia com relação ao pensamento e produção intelectual de Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1838). Os estudos encontrados sobre este intelectual apenas analisam uma de suas obras, *Porque me ufano de meu país* (1900) e de forma isolada de suas demais publicações ou de sua trajetória de vida. O objetivo maior deste trabalho é ir além do ufanismo proposto pelo autor para verificar qual é a proposta política contida na produção intelectual deste sujeito histórico.

A pesquisa proposta utiliza como principais fontes as obras publicadas e não ficcionais de Affonso Celso; detentoras de caráter histórico, político e crítico. Este estudo restringiu-se em analisar as obras em que o intelectual foi capaz de expressar sua visão de mundo sem a mediação artística que a obra ficcional exige para a sua plena realização. Tendo como base as fontes selecionadas, o recorte temporal deste trabalho versa sobre a produção intelectual do autor elaborada durante os anos de 1889 a 1914, com maior ênfase no contexto histórico da primeira década republicana.

Affonso Celso foi um republicano na monarquia, e um monarquista durante a República. O primeiro capítulo é dedicado às razões pessoais que o levaram a abandonar suas convicções e a defender a bandeira monarquista. Neste sentido, contamos com o apoio do referencial teórico pertinente ao estudo de escritos autobiográficos por serem as obras selecionadas marcadas pela carga emocional e subjetiva do autor.

A segunda seção conta com uma análise das principais críticas elaboradas pelo intelectual estudado à República brasileira. Um diálogo com a historiografia pertinente foi realizado com o intuito de melhor contextualizar o pensamento do autor nas principais correntes republicanas das décadas anteriores à Proclamação de 1889, bem como nos primeiros anos da década de 1890.

O terceiro capítulo é dedicado ao pensamento ufanista de Affonso Celso. Através de três eixos temáticos - natureza, povo e história - seu discurso ufanista é dissecado; de forma a identificar suas principais ideias, influências, o contexto histórico em que foi elaborado e o inserir no conjunto de sua produção intelectual. Por fim, concluímos que o pensamento do autor é mais complexo e diverso do que costumeiramente apresentado; sendo defensor de um projeto político monarquista norteado por um discurso educador moral e cívico.

Abstract

This dissertation explores a certain gap in the historiography in respect to the thought and intellectual production of Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1838), Count Affonso Celso. The studies found about this intellectual only analyze one of his works, *Porque me ufano de meu país* (1900) and in isolation from his other publications or his life trajectory. The main objective of this work is to go beyond the ufanism proposed by the author to verify what is the political proposal contained in the intellectual production of this historical subject.

The proposed research uses as main sources the published and nonfiction compositions of Affonso Celso; holders of historical, political and critical character. This study was restricted in analyzing works in which the intellectual was able to express his world view without the artistic mediation that the fictional work demands for its full realization. Based on the selected sources, the temporal cut of this work concerns the intellectual production of the author elaborated between the years 1889 and 1914, with more emphasis on the historical context of the first republican decade.

Affonso Celso was a republican in the monarchy, and a monarchist during the Republic. The first chapter is dedicated to the personal reasons that led him to abandon his convictions and to defend the monarchist flag. In this sense, we have the support of the theoretical reference pertinent to the study of autobiographical writings because the selected works are marked by the emotional and subjective framework of the author.

The second section has an analysis of the main criticisms, elaborated by the intellectual studied, to the Brazilian Republic. A dialogue with pertinent historiography was carried out in order to better contextualize the author's thinking in the main republican currents of the decades preceding the Proclamation of 1889 as well as in the early years of the 1890s.

The third chapter is devoted to Affonso Celso's ufanistic thinking. Through three thematic axes - nature, people and history - his boastful speech is dissected; in order to identify its main ideas, influences, the historical context in which it was written and to insert it into the whole of its intellectual production. Finally, we conclude that the author's thinking is more complex and diverse than usually shown; being defender of a monarchist political project guided by a moral, civic and educator discourse.

Sumário

Considerações Iniciais	9
CAPÍTULO 1 - “O dever de acompanhar meu pai”: autobiografia e experiências pessoais como norteadoras de sentido em Affonso Celso.....	27
1.1 – A experiência do exílio: contato com D. Pedro II e aproximação da causa monarquista..	32
1.2 – O assassinato do Coronel Gentil de Castro: Canudos, a morte de Moreira Cezar e a intolerância com os monarquistas.....	37
1.3 - Affonso Celso: ator e autor de sua própria história.....	46
Capítulo 2 - “A República entre nós jamais se depurará de seus vícios originais”: origens, falhas do regime republicano e a defesa da monarquia (parlamentar) no pensamento de Affonso Celso. .	53
2.1 – As Repúblicas de cada um: as principais vertentes e utopias republicanas anteriores à Proclamação de 1889.....	54
2.2 – “Durante muito tempo foi republicano o meu ideal”: as ideias republicanas de Affonso Celso.....	65
2.3 – “O modo como foi feita a República”.	72
2.4 – “A comparação prática entre o que foi o Império e o que é a República”.	75
2.5 - “Perante a História e a filosofia não pode considerar-se a forma republicana (sobretudo a de tipo presidencial) como a que melhor consulte os interesses e garanta direitos gerais. É-lhe preferível a monarquia parlamentar.”	88
2.6 – “E que és tu hoje, infeliz Pátria, senão imensa ruína?”	92
Capítulo 3 - “Ser brasileiro significa distinção e vantagem”: a proposta ufanista de Affonso Celso.	104
3.1 – “O conjunto é sublime”: Natureza e Edenismo na proposta ufanista.	115
3.2 – “Do cruzamento das três raças – portuguesa, africana e índia – originou-se o tipo mestiço brasileiro”: formação do povo brasileiro, defesa da mestiçagem e predicados do caráter nacional.....	122
3.3 – “A nossa história não é pálida e fastidiosa”: defesa da história nacional e correlações do ufanismo com o IHGB e Von Martius.....	132
3.4 – “Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir”. O ufanismo inserido na produção intelectual de Affonso Celso.	148
Considerações Finais	158
Referências Bibliográficas	162

Considerações Iniciais

As páginas que aí vão – escrevi-as para vós, meus filhos, ao celebrar a nossa Pátria o quarto centenário do seu descobrimento. (...). Consiste a minha primordial ambição em vos dar exemplos e conselhos que vos façam úteis à vossa família, à vossa nação e à vossa espécie. (CELSO, 1901: 1)

Com estas palavras Affonso Celso iniciou seu livro *Porque me ufano de meu país*, publicado em 1900. Contando com várias edições e tendo sido adotada como leitura obrigatória nos ensinos primário e secundário durante o período da recém proclamada República Brasileira, esta obra é apontada pela historiografia nacional como responsável pela difusão de uma imagem do Brasil e seu povo pautada, principalmente, pelo edenismo e pela formação do povo brasileiro; elementos presentes ainda hoje no imaginário nacional.

Durante a década de 1990 duas pesquisas de opinião pública foram realizadas com o intuito de aferir o imaginário social do brasileiro a respeito do seu país e povo. Uma delas foi realizada no ano de 1995 pelo Instituto *Vox Populli* (VP) a pedido da revista *Veja* em âmbito nacional, tendo seus resultados sido publicados na matéria *O Brasileiro segundo ele mesmo*, assinada por Ricardo Grinbaum, na edição lançada no dia 10/01/1996. A segunda foi efetuada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER) entre 1995 e 1997, tendo como base uma amostra da população do Estado do Rio de Janeiro, publicada conjuntamente pelos institutos mencionados sob o nome *Lei, Justiça e Cidadania* (1997).

O historiador brasileiro José Murilo de Carvalho analisou as duas pesquisas supracitadas em seu artigo *O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro*, de 1998. Ao averiguar, com base nos resultados apresentados pelos estudos mencionados, se os entrevistados possuíam orgulho de ser brasileiros, o autor constatou que 87% dos entrevistados pelo CPDOC/ISER sentiam muito orgulho ou algum orgulho em ser brasileiro; 6,8% não sentiam orgulho e 4,4% sentiam vergonha. Os dados obtidos pela VP/Veja são parecidos: 84% acreditavam que ser brasileiro era motivo de orgulho, enquanto apenas 5% achavam que era vergonhoso (1998: 4).

As amostras populacionais apuradas pelas pesquisas também foram questionadas quanto aos motivos pelos quais sentiam orgulho de ser brasileiro. Com o intuito de fornecer uma melhor apresentação e compreensão dos dados ao leitor, Carvalho optou por agrupar as respostas fornecidas pelos entrevistados em categorias: (i) natureza; (ii) caráter do povo; (iii) características do país; (iv) esporte/música/carnaval e (v) outros. A categoria “natureza” engloba “(...) todas as respostas que se referem às belezas naturais (...)” (*Idem*: 7).¹ Por sua vez, “caráter do povo” diz respeito aos elementos de personalidade do brasileiro vistos como positivos; dignos de exemplo.² “Características do país” abarca as respostas referentes aos traços positivos do país que não são atrelados à natureza; são conquistas e méritos do próprio povo brasileiro.³ Por fim, a categoria “esporte/música/carnaval” conta com respostas que dizem respeito a estes temas; sendo autoexplicativa.

As respostas obtidas para esta pergunta, apesar de variar em termos percentuais segundo o método utilizado pelas instituições pesquisadoras, mostram um certo padrão: as respostas referentes à categoria “natureza”, predominam entre os entrevistados como motivos de seu orgulho: 25% (VP/veja) e 34.8% (CPDOC/ISER). A segunda categoria mais mencionada foi “Caráter do povo”: 21%(VP/VEJA) e 15.4% (CPDOC/ISER); seguido por “características do povo” em terceiro lugar: 13.8% (VP/veja) e 16,3%(CPDOC/ISER); e por fim “esporte/música/carnaval”: 11% (VP/veja) e 9.1% (CPDOC/ISER) (*Idem*: 7 e 8).

Segundo Carvalho, estes dados evidenciam, em fins do século XX, a predominância do motivo edênico e a valorização do povo como elementos de orgulho nacional entre os brasileiros. Em nenhuma das duas pesquisas aparecem as instituições políticas do país ou conquistas históricas, como definidoras de uma identidade nacional do povo brasileiro. Dentre os elementos do caráter nacional elencados como motivo de orgulho, nas pesquisas da VP/VEJA e do CPDOC/ISER, destaca-se a imagem do brasileiro como trabalhador,

¹ José Murilo de Carvalho fornece alguns exemplos de respostas: “(...) natureza, natureza maravilhosa, paisagem, terra maravilhosa, terra santa, Amazônia, florestas, montanhas, pantanal, cachoeiras, orla marítima, o verde, o sol, ar puro, a fauna, a flora, aspecto geográfico, beleza física, beleza geográfica, beleza natural, beleza natural das praias do Nordeste, país mais bonito do mundo, país abençoado, país belíssimo, fertilidade do solo, tudo que planta dá, terra rica, país mais rico do mundo, riquezas naturais, país continental, extensão territorial, grandeza do país, grandiosidade, cidade maravilhosa, clima tropical, clima bom, não ter terremoto, furacão, tufão, vulcão, beleza do povo, as mulheres bonitas”. (*Idem*).

² “(...) povo solidário, trabalhador, unido, esforçado, cordial, artístico, hospitaleiro, bom, alegre, pacífico, batalhador, ordeiro, competitivo, simples, acolhedor, amigo, amistoso, amoroso, carinhoso, camarada, capaz, honesto, humanitário, humano, religioso, inteligente, livre, festivo, feliz, a família, (...)” (*Idem*).

³ “(...) ausência de discriminação racial, de terrorismo, de conflitos, de pena de morte, país hospitaleiro, paz, liberdade de expressão, de religião, democracia, progresso, desenvolvimento, campanha da fome, campanha Viva Rio, o Plano Real, etc.”. (*Idem*).

ordeiro, divertido, acomodado, solidário e sofredor. De modo geral, a imagem dos brasileiros não é deveras negativa no que se refere a traços psicológicos; na medida em que características como desonestidade, egoísmo, preguiça e violência aparecem com baixa cotação. (*Idem*: 9). O que chama a atenção do autor sobre o conjunto das características mais votadas é a predominância da ideia de passividade, resultado dos elementos “trabalho”, “sofrimento” e “conformismo”; sempre temperados pelo fator “alegre” de nossa gente.

O autor segue a análise dos dados adquiridos nas pesquisas em seu artigo, tecendo considerações sobre algumas variáveis pertinentes, tais como escolaridade, escolha religiosa dos diferentes entrevistados e o contexto histórico em que as pesquisas foram executadas. Apresenta, ainda, outras conclusões e informações reveladas pelos estudos: a questão da confiabilidade do brasileiro em si próprio, grau de confiança em lideranças e instituições e os motivos de vergonha em ser brasileiro, por exemplo. Por ora foi nosso intuito evidenciar os elementos predominantes referentes aos motivos positivos que levam – segundo os estudos realizados - o brasileiro a se orgulhar de sua identidade.

As identidades, sejam elas individuais ou nacionais, fornecem segurança, sentido e localização aos sujeitos. São capazes de definir quem é um indivíduo ou povo, sua história, bem como possíveis perspectivas quanto ao seu futuro. A nacionalidade e a identidade nacional de um conjunto de habitantes de determinado país pormenorizam traços de pertencimento e prerrogativas políticas, além de criar e estabelecer elos emocionais e familiares, tanto entre habitantes de um mesmo território quanto entre estes e sua terra (ADAMEC, 2014: 9).

Apesar de afirmar que a imagem que o brasileiro tem de si está diretamente vinculada à construção de sua identidade nacional ao longo de sua história, José Murilo de Carvalho atribui a atual imagem que o brasileiro possui de si mesmo ao ufanismo de Affonso Celso; por ter sido ele quem sistematizou de forma didática os elementos dignos de orgulho nacional brasileiro; baseados em suas belezas, riquezas naturais e caráter do povo (1998: 3).

A visão de patriotismo e amor ao Brasil deste intelectual é manifestada com exortações sobre a melhor maneira de conhecer e amar o país, sobretudo a partir da sua grandeza e exuberâncias naturais, somadas aos fatos históricos. Esta leitura possibilitou a vulgarização do termo “ufanismo”, entendido como sentimento desmedido de vanglória ao país. Carvalho lembra que todas as respostas enquadradas na categoria “natureza” como

motivos de orgulho de ser brasileiro e os elementos positivos do caráter do brasileiro, apurados pelas pesquisas realizadas, enquadram-se nos ensinamentos contidos na obra de Affonso Celso intitulada *Porque me ufano de meu país*. (1998: 7).

Apesar de existirem trabalhos acadêmicos na historiografia brasileira referentes ao ufanismo deste autor, podemos verificar a existência de certa lacuna no que tange à uma análise mais profunda quanto ao pensamento deste intelectual. Durante a pesquisa realizada para a concretização do presente trabalho foram encontradas esparsas informações sobre o pensamento deste autor, sua biografia, trajetória intelectual e outras produções intelectuais publicadas. A maior parte do referencial bibliográfico encontrado versa sobre sua obra *Porque me ufano de meu país*, mencionada acima. Citemos alguns exemplos para ilustrar esta constatação.

Dante Moreira Leite (2007), ao analisar o caráter nacional do povo brasileiro, dedica poucas páginas para a análise deste trabalho de Affonso Celso, sem levar em consideração o contexto de sua produção, bem como dados biográficos e demais produções acadêmicas. O ufanismo deste intelectual é apontado como uma reação exagerada ao pessimismo desenvolvido por Sílvio Romero na década de 1890, sendo destinado à vulgarização de ensinamentos patrióticos, o que levaria o autor a ser anacrônico e dotado de uma escrita mais próxima aos românticos do século XIX do que manuseador de critérios objetivos e científicos em seu trabalho.

O mesmo pode ser dito de José Murilo de Carvalho, em seu já mencionado artigo, e de Marilena Chauí em um capítulo de seu livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000)⁴. Ambos fazem breve análise sobre o livro *Porque me ufano de meu país* sem contextualizá-lo, deixando de desenvolver suas ideias e relacioná-lo com as demais publicações de Affonso Celso.

Wilson Martins, em sua vasta coletânea focada no estudo da História da Inteligência Brasileira, apenas menciona Affonso Celso em algumas páginas de sua obra, citando algumas de suas produções. Porém, também deixa de inseri-las em um contexto histórico

⁴ Neste livro Marilena Chauí também faz menção à pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populli e atribui ao livro *Porque me ufano de meu país* de Affonso Celso um dos grandes motivos por ter consolidado no imaginário social brasileiro certos elementos de sua identidade nacional; como a natureza, características do povo e sua história, por exemplo.

específico e de desenvolver suas propostas. Algumas considerações são feitas ao ufanismo do autor de forma meramente expositiva, não abordando em nenhum momento dados referentes à vida deste personagem, ao contexto de sua produção intelectual ou à análise de suas obras publicadas. (2010: 201, 397, 451, 478, 495, 196, 197, 534 e 585).

Lúcia Lippi de Oliveira, ao abordar a nacionalidade e a construção da identidade nacional brasileira, durante a Primeira República Brasileira, e tratar sobre o ufanismo, no final do século XIX, apenas menciona o nome de Affonso Celso, ao lado de Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, como representantes deste movimento (1990: 93). Somente mais ao final de seu livro, a autora faz referência ao livro *Porque me ufano de meu país*, onde realiza uma descrição, mais do que uma análise, como exemplo de obra que norteou a construção da história nacional brasileira, ao lado de autores como Raul Pompéia e Rodrigo Octávio (*Idem*: 129-132).

Ao abordar o tema da construção da identidade nacional brasileira em fins do século XIX, o historiador Carlos Henrique Armani (2010) optou por trabalhar com o pensamento de Eduardo Prado, mencionando a obra referente ao ufanismo de Affonso Celso apenas para elucidar a diferença de pensamento entre os dois autores.

Os elementos pedagógicos do conhecido livro de Affonso Celso são analisados por Maria Helena Câmara Bastos (2002), como ilustradores de um projeto de educação moral e cívica patrocinada pelo novo regime republicano. Mais uma vez, o contexto histórico, as demais obras do autor, bem como as informações pessoais não são abordadas.

Uma pequena biografia de Affonso Celso foi elaborada por Bruno de Cerqueira para compor parte do anexo da última publicação do livro *O Imperador no Exílio*, em 2013, de autoria de Affonso Celso e primeiramente publicado em 1891. Mesmo que breve, este texto traz informações importantes ao leitor, capazes de auxiliar à leitura de sua produção intelectual. Cerqueira apresenta uma curta genealogia de seus ascendentes e descendentes e mostra a importância do pai de Affonso Celso, o Visconde de Ouro Preto em sua formação e trajetória, tanto intelectual quanto política, além de delinear e narrar alguns dos acontecimentos que marcaram a vida do autor, tais como: a temática da abolição na década de 1880; a Proclamação da República em 1889; o banimento de sua família do território nacional brasileiro; e sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Academia Brasileira de Letras (ABL), por exemplo. (CERQUEIRA, 2013: 207-229). Neste sentido, menos simbólica foi a introdução feita pelo senador Lúcio Alcântara (1998)

sobre Affonso Celso na edição de *Oito Anos de Parlamento: reminiscências e notas* publicada pelo Senado Federal em 1998.

O rol acima mencionado de autores e pesquisadores que trabalharam com Afonso Celso não é exaustivo e taxativo, como se verá ao longo deste trabalho. Ainda, devemos ressaltar que nenhum dos autores mencionados teve como principal objetivo em seus trabalhos analisar este intelectual ou sua produção acadêmica. Contudo, estes estudos são indícios capazes de evidenciar a pouca ênfase atribuída aos dados biográficos deste intelectual, sua trajetória e à sua vasta produção intelectual. À primeira vista, a impressão que temos é a de que Affonso Celso seria um autor que produziu apenas uma grande obra: *Porque me ufano de meu país*.

Neste diapasão, o presente trabalho almeja explorar certa lacuna existente na historiografia brasileira referente aos estudos realizados sobre este intelectual. O objetivo maior desta pesquisa é ir além do ufanismo de Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), o Conde de Ouro Preto, isto é, verificar qual é a proposta política contida na produção intelectual deste sujeito histórico. Nosso intuito é, assim, apresentar e analisar uma parcela maior do pensamento deste intelectual, a partir de uma maior amostragem de suas obras. Desta forma, esperamos comprovar que seu discurso ufanista se insere dentro da cadeia de sua produção intelectual, sendo o pensamento de Affonso Celso mais complexo e diversificado do que é costumeiramente apresentado pela historiografia nacional, apresentando a defesa de um projeto político específico. Apenas isso e nada mais pretensioso do que isso. Afinal, qualquer outra pretensão neste momento seria deveras impertinente e o autor se resguarda em sua ignorância e imaturidade.

Neste ponto, devemos deixar claro que não temos a ambição de realizar uma biografia⁵ ou uma completa trajetória intelectual do autor ora em análise. Pela própria natureza deste trabalho, tal tarefa seria inviável. Desta forma, seus dados biográficos são aqui utilizados como requisitos para compreender seu itinerário e sua produção intelectual, enquanto portadora de uma história pessoal onde se entrecruzam suas experiências de vida e os elementos de seus escritos.

Affonso Celso de Assis Figueiredo Junior nasceu na cidade de Ouro Preto, em 1860, e faleceu no Rio de Janeiro em 1938. Seu pai foi Affonso Celso de Assis Figueiredo, o

⁵ Para maiores informações sobre o uso de estudos biográficos no campo historiográfico, ver: LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete Imperial. Atuou como historiador e ingressou no IHGB em 1893, onde ocupou o lugar de presidente a partir de 1912 até o ano de sua morte. Foi, também, escritor, advogado, professor de Direito - chegando a ser diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro -, reitor da Universidade do Brasil, um dos fundadores e, posteriormente, presidente da Academia Brasileira de Letras (BASTOS, 2002; CERQUEIRA, 2013).

Enquanto político filiou-se ao Partido Liberal, no qual defendeu a abolição da escravidão e a adoção de um regime republicano de natureza parlamentar para o Brasil. Representou Minas Gerais por oito anos (1881-1888) na Câmara dos Deputados, período retratado em sua obra *Oito anos de Parlamento* (1901); em que relatou suas memórias, experiências e opiniões, com ênfase nos debates relacionados à questão da abolição da escravidão e do advento do republicanismo.

Decepcionado com a nova República de 1889, mudou de postura política. Na Monarquia atuou como um republicano e durante a República mostrou-se um ferrenho monarquista. Apesar de todos os autores – anteriormente mencionados - que abordaram Affonso Celso e sua proposta ufanista terem apontado de alguma forma este dado biográfico, nenhum deles chegou a analisar os motivos e a forma como se deu esta mudança de posicionamento político.

Para alcançarmos o objetivo principal deste estudo, nos debruçaremos sobre esta temática. O próprio Affonso Celso elenca em um artigo intitulado “Depois do 15 de Novembro”, inserido em sua obra *Guerrilhas* (1895), os motivos que o levaram a abandonar a defesa dos ideais republicanos e a se filiar às fileiras dos monarquistas após a Proclamação da República:

Eis os principais motivos que me decidiram a deixar os republicanos e a tomar a atual atitude política:

1º. O dever de acompanhar meu pai.

(...)

2º. O modo como foi feita a República.

(...)

3º. A comparação prática entre o que foi o império e o que é a república.

(...)

4º. perante a história e a filosofia não pode considerar-se a forma republicana (sobretudo a do tipo presidencial) como a que melhor consulte

os interesses e garanta os direitos gerais. É-lhe preferível a monarquia parlamentar. (CELSO, 1895: 315, 320, 322 e 324).

Para uma melhor compreensão da produção intelectual deste autor devemos considerar alguns acontecimentos em sua biografia. O primeiro motivo elencado por Affonso Celso para justificar a alteração de suas convicções é de cunho subjetivo. Durante o período de 1889 e 1891, este autor vivenciou a experiência do exílio político, devido ao banimento da família de seu pai, o Visconde de Ouro Preto, do território nacional logo após a Proclamação da República. Nestes anos, conviveu com o Imperador D. Pedro II, também exilado; experiência retratada em seu livro *O Imperador no Exílio* (1891), o que possibilitou sua aproximação com a causa monarquista.

Um segundo episódio de sua vida é digno de nota. No ano de 1897, seis anos após ter regressado ao país, por ocasião da derrota da expedição Moreira Cezar em Canudos, que levou a óbito este general, Affonso Celso vivenciou um atentado que resultou na morte de um amigo íntimo: o monarquista Coronel Gentil de Castro, proprietário dos jornais *Liberdade* e *Gazeta da Tarde*. Em sua obra *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil* (1897), o autor descreve os eventos do atentado que pôs em risco tanto a sua vida quanto a de seu pai, ambos presentes. Após estes eventos Affonso Celso deixou novamente o país pelo período de um ano, com o intuito de proteger sua família.

Os demais motivos elencados pelo autor são críticas ao novo regime republicano, isto é, versam sobre as razões políticas, institucionais, econômicas e sociais que o levaram a mudar de posição e a defender o regime monárquico. Sua insatisfação com o novo governo é demonstrada e fundamentada, principalmente, em suas obras *Aos Monarquistas* (1893), *Guerrilhas* (1895), *Contraditas Monárquicas* (1896), *Oito Anos de Parlamento* (1901), e *Sexta Tese Oficial* (1914).

A presente dissertação insere-se no campo de pesquisa da História Intelectual, na medida em que busca expor e analisar a produção intelectual de Affonso Celso, e da História Social, uma vez que é necessário levar em consideração o contexto histórico em que o sujeito se encontra inserido. Ambos segmentos são complementares, como afirma Tereza Kirschner: “Os dois campos da pesquisa historiográfica complementam-se, pois não se conceberia uma História Intelectual que pretendesse ignorar o contexto histórico ou uma História social sem o apoio da reflexão teórico-conceitual.” (2009: 10).

O contexto deste intelectual era a recém Proclamada República Brasileira, que almejava sua consolidação. Neste momento coexistiam várias tendências, ideias e projetos políticos sociais (NEVES, 1998). A virada do século XIX para o XX apresentou para o Brasil características dramáticas e decisivas para o futuro do país. Em maio de 1888, era tardiamente abolida a escravidão, sendo o Brasil o último país ocidental a extinguir este tipo de trabalho. Um ano e meio depois a monarquia chegava ao fim. A primeira década republicana brasileira foi marcada por um período de reação e desafio à longa e enraizada monarquia brasileira (SCHWARCZ, 2012: 19, 298).

É certo que a República trouxe poucas alterações na estrutura econômica da sociedade, mas houve mudanças significativas nos espaços simbólicos, e muitas na produção intelectual efetiva do país. É fato também que o sentimento, decorrente dos acontecimentos da Proclamação, foi de desilusão nos anos iniciais e parece ter atingido grande parte da atividade intelectual do período.⁶ Affonso Celso integra o rol dos intelectuais que permaneceram críticos ao novo sistema. Podemos mencionar os nomes de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e, posteriormente, Lima Barreto como exemplos de autores que se desiludiram com o advento do regime republicano; seja por contestarem o continuísmo do modelo econômico e da estrutural social herdada do tempo imperial, ou por não identificarem na República as diretrizes ideológicas e doutrinárias prometidas durante a propaganda republicana (ALMEIDA, 2008)

Desta forma, para compreender o pensamento de Affonso Celso será analisado em que grau o fenômeno da Proclamação da República e o esgotamento do modelo imperial colaboraram para a eclosão de novas expectativas quanto ao futuro do país. Suas ações e obras devem ser estudadas na confluência de uma história ao mesmo tempo intelectual, política e social localizada – temporal e geograficamente – mas não desligada de outras de seu tempo, em razão da circulação cultural e do cosmopolitismo de ideias que caracterizam o fim do século XIX brasileiro. Quentin Skinner (1996; 2005) ressalta a importância de levar em consideração a trajetória e o contexto no qual foi concebido o texto de um ator, incluindo, portanto, seus elementos culturais, para uma melhor interpretação de sua obra e apreensão de seu pensamento. Afinal, o sentido de um discurso, norteador pela intenção do

⁶ “Todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava”. VERÍSSIMO apud SEVCENKO, 2003: 108)

autor ao realizá-lo e pela forma como o executou, apenas pode ser compreendido a partir do contexto em que foi produzido.

Affonso Celso foi uma figura de grande relevância para a vida intelectual de sua época. Seus trabalhos e projetos encontram-se inseridos nos valores da ilustração brasileira quanto ao projeto de formação do povo naquele momento histórico particular, onde as virtudes da instrução moral e cívica eram tidas, por este autor, como formas de realizar a manutenção da ordem social e fortalecer o caráter nacional do brasileiro (BASTOS, 2002:7).

Uma sensação de crise permeava a sociedade inserida no período abrangido por este estudo, onde Affonso Celso e outros intelectuais, questionavam a sua inserção e papel naquele tempo histórico específico, compreendido entre o exaurimento do modelo político imperial e o estabelecimento de um novo modelo republicano, palco de expectativas incertas e receosas quanto ao futuro (NEVES, 1998). Segundo José Murilo de Carvalho: “A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930).” (2013: 32).

O período selecionado é representativo de um regime de historicidade (HARTOG, 2013: 9-16; 37-46) em que o passado imperial não havia sido totalmente abolido e esquecido, mas já não era capaz de fornecer orientações de sentido para a realidade presente ou perspectivas otimistas para o futuro. Desta forma, Affonso Celso, ao vivenciar um tempo histórico específico, foi capaz de relacionar suas experiências pessoais e elaborar novas expectativas quanto ao futuro (KOSELLECK, 2006: 209 e 210), dados estes essenciais para o estudo de seu pensamento.

Affonso Celso possui uma vasta produção intelectual, contendo obras de naturezas distintas: textos historiográficos no seio do IHGB, publicações em jornais e revistas, traduções de obras estrangeiras, discursos, conferências e palestras acadêmicas, coletâneas de versos, contos e poesias, peças de teatro, obras jurídicas e romances. São muitos os seus livros publicados e muitos deles não destinados apenas ao meio acadêmico⁷.

⁷ Dentre outros trabalhos, os livros publicados encontrados ao longo da pesquisa foram: *Prelúdios* (1876); *Devaneios* (1877); *Telas Sonantes* (1879); *Poemetos* (1880); *Camões* (1880); *Elemento Servil – Discurso proferido na sessão de 17 de julho de 1884* (1884); *Vultos e Factos* (1892); *Aos Monarquistas* (1893); *O Imperador no Exílio* (1893); *Minha Filha* (1893); *Notas e Ficções* (1893); *Lupe* (1894); *Um invejado* (1895); *Guerrilhas* (1895); *Contraditas Monárquicas* (1896); *Assassinato do Coronel Gentil de Castro – subsídios para a história do regime republicano no Brasil* (1897); *Giovannina* (1896); *Da imitação de Cristo* (1898); *Rimas de*

A pesquisa que nos propomos neste trabalho utiliza como principais fontes as obras publicadas e não ficcionais de Affonso Celso. Desta maneira, selecionamos os livros do autor detentores de caráter histórico, político e crítico. Buscamos restringir a pesquisa às obras em que o discurso deste intelectual foi capaz de expressar sua visão de mundo sem a mediação artística que a obra ficcional exige para a sua plena realização. Ressaltamos a inviabilidade de analisar toda a produção intelectual de Affonso Celso elaborada ao longo de sua vida, bem como de triar suas diversas publicações em jornais e periódicos do período em tempo hábil para a conclusão do presente trabalho.⁸ Desta forma, não é nossa prioridade, nesta dissertação, analisar suas publicações em jornais, revistas e demais publicações, optando por abordar estas fontes em futuros trabalhos.

Assim, as principais fontes utilizadas neste estudo são os livros publicados por Affonso Celso, de caráter político e histórico, que melhor manifestam suas ideias a respeito do Brasil. São eles: *Elemento Servil: Discurso proferido na sessão de 17 de julho de 1884 pelo Deputado Dr. Affonso Celso Jr.* (1884,); *O Imperador no Exílio* (1891); *Aos Monarquistas* (1895); *Guerrilhas* (1895); *Contraditas Monárquicas* (1896); *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil* (1897); *Porque me ufano do meu país* (1900); *Oito Anos de Parlamento: reminiscências e notas* (1901) e *Sexta Tese Oficial: Poder pessoal do Imperador: Inversão das situações políticas, Programas dos Partidos, Agitação democrática* (1914).

A primeira obra elencada foi publicada no Rio de Janeiro pela Editora Tipografia Nacional em 1884. Neste discurso, Affonso Celso condena o uso do trabalho escravo em solo pátrio. O autor tenta comprovar o ganho de força da ideia abolicionista ao longo da década de 1880, fazendo uso de relatórios do Centro da Lavoura e do Comércio. Utilizou-se das lições de Tocqueville quanto ao impacto deste sistema de trabalho nos Estados

Outr'ora (1899); *Porque me ufano do meu país* (1900); *Oito anos de Parlamento* (1901); *Poesias escolhidas* (1904); *Poder Pessoal do Imperador: Inversão das situações políticas, Programa dos Partidos, Agitação democrática* (1912); *Lampejos Sacros* (1915); *Programa da Cadeira de Economia Política da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro* (1918); *Chorografia do Brasil segundo os programas oficiais* (1922); *Trovas de Hespanha* (1922); *Segredo Conjugal* (1932); *Visconde de Ouro Preto* (1935) e *O Imperador D. Pedro II e o Instituto Histórico* (1938).

⁸ Ao longo da pesquisa encontramos alguns jornais e Revistas em que Affonso Celso publicou textos e artigos: *Direito e Letras*; *Gazeta de Sorocaba*; *Consciencia*; *Commercio de São Paulo*; *São Paulo Histórico*; *Tribuna Liberal*; *Brasil*; *Revista Brasileira*; *Correio da Manhã*; *Gazeta de Notícias*; *A Semana e Renascença* (IHGB, 1939).

Unidos da América, fazendo uma comparação dos sistemas de trabalho adotados pelos estados de Kentucky e Ohio.

O livro *O Imperador no Exílio* foi publicado pela Editora Domingos de Magalhães, também no Rio de Janeiro, em 1891. Nesta obra, Affonso Celso narra sua experiência do exílio após a Proclamação da República. Neste período, o autor estudado conviveu com o também exilado Imperador D. Pedro II, o que possibilitou sua aproximação com a causa monarquista.

Aos Monarquistas é um pequeno livro, composto de dois artigos: “Será possível a Restauração da Monarquia?” e “A Postos”, ambos publicados anteriormente no jornal Comércio de São Paulo. A obra foi compilada e publicada a pedido do editor Domingos de Magalhães, em 1895, também por sua tipografia localizada no Rio de Janeiro.

A obra *Guerrilhas* também é composta por artigos avulsos publicados no jornal Comércio de São Paulo, e foi publicada pela Tipografia Moraes em 1895. A intenção de Affonso Celso foi de apresentar suas principais críticas à recém proclamada república brasileira:

Traçados por adversário declarado da ordem de coisas instituída pela sedição militar de 15 de Novembro de 1889, são como pequenas e indisciplinadas escaramuças que intentam pica os flancos do inimigo, cômicas de lhe não poderem causar dano apreciável. Quadra-lhes, por isso, o nome de guerrilhas. (CELSO, 1895: 1).

Por sua vez, o livro *Contraditas Monárquicas*, também publicada pela Editora Domingos de Magalhães – em 1896 – visam reforçar os argumentos apresentados em *Guerrilhas*. Estas duas obras contém as principais críticas do intelectual contra a República brasileira.

Em 1897 foi publicada a obra *O assassinato do Coronel Gentil de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil*. A intenção de Affonso Celso foi fornecer seu testemunho pessoal sobre os eventos dos dias 07 e 08 de março de 1897, que colocaram em risco tanto a sua vida quanto a de seu pai, e acarretaram na morte do seu colega monarquista Gentil de Castro. Indignado com a cobertura inexata da mídia, a seu ver, em sua maioria republicana, este intelectual quis dar a sua versão dos fatos, com o intuito de restabelecer a verdade sobre os acontecimentos daquele dia; defender-se das acusações realizadas pela imprensa sobre sua atuação no episódio; prestar homenagem à memória de Gentil de Castro e disponibilizar a futuros historiadores matérias que ajudassem a

compreender a atuação do regime republicano e seu descaso para com a propriedade, liberdade e vida dos cidadãos brasileiros (CELSO, 1897: 6).

Em 1900 foi publicada pela Editora H. Garnier, no Rio de Janeiro, o livro mais conhecido e difundido de Affonso Celso: *Porque me ufano de meu país*. Composto por quarenta e dois capítulos, o autor busca elencar e expor os principais motivos do orgulho nacional e da superioridade do país frente às demais nações a partir de três grandes eixos temáticos: natureza, povo e história.

A atuação parlamentar de Affonso Celso, como Deputado do 20º distrito eleitoral de Minas Gerais, entre os anos de 1881 e 1889 é o tema desenvolvido pelo autor, em *Oito Anos de Parlamento: reminiscências e notas*. Publicada em 1901 no Rio de Janeiro, pela editora Laemmert & C, esta obra contém as impressões políticas do intelectual sobre o período. Em suas palavras: “Não passam de rápidas e despreziosas impressões. Publico-as na esperança de que talvez forneçam ao investigador futuro traços utilizáveis para a fisionomia da época.” (1901: 6).

Por fim, *Sexta Tese Oficial: Poder pessoal do Imperador: Inversão das situações políticas, Programas dos Partidos, Agitação democrática* foi a público em 1914, pela Editora Livraria J. Leite, também sediada em solo carioca. Apesar de curto, este é o trabalho no qual analisa com maior profundidade a utilização do Poder Pessoal por D. Pedro II, bem como expõe críticas ao movimento republicano nas vésperas da Proclamação da República. Neste trabalho são reforçadas muitas das críticas contidas em *Guerrilhas* (1895) e *Contraditas Monárquicas* (1896), publicadas quase 20 anos antes.

A periodização da história nunca é tarefa fácil. Além disso, é ela imprescindível para a realização de estudos históricos. Tendo como base as fontes acima elencadas, o recorte temporal do presente trabalho versa sobre a produção intelectual do autor elaborada durante os anos de 1889 a 1914, com maior ênfase no contexto histórico da primeira década republicana, período em que o novo regime foi criticado de maneira mais árdua por Affonso Celso. Contudo, também discorreremos sobre o período anterior ao dia 15 de novembro de 1889, com o intuito de identificar as principais correntes republicanas em voga e as ideias defendidas por Affonso Celso, enquanto republicano. Ressalta-se que optamos por atualizar a ortografia das fontes, com o objetivo de tornar a leitura mais dinâmica e agradável.

O estudo do pensamento de Affonso Celso, dentro dos parâmetros selecionados, fornece subsídios para a compreensão de parte de seu itinerário político e intelectual. Este trabalho possui pertinência e relevância pois visa evidenciar as unidades e descontinuidades da produção intelectual ao longo do período selecionado. O mapeamento deste autor é uma ferramenta para compreender seu pensamento em seu contexto de ação, abrindo portas para que novos estudos sejam realizados tanto sobre este personagem quanto sobre os demais intelectuais brasileiros do período. Pesquisas sobre os intelectuais e suas obras são capazes de revelar aspectos das complexas relações que se estabelecem entre os objetivos – políticos, intelectuais - das obras e seus desejos – bem como frustrações – em que mergulharam seus autores.

Afinal, o engajamento do intelectual é um posicionamento especializado, uma vez que faz uso de seus conhecimentos para defender uma determinada postura ética e moral (ZANOTTO, 2008: 38). Neste sentido, Pierre Rosanvallon (2010) e Edward Said defendem a prática de uma história interativa e compreensiva do trabalho do intelectual, de forma que sejam assimilados o seu envolvimento cívico e político dentro de sua sociedade.

Como já afirmado anteriormente, não é suficiente compreender apenas o conteúdo de um texto: é necessário inseri-lo dentro do contexto comunicativo em que foi elaborado, em seu contexto histórico, para que possa ser avaliado o seu papel. As considerações de John Pocock (2009; 2013) e Quentin Skinner (1996; 2005), no âmbito da História Intelectual, são essenciais neste sentido, uma vez que optam por tratar os textos como atos de fala com o intuito de transcender a oposição existente entre texto e contexto, abordando a linguagem política em uma dimensão performativa das ideias (PALTÍ, 2014). As obras de Affonso Celso constituem-se, assim, como parte do mundo, das criações humanas, e transformam-se em relatos de um determinado contexto histórico-social. Como afirmam Challhoub e Pereira: “(...) qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico.” (1998: 7).

Uma das metodologias de trabalho no âmbito da História Intelectual consiste no estudo de elementos autobiográficos contidos em uma narrativa, na medida em que permitem verificar como trabalham os intelectuais, evidenciando como suas experiências pessoais podem impactar nas escolhas temáticas e metodológicas, bem como na escrita e defesa de suas ideias (AURREL, 2006: 442). O discurso realizado por Affonso em suas obras deve ser visto como uma “produção de si”, na medida em que ao escrever o autor

também se constrói. Desta forma, o referencial teórico e metodológico quanto à abordagem de fontes autobiográficas nos auxilia na compreensão do singular - a vida e produção de Affonso Celso - e no universal - a primeira década republicana brasileira, ao evidenciarem práticas individuais inscritas em um determinado contexto (SOUZA, 2007: 66). Afinal, todo testemunho histórico, independentemente de ser um documento oficial ou uma obra literária, por exemplo, traz consigo significações que serão entendidas quando devidamente analisada sua relação com o contexto histórico no qual o objeto foi produzido, revelando as lutas, que a vitória de determinado “projeto de cultura”, deixaram cravadas, trazendo, assim, a representação⁹ de seu grupo social.

O trabalho elaborado utilizando a análise de dados autobiográficos colabora para o estudo de como os historiadores operam, clareiam o desenvolvimento de seus trabalhos e suas escolhas metodológicas, bem como possibilita compreender a posição daquele que escreve e a superação de seu estado emocional através da atividade intelectual. Ao optarmos por esta abordagem de leitura interdisciplinar, ao analisarmos o pensamento de Affonso Celso, esperamos que este trabalho possa colaborar para o enriquecimento da apreciação dos escritos históricos e para o processo de desenvolvimento de uma história intelectual (AURREL, 2006: 442).

A pesquisa histórica que procura trazer à tona os sentimentos, as sensibilidades, as paixões dos sujeitos em determinadas épocas, tem como centro das preocupações as relações de poder que se fazem por meio dos jogos políticos. O plano político ao qual esta história se refere não está presente apenas nas relações travadas pelo Estado, mas nos diferentes âmbitos da vivência social, pois o político “(...) não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social (...)” (RÉMOND, 1996: 35-36) que se concretiza no cotidiano e é reelaborado de acordo com as expectativas e experiências pessoais. Assim, os registros históricos não ficam meramente circunscritos às práticas oficiais, de forma que dentro desta nova perspectiva historiográfica, o processo de construção do conhecimento em história começa a ser entendido como um movimento dinâmico, que se faz em meio ao

⁹ Chartier (1991) compreende a representação como um instrumento de reconhecimento de um objeto ausente e de exibição de uma presença, nos quais permanece uma constante relação entre imagem presente e objeto ausente. A luta pela sobrevivência cotidiana confere lugar aos sujeitos e permite a divisão da sociedade em grupos, cujas práticas existem nas representações transpostas para a vivência dos sujeitos, por meio das falas, das práticas político-sociais e dos discursos elaborados pelos diferentes grupos sociais. As representações não são menos reais que as ações concretas, mas são a própria realidade, pois a ação não existe antes de ser pensada, imaginada na realidade dos sujeitos que a concebem e a ameam.

eterno (re-)pensar do homem sobre o antes e o agora, tentando a partir de suas inquietações, formular outras interpretações sobre esta temporalidade. Em decorrência desta concepção, cria-se o conhecimento sobre o passado com indagações que partem do presente, em função da necessidade de se conhecer a história por meio do estudo de visões ainda pouco exploradas, tais como as narrativas literárias elaboradas por intelectuais.

Por fim, devemos lembrar que o pensamento histórico é o manejo interpretativo da experiência temporal que, de acordo com Rüsen, é contingência carente de interpretação. O sentido histórico é formado pela integração da experiência na mudança temporal do homem e de seu mundo em um modelo interpretativo. Este modelo, por sua vez, permite inserir a vida humana nos contextos de sua determinação temporal. Desta forma, a produção de Affonso Celso pode ser vista como um discurso legitimador, na medida em que tenta conferir sentido à sua existência, em um cenário onde a Proclamação da República Brasileira de 1889 representou uma ruptura temporal em sua existência, causando-lhe um trauma pessoal. As ideias defendidas por este autor podem ser consideradas como uma forma de ressignificar o seu tempo presente, com o intuito de lhe conferir novo sentido em uma nova realidade histórica. (RÜSEN, 2015: 43 e 47).

Feitas estas considerações teóricas e metodológicas, passemos à divisão do presente trabalho. O primeiro capítulo dedica-se à análise das razões subjetivas que levaram à mudança de posicionamento político de Affonso Celso. A partir das obras *O Imperador no Exílio* (1891) e *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro: subsídios para uma história do regime republicano no Brasil (1897)*, iremos verificar como e em que medida o advento da nova forma de governo impactaram em sua vida, levando-o a mudar de postura política, e conseqüentemente, em suas escolhas metodológicas e temáticas. Por serem obras dotadas de uma elevada carga subjetiva, utilizaremos o referencial teórico referente ao de escritos autobiográficos para sua análise. Por fim, esperamos mostrar como estes eventos traumáticos nortearam a sua escrita, em busca de atribuição de significado e legitimação em um novo contexto histórico.

O segundo capítulo é dedicado à análise das principais críticas elaboradas por Affonso Celso sobre o regime Republicano: isto é, as razões políticas, institucionais econômicas e sociais que o fizeram modificar suas convicções e defender o retorno da monarquia. Com este fim utilizamos os livros em que o autor mais se dedicou em apontar as falhas do regime republicano e a exaltar a anterior administração: *Aos Monarquistas*

(1893), *Guerrilhas* (1895), *Contraditas Monárquicas* (1896), e *Sexta Tese Oficial: Poder pessoal do Imperador: Inversão das situações políticas, Programas dos Partidos, Agitação democrática* (1914).

Se a produção intelectual de Affonso Celso é motivada pela desilusão política como novo regime, é mister resgatar o discurso e imaginário proposto pela propaganda republicana nas últimas duas décadas que antecederam a Proclamação de 1889. Desta forma, apresentaremos as principais vertentes republicanas existentes no período, bem como os principais pontos defendidos por este intelectual durante o período em que atuou como parlamentar na década de 1880, tendo como base seu livro *Oito Anos de Parlamento* (1901).

Esperamos que o estudo das críticas elencadas por Affonso Celso - ao mesmo tempo em que dialogamos com a historiografia pertinente - colaborem para a visualização do contexto em que estava inserido - os primeiros anos republicanos da década de 1890 – e para a compreensão da alteração de sua mudança de posicionamento político, bem como para a diferença de seu discurso em relação a outros intelectuais contemporâneos.

No terceiro capítulo, iremos abordar o pensamento ufanista de Affonso Celso, contida em sua obra *Porque me ufano de meu país* (1900), a partir de três grandes eixos temáticos: natureza, povo e história do Brasil. Procuramos apresentar esta obra de forma detalhada, descritiva, e por algumas vezes, até mesmo cansativa, mas é necessário deixar bem claro o pensamento deste autor, que didaticamente sistematizou os valores que deveriam ser desenvolvidos em nossos jovens, sempre com o objetivo de amar a Pátria e ter orgulho de ser brasileiro. Affonso Celso foi didático em sua obra, até porque não há outra forma de explicar a construção de seu ufanismo, senão descrevendo-a ao máximo possível. Esta tarefa leva em conta o contexto histórico em que foi produzida esta obra; uma vez que após o governo Campos Sales (1898 – 1902) o governo republicano encontrava-se mais estabilizado após a elaboração da conhecida “política dos governadores”, bem como a crise econômica encontrava-se amenizada devido aos novos acordos internacionais pactuados.

E assim, após a apresentação da obra e exposição de suas principais propostas, mostramos que muitas das ideias defendidas pelo autor não eram novas, muitas delas tendo sido desenvolvidas por autores em séculos anteriores e, principalmente, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX – principalmente por Von Martius. Esperamos inserir o ufanismo de Affonso Celso em sua produção intelectual, vinculando-o

à sua mudança de posicionamento político e à defesa da causa monarquista; e concluir que a mudança de seu discurso, antes crítica e ácida, foi fruto, também, das novas circunstâncias históricas: um Brasil que contava, em 1900, com mais de uma década de regime republicano; onde muitos de seus problemas haviam sido, pelo menos, contornados.

Por fim, em nossas considerações finais, retomaremos aos principais argumentos sustentados ao longo deste trabalho. Esperamos demonstrar que sua produção intelectual era pautada por um projeto político claro e contrário ao regime republicano. O seu discurso ufanista, pautado pelo otimismo e patriotismo, mostra-se condizente com sua produção intelectual como um todo; uma vez que foi elaborado em outro contexto histórico. Esta pesquisa almeja, também, exemplificar a importância da realização de estudos que tenham como objeto os intelectuais brasileiros. Muitas das teses sustentadas por Affonso Celso encontram-se presentes, nos dias atuais, na imagem de Brasil vislumbrada por muitos cidadãos. Tanto as ideias quanto os projetos políticos deste autor enraizaram-se na formação nacional. Estudar os intelectuais brasileiros é, em poucas palavras, estudar o Brasil e compreender melhor a nossa identidade, enquanto cidadãos.

A todos, uma boa leitura.

CAPÍTULO 1 - “O dever de acompanhar meu pai”: autobiografia e experiências pessoais como norteadoras de sentido em Affonso Celso.

Mas é certo que hoje sabemos apreciar a intenção sincera de quem fala e escreve, sua autenticidade, mesmo sabendo, por outro lado, que factualmente o que ela diz e escreve é falso. Ser sincero, autêntico, é um valor em si, em nada subordinado à verdade factual. (CALLIGARIS, 1998: 45).

Desvaneço-me de confessar que me subordinei a meu pai, em quem, sobre considera-lo o melhor dos pais, eu vi um estadista de primeira ordem, de alta envergadura, profundamente patriota, preparado, como nenhum outro para promover a prosperidade do país. (CELSONO, 1895: 316).

*Ao produzir saber, ao dizer como as coisas são, o homem produz a racionalidade, evidenciando uma estreita relação entre os dois termos – saber e racionalidade. (*HERMANN, 2003: 13).*

O uso de elementos autobiográficos como fontes para a compreensão histórica é um importante instrumento de trabalho disponível ao historiador, uma vez são cruciais para uma possível reconstrução do passado, pois viabilizam o acesso aos conhecimentos e experiências pessoais daquele que escreve. Para Jeremy D. Popkin (2001), neste diapasão, a perspectiva que utiliza a autobiografia como um quadro analítico pode ser vista como uma referência de pesquisa ao evidenciar a forma com que os autores constroem os seus textos em um determinado contexto histórico. Desta forma, para uma melhor compreensão do pensamento de Affonso Celso, é mister expormos e, também analisarmos, alguns dados sobre sua trajetória de vida, tanto pessoal quanto intelectual, encontrados dentre seus escritos.

Os escritos históricos, selecionados como fontes de pesquisa, quando detentores de nítida carga autobiográfica¹⁰, isto é, quando contém grandes traços de subjetividade de quem escreve, permitem ao pesquisador identificar, em alguma medida, os motivos e processos norteadores da articulação e construção de obras, bem como para compreender a vida pessoal do escritor (AURREL, 2006). Assim, torna-se mais clara a influência que determinada obra recebeu, tanto pelo seu próprio contexto histórico em geral quanto pela

¹⁰ Dominick Lacapra (1982 e 1994) analisa em seus trabalhos as relações transferenciais existentes entre a história de um indivíduo e a História propriamente dita. A carga subjetiva, resíduos pessoais do escritor, dos trabalhos historiográficos é mais nítida quando os historiadores escrevem sobre sua própria vida, o que expõe suas preferências pessoais quanto ao objeto de estudo que se propõem a abordar.

experiência de vida de quem a escreveu: a origem de sua família, sua formação intelectual, suas preferências ideológicas e políticas, por exemplo.

Como dito anteriormente, não queremos aqui realizar uma biografia de Affonso Celso. Ressaltamos que os escritos históricos são também, e de certa forma, condicionados pela experiência de quem escreve, ou seja, o intuito aqui é destacar que a produção intelectual deste autor deve ser considerada e analisada como um processo complexo, onde seus elementos pessoais tiveram um grande papel, uma vez que todas as histórias e narrativas são constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas dos agentes que atuam e sofrem (KOSELLECK, 2006: 306).

A produção autobiográfica é marcada por um processo de subjetivação, formado por um grupo de procedimentos definidos como produção de si (GRECCO, 2005: 43), capaz de abranger escritos mais diretos e objetivos – como a autobiografia propriamente dita, diários, confissões e testemunhos, por exemplo – e práticas mais indiretas que propiciam formar uma produção de memória de si – como artigos, cartas e demais escritos em que o escritor figura em segundo plano dentro de sua narrativa. No mesmo entendimento, devemos mencionar a consideração realizada por Elisabeth Bruss (1976) que enxerga a escrita de qualquer produção marcada por elementos autobiográficos como um ato performativo, no sentido de que ao escrever o autor está ao mesmo tempo se produzindo, não sendo um mero objeto representado em seu discurso.

Uma grande dificuldade presente ao analisar textos autobiográficos deve-se ao fato de escritos desta natureza serem, na maioria dos casos, elaborados em diferentes tempos, estágios da vida de um autor. As autobiografias em sentido estrito, por exemplo, são normalmente elaboradas ao final de sua vida. Este fator acaba por transformar este tipo de documento em textos referenciais, capazes de fornecer valiosos dados sobre o passado de seu autor.¹¹ Ao colocar em relevo as suas experiências pessoais e os processos epistemológicos norteadores da elaboração de um texto histórico, este tipo de material permite analisar a forma com a qual o escritor trabalha a sua narrativa, compreendendo melhor seu posicionamento intelectual e pessoal. Esta abordagem de leitura enriquece a

¹¹ Quanto à esta temática, James Aurrel aponta também para a fragilidade da memória do autor, capaz de dar lugar à imaginação e fatos fictícios na escrita autobiográfica ao tentar preencher aquilo que não mais se recorda: “This referentiality can be cushioned both by the fragility of the memory – depending on the scope of time between the autobiography’s writing and the time of the facts written about – and by the the autobiographer’s imagination, which can turn facts into fiction, or use invention to fill the in gaps of memory.”(2006: 432).

apreciação das fontes como, também, contribui para o processo de desenvolvimento da história intelectual (AURREL, 2006: 432 e 442).

Aqui devemos fazer duas observações. Em primeiro lugar, Affonso Celso não chegou a produzir nenhuma obra autobiográfica, em sentido estrito, onde sua pessoa ou sua trajetória de vida fosse o objeto principal de sua narrativa. As obras selecionadas para esta pesquisa abordam temas diversificados, como veremos adiante. Contudo, são portadoras de uma elevada carga subjetiva. Dentre as obras selecionadas, apenas *O Imperador no Exílio* (1891), *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro* (1897) e *Oito Anos de Parlamento* (1901) abordam diretamente certas fases de sua vida.

O primeiro narra a experiência do exílio de sua família após a Proclamação da República, entre dezembro de 1889 a junho de 1891, vinte meses em que conviveu e aproximou-se de D. Pedro II e da causa monarquista. Em 1897, Affonso Celso escreveu *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro* com o objetivo de fornecer seu testemunho pessoal sobre os eventos dos dias 07 e 08 de março de 1897, que colocaram em risco a sua vida e a de seu pai, e acarretou na morte do seu colega monarquista Gentil de Castro (1897: 6). Por fim, em *Oito Anos de Parlamento*, o autor narra suas impressões políticas quando atuava como Deputado do Parlamento, como representante do 20º Distrito Eleitoral de Minas Gerais, entre dezembro de 1881 até a Proclamação da República (1901: 6).

Excetuando-se as obras acima mencionadas a maior parte dos elementos biográficos e autobiográficos de Affonso Celso são informações secundárias extraídas de seus textos, com o objetivo de evidenciar como sua experiência de vida impactou em sua produção intelectual.

O segundo ponto a ser observado diz respeito aos anos em que as obras foram publicadas. Com exceção da obra *Elemento Servil: Discurso proferido na Sessão de 17 de Julho de 1884 pelo Deputado Dr. Affonso Celso Junior* (1884), todos os demais livros selecionados de Affonso Celso, para o presente trabalho, foram publicados após a Proclamação da República em 1889. Este fator não gera problemas quando nos debruçamos sobre as críticas elaboradas por este intelectual ao regime republicano - principalmente nos livros: *Aos monarquistas* (1893), *Guerrilhas* (1895), *Contraditas Monárquicas* (1896) e *Poder Pessoal do Imperador: Inversão das situações políticas, os programas dos partidos e agitação democrática* (1914), ou em sua proposta ufanista- exposta em *Porque me ufano de meu país* (1900) – do início do século XX. Contudo, o mesmo não pode ser dito sobre as

obras em que o autor analisa a sua atuação como parlamentar no Império, na década de 1880, quando era um republicano convicto filiado ao Partido Liberal.

Em *Oito Anos de Parlamento* (1901), como também em alguns artigos de *Guerrilha* (1895) e *Contraditas Monárquicas* (1896), Affonso Celso traz informações sobre sua carreira política no período imperial. Todas estas produções foram elaboradas pelo autor quando advogava a favor da causa monarquista, ou seja, após sua mudança de posicionamento político, desencadeada pelo advento da República brasileira. Desta forma temos as impressões de um Affonso Celso, monarquista e defensor da restauração da monarquia, discorrendo sobre as atuações e experiências do Affonso Celso republicano e favorável à queda do trono imperial.

A veracidade contida nos escritos autobiográficos é aquela que concerne ao sujeito autobiógrafo, responsável por fornecer significação e consistência às suas ações. Muitas vezes as informações contidas em textos desta natureza não correspondem à verdade factual. Desta forma, a dificuldade acima elencada é superada ao priorizarmos o discurso de Affonso Celso como portador da sua verdade, de seu foro íntimo (CALLIGARIS, 1998: 53), cuja produção intelectual visa confirmar e conferir legitimidade à mudança de suas preferências políticas e pessoais.

As obras deste intelectual são evidências da construção de sua identidade, através de seu testemunho pessoal. Durante a escrita, o autor cria simultaneamente o seu texto e sua identidade. A noção de verdade contida nas obras, que são produções de si, fornece testemunho e fortalece a veracidade subjetiva do discurso de quem fala. Sendo assim, o fundamental ao utilizar fontes autobiográficas é a visão contida naquele registro, a forma pela qual o autor expressa suas opiniões, e não o fato de participar, corresponder ou não de certa verdade histórica (RIBEIRO, 1998: 44).

De acordo com Jörn Rüsen (2015), a interpretação do passado possui o papel de orientar culturalmente a capacidade de agir e sofrer presente nos seres humanos. A compreensão do passado colabora o entendimento do presente, permite vislumbrar possibilidades futuras e elaborar planos quanto ao mesmo. Quando ocorre uma perturbação do ordenamento temporal da vida prática humana surge a necessidade de interpretar e representar o tempo para orientar o sujeito em seu espaço cultural:

Em todo o caso, a perturbação do agir ocorre pela experiência do sofrimento, cuja superação (cujo processamento) é indispensável, para que a vida siga seu curso.

Trata-se, pois, de uma perturbação de sentido mediante a experiência de uma ruptura temporal e de uma recuperação de sentido mediante a interpretação do tempo. (RÜSEN, 2015: 40).

A produção intelectual de Affonso Celso pode e deve também ser vista como um trabalho de atribuição de significado onde forma uma nova autoconsciência. O 15 de novembro de 1889 foi um acontecimento temporal que desencadeou uma desorientação em sua vida. As ideias contidas em seus escritos são tentativas de reinterpretar as mudanças políticas brasileiras de fins do século XIX, para atribuir significado e legitimidade à sua mudança de posicionamento político, de sua própria visão de mundo. Em outras palavras, é a tentativa deste intelectual atribuir sentido mediante a interpretação dos fenômenos políticos de sua época, com o intuito de orientar a si mesmo nas novas circunstâncias.

Sentido é a categoria responsável por imprimir significado ao mundo em que o sujeito está inserido. Ele conecta o homem, na sua esfera íntima, às suas experiências capacitando-o a relacionar-se tanto consigo mesmo quanto com a sociedade em que se encontra. Ao situar a vida humana em um determinado horizonte interpretativo, torna a realidade compreensível e constrói a subjetividade do indivíduo; ameniza o seu sofrimento e possibilita a comunicação como uma forma de entendimento e aperfeiçoamento de sua identidade; neste sentido:

O saber histórico serve também para dar forma a esse tempo humano interno. É aqui que o saber histórico tem uma das suas mais importantes funções de orientação seu papel na formação, negociação, implementação e alteração da identidade. (*Idem*: 48).

Em um artigo intitulado “Depois do 15 de Novembro”, inserido em sua obra *Guerrilhas*, o autor elencou os principais motivos que o levaram a mudar seu posicionamento político. Como já exposto anteriormente, são eles: (i) o sentimento de dever acompanhar seu pai, o Visconde de Ouro Preto, em seu exílio político; (ii) a forma pela qual foi proclamada a República; (iii) a comparação entre o Império e a República, sendo o primeiro mais benéfico ao país e (iv) a preferência de optar por um regime monarquista parlamentar em detrimento de um governo republicanos, principalmente presidencial; por ser o primeiro o mais apto a atender os interesses da população e lhes assegurar os seus direitos. (CELSO, 1895: 315, 320, 322 e 324.)

Realizadas as presentes considerações teóricas e metodológicas, passaremos agora a analisar os escritos de Affonso Celso com o intuito de compreender a complexidade de seu pensamento. Este capítulo é dedicado à apresentação e análise da primeira das razões acima elencadas. Desta forma, analisaremos dois acontecimentos na vida do autor que impactaram sua escrita: o exílio após a Proclamação da República, de novembro de 1889 a junho de 1891, e o assassinato do coronel Gentil de Castro em março de 1897.

1.1 – A experiência do exílio: contato com D. Pedro II e aproximação da causa monarquista.

Para Bruno Cerqueira (2013) é impossível falar de Affonso Celso sem mencionar o legado que irremediavelmente tem em si a personalidade inquebrável e orgulhosa de seu pai. Em junho de 1889, o Visconde de Ouro Preto foi convidado por D. Pedro II a assumir a presidência do Conselho de Ministros, sucedendo o conselheiro João Alfredo, que por sua vez sucedera ao Barão de Cotegipe. Monarquista convicto, membro do Partido Liberal, Ouro Preto teve grande influência sobre Affonso Celso para trazê-lo à vida política e a seu partido:

O único protetor e chefe que tive na carreira política e quem me abriu as portas dessa carreira foi o Visconde de Ouro Preto. As recomendações de que proveio o meu ingresso no parlamento devo-as a ele exclusivamente. (...).

Não há dúvida de que a posição de Meu Pai, Senador do Império, embora não exercesse efetiva autoridade, tudo me facilitou. (CELSO, 1901: 9 e 11).

O gabinete comandado por Ouro Preto e seus ministros almejavam o federalismo monárquico, a abolição da vitaliciedade do Senado Imperial, a liberdade de culto religioso, maiores investimentos em educação e políticas voltadas à questão fundiária brasileira, com o intuito de alavancar o potencial agrícola do país com a inserção dos negros libertos, antigos escravos, e dos imigrantes europeus e asiáticos (CERQUEIRA, 2013: 210)¹². Os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 encerraram a curta atuação deste gabinete, deposto após apenas 5 meses de atuação, acarretando na Proclamação da República

¹² Affonso Celso elencou as principais pautas defendidas pelo gabinete do Visconde de Ouro Preto: “No seu programa figuravam: alargamento do voto a quantos soubessem ler e escrever inteira autonomia de municípios e províncias; completa garantia do direito de reunião; liberdade de cultos e seus corolários; temporariedade do Senado, redução máxima dos direitos de exportação; fundação de estabelecimentos de crédito que proporcionassem ao comércio, à indústria e à lavoura os recursos de que carecessem; elaboração do Código Civil; conversão da dívida externa; amortização do papel moeda todas as ideias, em suma, do mais puro liberalismo, pelas quais eu me havia batido e que antepunha à proclamação da República.” (1895: 317 e 318).

brasileira e na prisão do Visconde de Ouro Preto no mesmo dia por Deodoro da Fonseca (CARVALHO, 2012: 127 e 128).

O primeiro ministério republicano – com Deodoro na presidência -, Floriano Peixoto, como vice e Benjamin Constant, no Ministério da Guerra – intimou a família imperial a deixar o país na madrugada do dia 17. Dentre os amigos e correligionários que acompanharam D. Pedro II, encontrava-se o Visconde de Ouro Preto. Contudo, este apenas seria formalmente banido do território nacional no dia 21 de dezembro, através do Decreto 78, por representar risco à recém proclamada República¹³; rumando para a Europa com sua esposa, filhos e irmão, este último antigo presidente da Província do Rio de Janeiro e Ministro da Guerra, Carlos Affonso de Assis Figueiredo (1845-1907). Apesar de não ter seu nome mencionado no respectivo decreto, Affonso Celso optou por acompanhar sua família: “O governo provisório não me considerara digno da mesma honra, ou rendera talvez justiça a meus sentimentos, compreendendo que o exílio de Meu Pai importava o meu.” (CELSONO, 1891: 19).

Tornam-se nítidas a mágoa e o ressentimento de Affonso Celso ao narrar a forma pela qual sua família, amigos e companheiros foram obrigados a embarcar para fora do país juntamente com o destronado monarca brasileiro. Compunha o grupo exilado um grande número de idosos, enfermos e crianças pequenas que haviam tido apenas algumas poucas horas para se preparar, acabando por viajarem “(...) sem os indispensáveis preparativos, na desordem e lufa-lufa de vítimas de uma revolução triunfante.” (1891: 6). O Visconde de Ouro Preto, seu pai, dias antes renomado ministro, foi conduzido preso ao navio, diretamente do quartel em que estivera detido pelo levante de 15/11/1889. Ademais, existia o sentimento de saudade e preocupação com os amigos e parentes que ficavam “(...)

¹³ “O Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, considerando:

Que a manutenção da ordem e da paz interna da República, é o principal dever do Governo Provisório, e, constitui um interesse social superior a todas as conveniências, quer de ordem política, quer de ordem pessoal; que por atos positivos e manifestações públicas deprimentes do caráter nacional e infensas à ordem da política estabelecida pelo pronunciamento da opinião nacional, alguns cidadãos procuram fomentar, dentro e fora do Brasil, o descrédito da pátria, por agitações que podem trazer a perturbação da paz pública, lançando o país às contingências perigosas de uma guerra civil; que por mais constrangedor que seja a necessidade de recorrer a medidas rigorosas das quais resultam limitações ao princípio da liberdade individual, não se pode contudo subordinar o interesse superior da Pátria, aos interesses individuais dos inimigos dela;

Decreta:

Artigo 1º - Ficam banidos do território nacional os cidadãos Affonso Celso de Assis Figueiredo, intitulado Visconde de Ouro Preto, e Carlos Affonso de Assis Figueiredo. (...).” (BRASIL, *apud*, CERQUEIRA, 2013: 213-214).

entregues aos caprichos da soldadesca amotinada, a impressão dos acontecimentos ocorridos, as incertezas do futuro, a brusca interrupção de hábitos e comodidades, a alteração radical do nosso modo de existir (...) (*Idem*: 7).

O destino final do comboio, liderado pela embarcação “Alagoas” em que estava alojada a família imperial, era Hamburgo. O primeiro local em que atracou foi a Ilha de São Vicente, localizada no Arquipélago de Cabo Verde. Nesta localidade não foi permitido o desembarque de nenhum dos exilados, por ter sido imposta quarentena naquela região aos navios que ali chegavam por motivações sanitárias. Nem mesmo foi permitido que saíssem de um navio para outro, com o intuito de trocarem informações e saberem como se achavam os demais viajantes. Apenas puderam reabastecer para seguir viagem.¹⁴

As condições climáticas forçaram os exilados a mudarem de destino. Como muitos haviam ficado doentes e faltavam vestuários adequados capazes de suportar o inverno da região, optaram por descer em Tenerife, Capital das Ilhas Canárias, onde aguardaram por oito dias um navio que pudesse transportar todos para Lisboa. Ao chegarem em solo lusitano, no dia 14 de dezembro, foram alojados em um modesto hotel da região, após a recusa de D. Pedro II em hospedar seus acompanhantes em estabelecimentos oferecidos pelo rei de Portugal. O primeiro contato no exílio com o anterior imperador brasileiro se deu neste dia, quando D. Pedro II convidou Affonso Celso e seu pai da maneira como se encontravam, ainda portando vestimentas de bordo. Segundo sua narrativa, foi a partir deste evento que as opiniões do autor quanto a D. Pedro II começaram a mudar:

Cordialíssimo o acolhimento. Sua Majestade referiu-se à Revolução revelando isenção e serenidade admiráveis. Parecia perfeitamente resignado com a perda do trono. Preferentemente orientava a conversação para os estudos e visitas que tenciona realizar em Portugal. Nem a mais leve palavra amarga, nenhuma queixa ou recriminação. (1891: 14).

Não havia Affonso Celso tido maiores contatos com D. Pedro II até aquele momento. Antes de 15 de novembro de 1889, seu contato com o Imperador era restrito a conferências, festas e reuniões científicas e literárias. Apenas em julho do mesmo ano, conversaram quando Affonso Celso, ainda Deputado à época, recusou o convite realizado pelo Imperador para que fosse representar o país em uma missão nos Estados Unidos da América, que viria a ser a primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Washington. As impressões

¹⁴ “Grande contrariedade nos estava reservada: não nos era licito descer à povoação e nem sequer comunicar com o Alagoas. Por incompreensível aplicação do regulamento sanitários indígena, quarentena absoluta tinha sido imposta (...). Receber combustível e prosseguir – eis simplesmente o que lhe cumpria (...). Imagine-se a nossa impaciência e desgosto.” (CELSO, 1891: 9).

iniciais que possuía de D. Pedro II não são mais aquelas que se encontram em sua narrativa após 1889:

Inteligência pouco acima do medíocre, ilustração mais extensa que profunda, (...) magnanimidade oriunda do pouco caso com que considerava os outros homens, tendências absorventes por índole e hábito (...). Nenhuma curiosidade me impelia a aproximar-me da sua pessoa, o que, tendo a situação política de Meu Pai (...) e a minha própria, me houvera ido fácilimo. (1891: 4 e 5).

As relações entre Affonso Celso e D. Pedro II estreitaram-se após a morte da imperatriz Teresa Cristina em dezembro de 1889. Na intimidade, o anterior monarca apresentava-se como uma pessoa carinhosa, franca e mais admirável do que quando atuava politicamente. Dentre os elementos que chamavam sua atenção estavam sua inteligência, erudição, bondade e senso de justiça.¹⁵ A primeira vez que Affonso Celso utiliza o termo “ufania” em sua produção intelectual se dá quando se refere à honra em que sentia de ser brasileiro por ser em sua terra natal o local em que teria produzido e formado o antigo imperador:

(...) invadiam-se conjuntamente sentimentos de ufanía e de magoa por ser brasileiro. Desvanecia-me a honra de haver nascido no meio social que produzira individualidade tão nobre e tão pura. Indignava-me ao pensar que meus compatriotas, homens de minha geração, tantos por ele particularmente protegidos, o tinham enxotado como um réprobo, sem levantar a favor dele o mínimo protesto ou resistência, substituindo seu paternal governo, de concórdia e de moralidade, pelo despotismo brutal das casernas, crismado sacrilegamente com o nome de república. (1891: 30 e 31).

Affonso Celso segue a narrativa de sua obra descrevendo os encontros que teve com D. Pedro II, como a estadia em Paris em outubro de 1890, onde os dois visitaram museus e academias, e participaram de sessões científicas e literárias, bem como uma viagem para a Itália no início de 1891, em que percorreram o interior do país. A última conversa face a face que tiveram foi em junho de 1891, mês de regresso de Affonso Celso ao Brasil, após

¹⁵ “Dou, porém, testemunho de que a sua inteligência, qual a pude apreciar, era nítida e profunda, prodigiosa a sua memória, variadíssima a sua erudição, instrutiva sempre a sua palestra, impregnados todos os seus dizeres de bom senso, critério e discernimentos infinitos. Mas a irradiação superior do seu caráter consiste na bondade, na tolerância inalterável com que encara as misérias do mundo – piedade suprema de filósofo que vive a meditar e sofrer. Confiança cega na verdade e na justiça, amor infinito à ciência, idolatria pelo cumprimento do dever, certa ironia complacente com relação à contingência das coisas, e, acima de tudo, serenidade olímpica no sentir e no pensar, oriunda, sem dúvida, do equilíbrio de faculdades poderosas, alma límpida e alta, trato ameníssimo, larga experiência sem amargura – eis alguns dentro inúmeros traços insignes que aprendi no seu organismo psicológico. Entre os antigos, chamar-lhe-iam um estoico; nas épocas de fé viva um, santo; para mim, a denominação – um justo – o define e resume nesta quadra de interesse e egoísmo.” (*Idem*: 29).

20 meses de exílio¹⁶, data em que o governo provisório republicano suspendeu o banimento de seu pai, o Visconde de Ouro Preto (CERQUEIRA, 2013: 216).

Em seu último diálogo, D. Pedro II afirmou que do ponto de vista pessoal havia lucrado com a instauração do novo governo, pois o quadro de sua saúde exigia que repousasse e podia dedicar seu tempo às atividades que lhe proporcionava prazer, tais como estudar, viajar e participar de congressos científicos (CELSO, 1891: 55). O mesmo afirmou que apenas desejaria regressar ao país caso o povo assim desejasse, não possuindo planos para advogar a favor de uma possível restauração do seu governo em solo brasileiro: “Ao povo brasileiro assiste pleno direito de se governar como julgar mais acertado.” (*Idem*: 58).

Dentre as queixas apresentadas pelo antigo Imperador brasileiro estava o risco de perda do território de Missões para os argentinos, uma vez que para D. Pedro II, segundo Affonso Celso, “Foi o meu empenho sagrado conservar o Brasil unido e íntegro. Reside nessa homogeneidade indivisível a nossa grandeza.” (*Idem*: 57). A outra reclamação versava sobre o uso da força utilizada pelo exército para destroná-lo e para encaminhar os seus correligionários ao exílio.¹⁷

A experiência do exílio acarretou numa grande mudança de perspectiva neste intelectual. A própria imagem que tinha de D. Pedro II foi alterada, uma vez que agora acreditava que nunca ele “(...) se provou mais augusto e mais soberano do que quando iniquamente despojado pela soldadesca dos seus régios atributos.” (*Idem*: IX). A distância do solo brasileiro permitiu a Affonso Celso analisar os acontecimentos políticos da recém proclamada república brasileira do outro lado do Oceano Atlântico. O dever de acompanhar seu pai ao exílio possibilitou a aproximação com a causa monarquista e a mudança de seu posicionamento político. Este capítulo traumático de sua vida veio a permear toda sua produção intelectual, imprimindo em seus textos um caráter ressentido, reflexo de suas experiências pessoais.

Affonso Celso afirma em sua narrativa, ainda que o sentimento de dever de propagar o patriotismo entre os brasileiros foi despertado por D. Pedro II. Esta personalidade teria

¹⁶ “Vinte meses de exílio incutem saudades da terra natal nos corações mais avessos a esse sentimento. Quanto mais em mim e nos meus, para que a lembrança do Brasil estivera sempre arrigada na mente! Não é ficção poética a nostalgia. Existe, mórbida e cruel. Conheci-lhe os cruciantes efeitos, para os quais só há lenitivo e remédio pronto no regresso à pátria.” (*Idem*: 54 e 55).

¹⁷ “Uma coisa única me incomodou deveras: o aparato da força desenrolada em torno ao paço da cidade; soldados a pé e a cavalo, guardando todas as portas, apontando para mim e para a minha família armas ameaçadoras, como se fôssemos réus e capazes de nos evadir.” (*Idem*: 58 e 59).

confiado a ele a tarefa de cultivar o orgulho nacional entre os brasileiros, como forma de superar as crises políticas e colocar a nação rumo ao progresso civilizacional. Com as seguintes palavras, o não mais imperador colaborou para que Affonso Celso desenvolvesse a sua proposta ufanista:

Cumpra que no patriotismo vibrem vaidades, amor próprio, altaneria. Falece-nos isso; mas há de vir. O Sr., que é moço, deve desarraigá-lo de sua mente a funesta tendência para o sentimento da subalternidade pátria. Cultive o orgulho de haver nascido brasileiro; desenvolva-o, propague-o. Embeba dele, se puder, a alma nacional e será benemérito do futuro. Com esse orgulho superam as nacionalidades crises mortais. Aviltam-se sem ele. É meio caminho para a grandeza; uma das asas do progresso e da glória (*Idem*: LVIII).

1.2 – O assassinato do Coronel Gentil de Castro: Canudos, a morte de Moreira Cezar e a intolerância com os monarquistas.

Um segundo acontecimento marcaria a vida pessoal de Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior. Na tarde do dia oito de março de 1897, na Estação São Francisco Xavier, o autor presenciou o atentado contra o Coronel Gentil de Castro, monarquista proprietário dos jornais *Liberdade* e *Gazeta da Tarde*, que colocou em risco tanto a sua vida quanto a de seu pai, o Visconde de Ouro Preto: “(...) um dos crimes mais revoltantes dos nossos fastos, de uma das nodoas mais vergonhosas do regime republicano no Brasil.” (CELSO: 1897: 5).

Em julho de 1897, após seguir para Paris visando preservar tanto a vida de seu pai quanto a sua da perseguição aos monarquistas desencadeada pela derrota da terceira expedição a Canudos, e a consequente morte do líder militar Moreira Cezar, Affonso Celso elaborou a obra *O assassinato do Coronel Gentil de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil*. Indignado com a cobertura inexata da mídia, a seu ver, em sua maioria republicana, este intelectual sustentou a sua versão dos fatos com o intuito de restabelecer a verdade sobre os acontecimentos daquele dia; defender-se das acusações realizadas pela imprensa sobre sua atuação naquele dia; prestar homenagem à memória de Gentil de Castro e disponibilizar a futuros historiadores matérias que colaborassem a compreender a atuação do regime republicano e seu descaso para com a propriedade, liberdade e vida dos cidadãos brasileiros (*Idem*: 6).

Para compreender esta obra de Affonso Celso é necessário analisar o contexto político brasileiro após a derrota da expedição liderada por Moreira Cezar em março de 1897. Não objetivamos, aqui, realizar uma análise exaustiva sobre o significado do

movimento liderado por Antônio Conselheiro na Bahia na década de 1890. Desta forma, realizamos, aqui, apenas alguns apontamentos pertinentes, para que seja possível uma melhor compreensão do discurso do autor analisado neste trabalho.

Segundo Hermann (1996) a morte do líder militar Moreira Cezar, a 3 de março de 1897, na guerra contra os conselheiristas, comandando a terceira força expedicionária à região, sendo ele um ilustre membro do Exército e adepto da facção radical dos militares, trouxe reviravolta no cenário político da capital federal republicana. Os “jacobinos”¹⁸ – grupo heterogêneo e radical composto por intelectuais, parlamentares, políticos ligados a oligarquias estaduais e, principalmente, militares – retomaram o debate sobre a oposição da Monarquia e República como base de suas preocupações, desencadeando ardentes ataques à presidência de Prudente de Moraes e alimentando as acusações de que os monarquistas, organizados sob o Partido Monarquista em 1895, estariam apoiando e financiando Antônio Conselheiro e seus seguidores com intuito de destruir o governo republicano em prol da restauração monárquica.

Até aquele momento, de acordo com Hermann, os sertanejos de Canudos não representavam qualquer ameaça à República. O primeiro documento oficial que este autor encontrou que continha menção direta a Antônio Conselheiro e à fazenda de Belo Monte é datada de 15 de março de 1897, ou seja, após a morte de Moreira Cezar, na “Mensagem ao Presidente da República” redigida pelo governador baiano Luiz Vianna (1996: 10). Cabe lembrar que para justificar uma intervenção militar federal era necessária uma requisição direta do governador, o que significava, na prática, uma demonstração da incapacidade do Estado para o restabelecimento de sua ordem.

A derrota da expedição Moreira Cezar foi um golpe ao frágil equilíbrio de forças da primeira fase da vida republicana brasileira. Os republicanos exaltados, sentindo-se ultrajados, não pouparam críticas e acusações àqueles que demonstravam empenho duvidoso, em, de fato, destruir o que passou a ser considerado, a seu ver, como um movimento restaurador da antiga ordem monárquica. A força dos jacobinos, somada ao impacto da morte do militar, incendiou a imprensa carioca, inculcando aos monarquistas as causas do desastre da expedição militar de Canudos. Um enxerto do jornal “A República” de 7 de março serve como exemplo para ilustrar a situação:

¹⁸ Para uma melhor análise da composição e atuação deste grupo, ver: JANOTTI, Maria de Lourdes de Mênaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Que o presidente da República não se iluda sobre o sentido da agitação latente em grande parte do território brasileiro, apenas na Bahia, em armas. Trata-se da restauração; conspira-se, forma-se o exército imperialista (...). Em grande parte do Brasil trama-se contra a República e o movimento da Bahia é exclusivamente uma manifestação desse trabalho propagado pelos monarquistas. (*República*, 7/8/1897 *apud* CELSO, 1987: 54).

O clima de conspiração e incerteza invadiu o Rio de Janeiro e acabou conferindo aos monarquistas remanescentes - organizados de forma frágil, heterogênea e sem projeto definido sob a bandeira do Partido Monarquista em 1895 – uma força muito superior ao perigo que, de fato, representavam. A destruição de jornais monarquistas, como *A Liberdade* e *Gazeta da Tarde*, na noite do dia 7 de março de 1897, são evidências do nível de estresse a que estava submetido o regime republicano durante aquele período: “(...) dos dois jornais apenas subsistia àquela hora um montão de ruínas e cinzas, pois haviam sido saqueados, incendiados, destruídos na noite da véspera do assassinato de Gentil.” (CELSO, 1897: 23). O jornal *O País*, na manhã seguinte, apresentou o ato de destruição das folhas monarquistas de Gentil de Castro como um ato patriótico em prol da República, contra Canudos e sua causa, supostamente, restauradora.¹⁹

Para Affonso Celso as acusações realizadas pela imprensa contra os monarquistas naquele momento não eram resultado de uma excitação momentânea decorrente do inesperado insucesso das forças militares e federais e do falecimento de Moreira Cezar. O desastre de Canudos teria apenas servido de desculpa para suprimir o movimento restaurador e colocar a culpa no novo Partido Monarquista pela derrota contra Antônio Conselheiro:

De longa data, a imprensa republicana, fugindo de discutir com a monarquista, açulava contra esta os maus instintos da população. Quotidianamente, eram apontados os restauradores como inimigos da onde, conspiradores perigosos, fatores de todos os males e infortúnios subsequentes ao 15 de novembro. Excelente pretexto o desastre de Canudos para amordaçar ou suprimir os incômodos censores. Erigiram destarte o partido monarquista em bode expiatório dos erros governamentais. (*Idem*: 42).

Ainda afirma que o protesto dos monarquistas contra o regime republicano sempre se mostrou pacífico e feito dentro das vias legalmente permitidas. Suas principais armas eram as do raciocínio, a partir da divulgação de suas ideias em jornais que lhes prestavam

¹⁹ “Fora invadida a casa da redação comum à “Gazeta da Tarde” e à “Liberdade”. Não nos surpreendeu o movimento da ira popular. O patriotismo que arma o braço contra os inimigos da paz brasileira, o patriotismo que autoriza o ataque a Canudos, reduto da monarquia, autorizou no momento da exaltação o ataque aos dois órgãos monárquicos.” (*Apud* CELSO, 1897: 28).

apoio. Desta forma, afirma Affonso Celso, os defensores da monarquia “(...) nunca tiveram a mais remota ligação com quaisquer perturbadores da paz e da ordem pública.” (*Idem*: 47).

Nesta obra, o autor possui uma grande preocupação de demonstrar a inexistência de elos entre os monarquistas com os “(...) bandos fanatizados de Antônio Conselheiro, que desbarataram a expedição Moreira Cezar.” (*Idem*: 110). Apesar do líder de Canudos se declarar propenso à restauração de D. Pedro II, este agiria “(...) por sua conta e risco, sem receber inspirações ou subsídios de quem quer que seja, e muito menos dos chefes monarquistas residentes no Rio de Janeiro.” (*Idem*: 111).

O “sucesso” e a popularidade do movimento baiano deveriam ser atribuídos à ignorância dos seguidores de Antônio Conselheiro e às precárias condições de vida no interior daquele Estado, permitindo que os habitantes daquele local fossem suscetíveis aos discursos de um “(...) fanático e louco-beato (...)” (*Idem*: 123). Os habitantes de Canudos não tinham como proposta destruir a República e nem tinham as condições para tal, uma vez que lhes faltavam a noção de solidariedade nacional e sentimento patriótico capazes de direcionar suas ações:

Um estudo calmo dos fatos, que aliás se têm ali pavorosamente desdobrado, dos hábitos de vida a que se têm entregado, vai para vinte anos, os fanáticos de Antônio Conselheiro e as peripécias das duas últimas mal sucedidas expedições, deixam ver claramente que o movimento que se opera em Canudos não obedece nenhum plano traçado por mão segura, e que, pois está longe de ser resultante necessária de esforços inteligentemente combinados e habilmente dirigidos em favor da restauração do regime que se esboroou, inopinadamente, ao embate luminoso de ideias democráticas que dominam o imenso e livre continente americano, onde fruteia a árvore dadivosa da liberdade. (*Idem*: 125).

Assim, conclui Affonso Celso que o movimento contestador não seria um foco de atuação dos restauradores da monarquia, mas sim de um grupo grande e perigoso de fanáticos que teve sua atuação colaborada pela indiferença e tolerância do regime republicano. “E são os monarquistas o bode expiatório, os culpados e responsáveis por tudo...Toca a persegui-los, a abafar-lhes a voz, a suprimi-los por meio do ferro e do fogo!” (*Idem*: 128).

O próprio Coronel Gentil de Castro não teria tido contato com os conselheiristas, muito menos se comprometido com o envio recursos de qualquer natureza para apoiar o movimento. Ainda, o autor afirma que apesar da imprensa republicana acusar os partidários monarquistas de tais feitos, nunca havia explicado os meios pelos quais este suposto

financiamento teria ocorrido.²⁰ Se houvessem provas de fato da participação destas figuras com Canudos, caberia às autoridades republicanas o dever de tratá-los como indiciados, fazendo uso do sistema judiciário e das vias legais proporcionadas pela forma de governo republicana. Por não terem agido da forma correta, “Demonstraram, portanto, assim, a falsidade das acusações irrogadas contra nós, quiçá pelos próprios jornais seus correligionários”. (*Idem*).

Desta forma, a República havia falhado duplamente em seus deveres. Não havia comprovado a participação dos monarquistas com relação ao movimento de Canudos²¹ e não defendeu a liberdade de expressão das tipografias simpáticas à restauração, permitindo que fossem destruídas por agitadores populares. Segundo Affonso Celso,

Em qualquer dos casos, conseqüentemente, não preencheu a administração republicana a sua missão social, mostrou incapacidade, fraqueza, impotência, falta de idoneidade para as sagradas funções que lhe incumbem. (*Idem*: 113).

A consequência inelutável é que o sistema não presta, a despeito da melhor vontade e das virtudes de seus adeptos. Forçado a transigir com a tirania demagógica, sempre que ela se agitar (e no Brasil essa agitação tornar-se-á permanente) e incapaz de assegurar, não há a prosperidade da Pátria, mas a liberdade, a propriedade, a vida dos cidadãos. (*Idem*: 114).

Na manhã do dia 8 de março de 1897, o Coronel Gentil de Castro deixou sua casa em Petrópolis e dirigiu-se à capital para ver o estado em que se encontravam as tipografias de seus jornais. Affonso Celso era seu vizinho nesta época e recomendou ao grande amigo de seu pai que não fosse ao Rio de Janeiro, pois havia recebido uma carta do Visconde de Ouro Preto sobre agitações populares decorrentes da derrota da força militar governamental na Bahia, entoando gritos de animosidade contra a pessoa de Gentil, acusado pela imprensa de colaborar com Antônio Conselheiro. A casa do Coronel havia sido invadida, saqueada e destruída na noite anterior, evidências que colaboravam para o receio de Affonso Celso e seu pai. “A verdade é que envidamos o máximo esforço para demover Gentil de ir à capital

²⁰ “Qual o meio prático, qual o caminho para as remessas? Como se sacarias as fortes somas necessárias para uma campanha? Como se acondicionariam às ocultas mantimentos destinados a um exército? Como se transportariam os fardos dos gêneros e as pesadas caixas de armamento, centenas e centenas de léguas, pelas rudes estradas do interior?! Só extraordinária ignorância, absoluta ausência de critério, desconhecimento radical de nossa topografia, dos nossos costumes, dos nossos elementos explicam tais versões, ou então, refinadíssima má-fé, estupenda perversidade.” (*Idem*: 111).

²¹ Segundo Hermann a precipitação em localizar em Canudos o centro irradiador de uma conspiração antirrepublicana eliminou qualquer possibilidade de investigação sobre as verdadeiras propostas dos conselheiristas. “A falta de embasamento científico para justificar a ferocidade do ataque veio somar-se a ausência de quaisquer documentos que indicassem o compromisso dos canudenses com uma conspiração monarquista organizada. Nas ruínas do que fora o arraial, nenhum papel comprometedor, nenhuma prova que incriminasse os sertanejos de Canudos foi encontrada”. (1996: 17).

no dia da catástrofe. Não atendeu. Sabem quanto com ele privavam que era inabalável em suas resoluções”. (*Idem*: 99).

Frente à insistência de Gentil para seguir à capital, Affonso Celso decidiu acompanhá-lo para visitar seus pais e retirá-los da cidade, acreditando que estariam mais seguros no Alto da Serra em Petrópolis. Apesar do Coronel afirmar que também ele e sua família correriam riscos, o filho do Ouro Preto retorquiu, afirmando que não seria uma grande figura política naquele momento capaz de atrair a atenção dos republicanos.²² Seguiram então os dois rumo à capital: Gentil de Castro armado com um revólver e um punhal e Affonso Celso desarmado (*Idem*: 22).

Ao chegarem à Estação São Francisco Xavier, conhecidos lhes recomendaram deixar a cidade devido às agitadas manifestações que apresentavam animosidades com os monarquistas. Optaram por apenas ir até a Chácara do Visconde de Ouro Preto, localizada próxima à estação, para levá-lo a Petrópolis em seguida. Na residência do Visconde de Ouro Preto, o Coronel Gentil de Castro recebeu a notícia sobre a destruição da tipografia de seus dois jornais, não vendo mais necessidade de descer até o centro da cidade, para confirmar, com seus próprios olhos, o que os jornais já estavam noticiando. Segundo Affonso Celso,

Comprendemos – meu pai, o coronel Gentil e eu – que aos monarquistas não restava nestas circunstâncias outro alvitre senão o de aguardarem em suas casas, com calma e dignidade, a solução natural da crise, esquivando-se a encontros de que pudessem surgir conflitos e nada solicitando às autoridades. (*Idem*: 45).

Todos se dirigiram novamente à estação para pegar o trem rumo à Petrópolis, que deveria partir às cinco da tarde. Affonso Celso realiza uma descrição detalhada deste momento, que não cabe ser apresentada neste trabalho. O que importa é que os três sentaram-se juntos no vagão da primeira classe e a estação estava mais cheia do que de costume, onde acabaram por encontrar o tio de Affonso Celso, Carlos Affonso de Assis Figueiredo, que também decidiu os acompanhar (*Idem*: 50-53).

Quando o trem estava perto de partir, um grupo de pessoas chegou à cabine em que estavam localizados e demandavam falar com o Coronel Gentil de Castro. O autor narra que inicialmente o grupo era composto de cinco a seis indivíduos, mas que do lado de fora, cerca de trinta pessoas acompanhavam a ação do grupo. Identificado Gentil de Castro, os sujeitos

²² “-Você também correrá risco...-objetou Gentil. Não, - porquanto não me acho em evidência política, como você, e contra mim, ao que parece, não se acumulam tantas prevenções. Sou, de resto, mais prudente.” (*Idem*: 19).

pediram para que ele saísse do trem. Após a negativa, o grupo tentou entrar à força e a gritar morte ao proprietário das folhas monarquistas:

Nisto todos exibiram revólveres, estoques, punhais, apontando-os para Gentil. Levantou-se este e sacou da algibeira da calça o seu revólver que trazia. Vendo-o armado, recuaram vivamente os agressores. (*Idem*: 54).

Em seguida diversos tiros foram disparados, principalmente pelo grupo mais numeroso. O Visconde de Ouro Preto tentou auxiliar Gentil em sua defesa, mas Affonso Celso, após verificar que a turba já estava em cima do corpo do coronel optou por direcionar seu pai às pressas para fora do trem. Três homens os seguiram até um terreno vazio localizado próximo à estação.²³ Um deles, reconhecendo seu pai, apontou a arma para o Visconde de Ouro Preto, enquanto outro perseguidor ordenava que também o matasse por se tratar de uma autoridade monarquista. Enquanto fugiam, Affonso Celso buscava proteger seu pai com o corpo dos tiros efetuados pelo perseguidor, que não acertaram o alvo. Apesar de terem atirado, nenhuma bala os atingiu.

Os perseguidores afastaram-se após ouvirem a confirmação de seus comparsas de que Gentil já se encontrava morto na estação. Affonso Celso escoltou seu pai, que relutava em ser conduzido, pois almejava regressar ao local em que o corpo do coronel se encontrava²⁴, até um cortiço próximo, em que uma família os convidou para entrar e abrigarem-se; local onde permaneceram até o fim das agitações. Ao anoitecer, regressaram à estação e vendo que o corpo de Gentil já havia sido enviado para Petrópolis, para lá se dirigiram em um novo trem (*Idem*: 56-60).

À noite foram à casa de Gentil onde foram informados por sua esposa que seu amigo havia falecido devido a um ferimento de bala no peito e contusões na cabeça durante a confusão na estação São Francisco Xavier. Em seguida, rumaram para a casa de Affonso Celso que, durante sua ausência, havia sido invadida e saqueada por manifestantes republicanos. No dia 9 de março, um diplomata chileno ofereceu asilo ao Visconde de Ouro

²³ “Perante as armas assestadas e os sinistros clamores dos numerosos atacantes, compreendi, num relance, que inútil temeridade fora permanecer ali e lutar. Rápido, abri a portinhola, junto da qual se achava meu pai, e, mascarando-o com o meu corpo, impeli-o para fora, precipitando-o no leito da linha. Era o único meio de subtraí-lo ao conflito (...).” (*Idem*: 55)

²⁴ “-Deixe-me... deixe-me, - ordenava Meu Pai. Quero ir para a rua, quero voltar para ao pé do Gentil. Se me encontrarem aqui ridicularizam-me, além de tudo. Estou desonrado; dirão que abandonei o Gentil. Você obrigou-me a representar miserável papel!” (*Idem*: 60).

Preto e à sua família, contudo a oferta foi recusada²⁵. Optaram por permanecer em uma fazenda de familiares localizada no interior de Minas Gerais. Após algum tempo, no dia 4 de abril de 1887, Affonso Celso aproveitou uma viagem a trabalho para Londres e levou consigo toda sua família, com o intuito de permanecer fora do país enquanto os ânimos contrários aos monarquistas não fossem apaziguados, afinal “Ficar no Rio, após o sucedido, importaria em estúpida imolação: seria entregar o pescoço ao algoz.” (*Idem*: 96).

“Sobre o meu procedimento durante o assassinato do coronel Gentil correram várias e contraditórias versões.” (*Idem*: 86). Com estas palavras Affonso Celso se refere às narrativas disseminadas pelos jornais simpáticos à causa republicana que condenaram sua postura no 8 de março, recriminando-o por ter fugido junto com seu pai. Boatos propalados pela imprensa, acusando Affonso Celso de ter dado vivas à República brasileira para preservar sua vida e ter abandonado seu colega, provocaram um grande ressentimento no autor:

Sei, porém, que se propalou haver eu dado vivas à república no intuito de lisonjear os agressores e até (...) ter eu designado o coronel Gentil de Castro aos assassinos, que não o conheciam, a fim de fugir com meu pai, enquanto eles se ocupavam de trucidar o meu desgraçado amigo! (*Idem*: 87).²⁶

Para se defender das alegações, a seu ver, caluniosas, Affonso Celso recorre à autoridade de seu nome e à sua trajetória pública como elementos capazes de subsidiar a sua versão dos acontecimentos. Segundo ele, as suas palavras, vindas de um homem digno, eleito duas vezes como representante de Minas Gerais, defensor da abolição da escravidão, e que aceitou, apesar de não concordar, os desdobramentos do 15 de novembro de 1889, deveriam ser suficientes para desmentir a narrativa elaborada pela imprensa republicana.²⁷

²⁵ “Determinou-me meu pai que respondesse agradecendo sumamente a espontaneidade e a gentileza do convite, mas recusando-o naquele momento. Repugnava ao nosso civismo, fossem quais fossem os perigos arrostados, aceitar, dentro da Pátria a proteção de um pavilhão estrangeiro.” (*Idem*: 65).

²⁶ “Anteontem na Capital Federal alguns populares justiçaaram o jagunço Gentil José de Castro. Os Monarquistas Affonso Celso, pai e filho, fugiram abandonando o seu companheiro.” (*O Paiz*, 10 de março *apud* CELSO, 1897)

“Por ocasião da luta foram detidos o visconde de Ouro Preto e o Dr. Affonso Celso; o visconde conservou a altanería e a linha que não o abandonam nas mais graves ocasiões e o Dr. Affonso Celso, filho, implorou graça para seu pai que afirmou ser um monarquista franco e não um conspirador.” (*O Paiz*, 12 de março *apud* CELSO, 1897: 87).

²⁷ “Entre a minha palavra, - palavra de um homem, conhecido pela sua constante e absoluta dignidade, de um homem em todos os lances de sua vida pública e particular, nas suas árduas campanhas eleitorais pelo sertão mineiro, a 1 de janeiro de 1880, por ocasião do motim provocado pelo imposto de transporte, nos dias perigosos da propaganda abolicionista, a 15 de novembro de 1889, jamais revelou covardia ou desfalecimento, - e a palavra dos assassinos do coronel Gentil não deve pairar sombra de dúvida ou hesitação.” (CELSO, 1897: 88).

Acrescenta que sua atuação teria sido norteadada pelo instinto de proteger seu pai, pelo qual teria feito qualquer coisa para salvar sua vida, inclusive pedir e implorar aos agressores caso fosse necessário.²⁸ Affonso Celso afirma que: “Permanecer eu ao pé de Gentil seria expor a meu pai, que, sem mim, sem a minha iniciativa, nem se arredaria, nem teria forças para tentá-lo.” (*Idem*: 97).

O recurso à defesa de seu nome é de suma importância ao se analisar uma escrita autobiográfica. O nome próprio dá constância ao indivíduo, garante sua singularidade em qualquer campo que ele venha a intervir, em todas as possíveis fragmentações que possam lhe ocorrer quando age no social. Segundo Grecco (2005: 45), é ele válido para todas as ocasiões, descontextualizado, capaz de conferir ao sujeito constância na sua identidade consigo mesmo. Ao utilizar o peso de seu nome para a defesa de sua honra, Affonso Celso insere sua subjetividade fazendo uso do recurso da autoridade, capaz de ser mais forte do que a tradição ou à verdade fatural (CALLIGARIS, 1998: 44).

As calúnias proferidas pela imprensa contra sua pessoa e a de seu pai seriam uma tentativa de ferir sua honra e a do Visconde de Ouro Preto como, também, uma forma de deslegitimar o movimento restaurador.²⁹ A República, incapaz de garantir a segurança de seus cidadãos, independentemente do posicionamento político, colaborou para o assassinato do Coronel. Este teria sido executado sem direito a se defender das acusações que sofria, o que é característico de regimes autoritários:

O certo é que se achava decretada a sua extinção, bem como a de meu pai e outros brasileiros carregados de serviços ao Brasil. Pior do que durante o terror da revolução francesa, nenhum simulacro de processo precedera a secreta sentença e múltiplos carrascos anônimos se incumbiram da execução. (...) E somos nós os covardes, eles os valorosos; nós os maus, eles os puros; nós os causadores do descrédito nacional, eles os regeneradores das virtudes, os representantes imaculados do caráter brasileiro. (*Idem*: 101 e 102).

Esta obra de Affonso Celso deve ser vista, também, como uma defesa dos monarquistas e de sua causa. Os defensores do sistema monárquico seriam, para o autor,

²⁸ “Não intercedi por mim, reconhece a própria versão mentirosa: intercedi, consoante ela, a favor de meu pai. (...). De coração declaro mais: para – já não digo poupar a vida de meu pai, - mas para lhe obviar um desacato, um desgosto, empregarei sempre quaisquer meios lícitos porventura eficazes, inclusive os pedidos, as genuflexões, as lágrimas. Não me desdourariam.” (*Idem*: 89).

²⁹ “Tudo isto é falso, clamorosamente falso. Sobre nos enlutar, pretende essa gente desonrar-nos, pintando-nos como criaturas despidas de consciência, refratários a comezinhos sentimentos de solidariedade humana, monstruosamente egoístas, sem coração. Não podendo ferir-nos fisicamente, magoam-nos, com inaudita crueldade, as mais melindrosas fibras íntimas.” (*Idem*: 92)

numerosos, até mesmo comporiam a maior parte da nação brasileira³⁰. A este grupo caberia o papel de provar aos seus conterrâneos e ao mundo, que há um seleto segmento de brasileiros que persiste fiel às suas tradições e história, impassíveis de serem desonrados por seus inimigos republicanos que visam enfraquecer o seu discurso. Os monarquistas teriam um dever, tanto com a pátria, ao buscarem tornar o Brasil novamente glorioso, como com a Humanidade: ao inserir sua nação no rumo das grandes civilizações ocidentais:

Suceda o que suceder, aos monarquistas brasileiros caberá sempre um grande papel: provar ao mundo que persiste no Brasil um avultado grupo inabalavelmente fiel a seus princípios, coerente com as suas tradições, firme no seu posto, grupo abnegado a que não abatem dificuldades nem descoroçoam perigos, nem desesperançam inseguridades ou traições do destino. Podem tudo contra este grupo os detentores da autoridade. Não podem, nunca puderam, jamais hão de poder uma só coisa: desonra-lo. Daí para ele a compensadora certeza de que cumpre galhardamente o seu dever para com a Pátria e a Humanidade. (*Idem*: 141 e 142).

O assassinato do Coronel Gentil de Castro foi um ataque a todos os defensores da causa monarquista, que tinham nele um “Mártir da liberdade da imprensa, imolado em virtude da independência e coragem da sua fé política (...)” (*Idem*: 143). O seu homicídio fora um dos “(...) atos mais degradantes da nossa moderna história.” (*Idem*: 149). Após uma narrativa da vida e personalidade de seu colega, o autor encerra sua obra com votos para o futuro da nação, na espera de melhores dias, dedicando à obra em homenagem à memória do morto e defensor da restauração:

Enquanto de novo não o vejo, paga-me esta imensa saudade que me deixaste inspirando-me, como é próprio de ti, a utilizar minhas exíguas forças em honra do nosso tão desgraçado (mas há de levantar-se, - não é assim?) e, por isso mesmo, tão querido Brasil. (*Idem*: 155).

1.3 - Affonso Celso: ator e autor de sua própria história.

Lins Martins sustenta que de todos os casos de exteriorização do ressentimento manifestado após os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, em indivíduos que anteriormente haviam declarado ideias republicanas, “(...) o mais típico e dramático tenha sido o de Affonso Celso.” (2008: 139). Afinal, é durante a gestão do Visconde de Ouro Preto, seu pai, quando houve o levante militar que deu forma à República. Para Martins, após este ano, “Todos os seus sentimentos filiais acorrem, então, pressurosos, em defesa da realeza decaída, em que se confundiam o pai e o monarca. E o revolucionário de outrora se

³⁰ “Demostram os fatos que os monarquistas brasileiros são numerosos: - constituem a grande maioria da Nação. Mas, pacíficos por índole e princípios, inermes, não dispõem de garantia alguma em seu país.” (*Idem*: 130).

transforma num irredutível saudosista dos velhos tempos (...).” (*Idem*: 141). A partir deste momento, iria defender incansavelmente a restauração, capaz de sanar o erro cometido pelos brasileiros de instaurarem um governo republicano incapaz de prosperar.³¹

O primeiro motivo elencado por Affonso Celso como determinante para a mudança de seu posicionamento político é de cunho subjetivo: o dever de acompanhar seu pai no exílio após os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889. A confiança depositada no Visconde de Ouro Preto, bem como a admiração por seus serviços e reformas alcançadas ainda no regime imperial, levaria o autor a confessar “(...) que me subordinei a meu pai, em quem, sobre considerá-lo o melhor dos pais, eu via um estadista de primeira ordem, de alta envergadura, profundamente patriota, preparado como nenhum outro, para promover a prosperidade do Brasil.” (1895: 316). Um governo capaz de banir do território nacional uma figura desta envergadura não seria digno da adesão de Affonso Celso:

Podia eu prestar adesão a esses soldados, sob o pretexto de que se apregoavam republicanos? Não, mil vezes não. Rompi desde logo qualquer aparência de ligação com eles; parti em companhia de meu pai, para o exílio, e alistei-me na rareada fileira dos vencidos, que guardavam consigo as tradições da Pátria. (*Idem*: 320).

Os elementos autobiográficos retirados de suas obras permitem observar como se deu a conversão deste autor à causa monarquista, tanto através do sofrimento proporcionado pela experiência do exílio após a Proclamação da República, quanto pelo assassinato de seu colega posteriormente, em 1897, fato que o levou a se retirar do país por mais uma vez. Os desdobramentos de 1889 tornariam o autor “(...) incompatível com a república e os funcionários que a representam, sejam quais forem as modificações pelas quais esse regime, imposição da força e nela exclusivamente apoiada, haja de passar.” (CELSONO, 1891: LVXXXIII).

Acreditando que não poderia atuar diretamente no aparelho governamental, Affonso Celso opta por se recolher à vida privada. Segundo o intelectual, à pátria é possível servir

³¹ Ainda segundo Martins, é abundante a documentação comprobatória do remorso de Affonso Celso manifestado em seus livros. “O filho do Visconde de Ouro Preto não usa disfarces nem eufemismos. Suas confissões são claras, francas, explícitas, aludem diretamente ao seu “remorso”, à sua “constrição”.” (2008:139). Este trecho da obra de Affonso Celso pode exemplificar a afirmação do autor: “Com remorso, confesso que cheguei a atacar, não raro, o imperador na imprensa e na tribuna, atribuindo-lhe a responsabilidade exclusiva de todos os nossos males, e isso não só na fase demagógica da Academia, a diátese política do meu tempo. Continuem depois de representante de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados. Fazia-o convencido, sem cálculo nem ambição. A prova é que publicamente me declaro contrito e me alisto orgulhoso no número de seus mais fervorosos cortesãos, quando em vez de diadema, cinge-lhe apenas a fronte a coroa de espinhos da desgraça”. (CELSONO, 1891: 5).

de diversas maneiras - “(...) por exemplo, preparando-lhe bons cidadãos pela educação dos filhos e mantendo a fidelidade às convicções.” (1891: LXXXIV) - não sendo necessário atuar diretamente na vida política para formar cidadãos. Desta forma, este intelectual decide focar sua atuação na área acadêmica, às letras, sua verdadeira predileção. Ao narrar sobre os tempos que exercia ativa participação política, afirma o autor:

Guardo daquele tempo saudosas recordações, entretanto, quando fosse possível, não volveria de bom grado à vida parlamentar. Não se coadunam com tal vida o meu temperamento, as minhas predileções. Essas predileções são pelas letras, as doces e poderosas consoladoras, cujo maior benefício é a paz que derramam nas almas (...). (CELSO, 1901: 306).

O discurso ressentido parte de um sentimento, uma sensibilidade, uma vulnerabilidade. Implica na existência de uma ofensa, uma injúria, real ou imaginária, e inclui perspectivas de superação, uma espécie de “auto reação”, referente às expectativas que o sujeito possui de si frente aos outros (ADAMEC, 2014: 94). O ressentimento ou remorso surge a partir do não cumprimento de determinadas expectativas pessoais. A recém-nascida República Brasileira não teria cumprido o seu papel para Affonso Celso, chegando mesmo a causar-lhe danos pessoais.

Segundo Charles Taylor, a identidade do indivíduo é atrelada ao seu desenvolvimento moral (1992: 26). A identidade é condicionada e criada reflexiva e relacionalmente de forma dialógica, baseada na comunicação e no uso da linguagem, esta utilizada mediante o discurso narrativo. Como um processo relacional, depende do reconhecimento recíproco da autenticidade do sujeito. Sendo uma necessidade a ser buscada, a ausência do reconhecimento prejudica e fere aqueles que têm sua identidade negada (ADAMEC, 2014: 98).

A narrativa de Affonso Celso deve ser vista como uma busca de auto-aperfeiçoamento, onde é capaz de afirmar as suas particularidades e reconhecer suas similaridades intersubjetivas com os outros (HONNETH, 1996). Apesar de ter origens negativas, o ressentimento proporciona a oportunidade de compensação e superação de sua própria condição, oriunda da falta de reconhecimento, permitindo a formulação de mecanismos que permitam o sujeito equilibrar-se e inserir-se adequadamente em seu contexto (SOLOMON, 1994: 104). Na trajetória de vida do autor, o seu ressentimento foi orientado por acontecimentos históricos que acarretam em episódios traumáticos concretos (FERRO, 2009).

Affonso Celso vivenciou acontecimentos que perturbaram o ordenamento temporal de sua vida prática. Os acontecimentos desencadeados pelo levante de 1889 figuram como desafios a serem superados e inseridos em uma nova representação temporal de sua vida, levando-o a interpretar os fenômenos emergentes com o intuito de orientar o seu agir, proporcionar um novo sentido à sua existência. Essa perturbação do agir, no caso do nosso intelectual estudado, se deu pela experiência do sofrimento. A constituição de sentido³² capaz de superar estas perturbações é elaborada pela carga subjetiva do autor, norteados pelas intenções e sentimentos capazes de legitimar seu novo posicionamento político (RÜSEN, 2015: 39 e 40).

Os elementos autobiográficos presentes na produção intelectual de Affonso Celso fornecem testemunhos de vida e informações capazes de explicar seus projetos históricos. Este tipo de fonte permite a coleta de informações sobre o contexto histórico em que os textos foram articulados, bem como as preferências ideológicas e intelectuais do autor. Os esparsos detalhes de sua vida são úteis também para elucidar o processo criativo de seus escritos históricos; sobre a forma que opta por representar o seu passado. Aurrel ensina que o estudo de fontes autobiográficas colabora para a investigação do estado da mente do autor quando narra e relaciona os eventos históricos que ocorreram, onde o ato da escrita torna-se objeto de estudo e as decisões do autor – quanto à estrutura, estilo e forma de seu texto, por exemplo – tornam-se tão significantes quanto os fatos que descreve (2006: 428-430).

Ao fazer uso de sua memória pessoal, o autor não se fixa apenas no campo subjetivo, uma vez que toda vivência ainda que singular e autorreferente, é situada também em um determinado contexto histórico e cultural³³. A sua construção é uma experiência histórica atrelada às experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura. O ato de recordar, de lembrar, remete o sujeito a se observar em uma dimensão genealógica, como uma forma de recuperação do seu eu singular. Neste sentido, a memória, apresentada de forma narrativa, implica em um olhar sobre si em diferentes tempos e espaços, os quais são

³² “Do ponto de vista metodológico, a abordagem biográfico-narrativa assume a complexidade e a dificuldade em atribuir primazia ao sujeito ou à cultura no processo de construção de sentido. Ao longo de seu percurso pessoal, consciente de suas idiossincrasias, o indivíduo constrói sua identidade pessoal mobilizando referentes que estão no coletivo”. (SOUZA, 2007: 65).

³³ Neste sentido, Romani afirma que “As relações entre indivíduo e contexto e como elas se refletem em uma história de vida foram analisadas por Ferrarotii, no que eu entendo que possa ser apresentada com a relação antropofágica do indivíduo com o meio. O indivíduo bebe no contexto que está inserido, digere e reproduz de uma forma própria a compreensão daquilo que Furio Diaz chamou de desenrolar da história”. (2016:14).

articulados com as lembranças e as possibilidades de narrar experiência. De acordo com Souza,

Do ponto de vista gnosiológico, a hermenêutica fenomenológica busca compreender os sentidos de determinados fenômenos elaborados pelo sujeito, sendo que, nesses termos, a rememoração é sempre reflexão e autorreflexão (2007: 63).

A narrativa que abrange a escrita de si é um caminho para o conhecimento, e de acordo com uma perspectiva hermenêutica, não se reduzindo a uma mera tarefa técnica ou mecânica. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas. Nos escritos de natureza autobiográfica, o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade e dos saberes. Ao centralizar-se no processo de escrita, o sujeito realça a importância da abordagem compreensiva e das apropriações das experiências vividas. Assim, ao relacionar subjetividade narrativa com os princípios norteadores da escrita, o sujeito concede-se o papel de ator e autor de sua própria história.

Ao trabalharmos com os elementos autobiográficos contidos nas obras de Affonso Celso podemos enxergar onde o autor parte da experiência de si e questiona os sentidos de suas vivências e aprendizagens. A elaboração desta narrativa é pautada pela subjetividade e é estruturada em um tempo não linear, da consciência de si, e das representações que o sujeito constrói de si mesmo. Para Romani, é a interferência desta subjetividade na condução do processo histórico que garante ao indivíduo-personagem um papel único no desenvolver da história: “Papel e história, individual e geral, somente ocorrem de uma dada forma, e não de outra, por conta do sujeito, indivíduo que deixa o anonimato e chama para si as rédeas da condução de sua vida”. (2016: 14).

A escrita historiográfica de Affonso Celso, por mais que tente esconder um discurso de neutralidade, fazendo uso de documentos da época e de seu testemunho como formas de legitimadores de veracidade da narrativa, permanece impregnada pela subjetividade de seu autor. Assim, a historiografia desenvolvida por este intelectual é uma conexão temporal plena dos eventos de seu contexto histórico, entrelaçando passado e presente – e até mesmo elaborando projeções quanto ao futuro - por uma representação narrativa capaz de conferir significado e sentido para a sua orientação da vida prática: uma utilidade para a vida em sociedade (RÜSEN, 2015: 52).

Reinhart Koselleck lembra que é na experiência que se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Assim, a experiência seria composta pelo passado atual, aquele onde os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. A expectativa é também vinculada ao sujeito histórico e ao interpessoal, sendo realizada no presente, “(...) é o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto.” (2006: 310). A história concreta emerge frente a determinadas experiências e expectativas, uma vez que passado e futuro nunca chegam a coincidir, bem como uma expectativa não pode jamais ser elaborada totalmente da experiência.

Ademais, a orientação histórica não serve ao homem apenas para apreender a temporalidade do mundo. Ela orienta o sujeito também quanto a si, ou melhor, em si mesmo. Ao pensar o seu universo social, o autor pensa também no homem que nele vive e a ele atribui sentido. Ao colaborar para a formação do tempo humano interno, o saber histórico tem uma grande função de orientação na sua “(...) formação, negociação, implementação e alteração de identidade.” (*Idem*: 48). Neste sentido, as emoções desempenham importante função, pois são elementos essenciais da efetivação da função de orientação do pensamento histórico; seria o motivo do pensar do agente histórico.

Neste capítulo buscamos analisar, a partir dos elementos biográficos presentes em alguns livros de autoria de Affonso Celso, como as experiências vividas por um sujeito histórico podem impactar na elaboração e forma de seu discurso narrativo. O advento do regime republicano no Brasil representou um trauma na vida deste intelectual, proporcionando-lhe sofrimento especial, principalmente, pela experiência do exílio, tanto seu quanto de seus familiares – sobretudo a da pessoa de seu pai, o Visconde de Ouro Preto, e pelo assassinato do Coronel Gentil de Castro, episódio que colocou também a sua vida e a de seu pai em risco. Estes elementos devem ser levados em conta ao analisarmos o pensamento deste autor, uma vez que são acontecimentos marcantes de vida, retratados em diferentes livros, que lhe proporcionaram norteadores para a mudança de seu posicionamento político. No próximo capítulo, iremos analisar quais são os elementos institucionais que, para Affonso Celso, tornam a forma republicana menos desejável que a imperial para o futuro de sua nação.

Ao verificarmos, no âmbito da História Social e Intelectual, como os historiadores trabalham e vendo a gênese e o desenvolvimento de seus textos, entendemos mais claramente a posição e a responsabilidade do autor que, cada vez mais, admite a inutilidade da separação entre a experiência pessoal e a atividade intelectual. A análise de dados autobiográficos , forma de pesquisa interdisciplinar, enriquece o apreço não só pelas obras históricas, mas por todos os processos de incremento da História intelectual (AURREL, 2006: 442). Neste sentido, esta dissertação almeja a nossa singela contribuição neste meio acadêmico.

Abordamos, aqui, o primeiro motivo, elencado por Affonso Celso para justificar a sua mudança de posicionamento político, sendo este elemento de caráter subjetivo. No capítulo seguinte nos dedicaremos às análises das principais críticas do autor à recém proclamada República brasileira; vinculadas aos aspectos políticos, sociais, econômicos e às instituições do novo governo republicano na primeira década republicana. Esperamos, assim, apresentar e analisar como se deu a mudança de posicionamento político do intelectual ora estudado, sempre com o intuito de melhor compreender sua produção intelectual e, posteriormente, sua proposta ufanista.

Capítulo 2 - “A República entre nós jamais se depurará de seus vícios originais”: origens, falhas do regime republicano e a defesa da monarquia (parlamentar) no pensamento de Affonso Celso.

Começo confessando a culpa. Sim, senhores anônimos; é a pura verdade. Manifestei-me outrora republicano e presentemente me considero monarquista. Modificaram-se-me as convicções. (CELSO, 1895: 287).

Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos. (...). Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante.” (CARVALHO, 1990: 163).

“O engajamento se torna a condição ética do homem de letras.” (SEVCENKO, 2003: 97).

As instituições vigentes têm em mim um débil, porém decidido adversário.” (CELSO, 1895: 295).

Na seção anterior vimos o impacto dos eventos do dia 15 de novembro na vida pessoal de Affonso Celso. Tendo acompanhado seu pai, o Visconde de Ouro Preto no exílio, aproximou-se de D. Pedro II e da causa monarquista. Em 1897, quando já se encontrava novamente no Brasil, presenciou o assassinato do Coronel Gentil de Castro, episódio que colocou tanto sua vida quanto a de seu pai em risco. Estes eventos marcaram sua formação e vivência; sendo fatores subjetivos norteadores para sua mudança de posicionamento político - de republicano para monarquista.

O presente capítulo visa identificar e analisar as principais críticas e razões – de cunho político, econômico, institucional e social - que levaram o autor a abandonar a defesa dos ideais republicanos e adentrar às fileiras dos monarquistas. Estas razões são vinculadas às origens e atuação do novo regime republicano nos primeiros anos da década de 1890. Desta forma, buscamos apresentar os principais motivos que, segundo o próprio Affonso Celso, o levaram a modificar suas convicções a respeito da forma de governo republicana.

A exposição destes motivos é feita principalmente, em sua obra *Guerrilhas* (1895), composta por uma coletânea de artigos de propaganda antirrepublicana de sua autoria publicados no jornal *Comércio de São Paulo* entre os anos de 1891 e 1895. A escrita deste livro tinha por objetivo expor e divulgar as falhas da República brasileira. Nas palavras do autor:

Traçados por adversário declarado da ordem de coisas instituída pela sedição militar de 15 de Novembro de 1889, são como

pequenas e indisciplinadas escaramuças que intentam picar os flancos do inimigo, cónscias de lhe não poderem causar dano apreciável. (1895: 2)

Muitos dos argumentos utilizados nesta obra encontram-se presentes também em *Aos Monarquistas* (1893) e *Contraditas Monárquicas* (1896). O primeiro é um livreto, composto de dois artigos, onde o autor busca inflamar os ânimos da população para defesa da restauração da monarquia, em razão dos insucessos do novo governo. A obra de 1896, por sua vez, é uma resposta às críticas republicanas recebidas por sua obra *Guerrilhas* (1895), sendo uma reafirmação das propostas contidas no livro anterior.

Estas duas obras de Affonso Celso diferem das abordadas até então neste trabalho – *O Imperador no Exílio* (1891) e *O assassinato do Coronel Gentil de Castro* (1897) – na medida em que o autor possui preocupação de fundamentar suas críticas à República brasileira. Enquanto as obras analisadas na seção anterior são dotadas de elevada carga subjetiva, as analisadas neste capítulo contam com uma maior intenção do intelectual em fundamentar suas ideias, recorrendo às leis, programas políticos e econômicos, bem como realiza comparações entre diferentes formas de governo para embasar seu argumento e convencer o seu público.

Antes de avançarmos na análise deste material, com o intuito de alcançarmos os objetivos supramencionados, são necessárias algumas considerações sobre contexto político nas décadas que antecederam a Proclamação da República em 1889, com foco nas principais correntes republicanas existentes no período retratado. Em seguida, exporemos os principais pontos das ideias republicanas de Affonso Celso, para melhor compreensão de seu pensamento, produção intelectual e críticas ao governo republicano.

2.1 – As Repúblicas de cada um: as principais vertentes e utopias republicanas anteriores à Proclamação de 1889.

Alguns historiadores apontam a crise política e parlamentar do ano de 1868, quando D. Pedro II substituiu o gabinete liberal, como uma das responsáveis pelo surgimento das organizações republicanas. O gabinete do liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos foi substituído pelos conservadores por exigência de Duque de Caxias que, na ocasião, ameaçou abandonar o comando das tropas na Guerra do Paraguai. O episódio foi considerado um golpe do Imperador, uma vez que os conservadores sequer tinham maioria do Congresso, enfraqueceu a participação dos liberais e abriu espaço para

bandeiras políticas alheias aos interesses da Monarquia (CARVALHO, 2012: 87)

Neste momento histórico, segundo Almeida (2008: 54), ao contrário das décadas de 1930 e 1940, os partidos apresentam um perfil bem definido. O Partido Conservador era representante da alta burocracia da Corte, da Igreja, de setores financeiros, de decadentes usineiros de açúcar do Nordeste e dos cafeicultores do Vale do Paraíba. O partido era, também, chamado de “saquarema”, porque era nesse município fluminense que estavam as propriedades agrícolas, isto é, os cafezais, de José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. Os conservadores defendiam a centralização do poder. O Partido Liberal, por sua vez e de modo geral, era formado pelas elites provinciais, principalmente comerciantes, setores urbanos de serviço e das oligarquias regionais que tinham seus interesses localizados nas províncias. Os dois grupos fortes do Partido Liberal, nos últimos tempos, eram os cafeicultores do oeste paulista e a chamada “oligarquia da banha” do Rio Grande do Sul; ambos defendiam um governo central com menor poder político e econômico (COSTA, 2010: 392).

Enquanto os intelectuais do período identificavam-se com o positivismo e com o liberalismo, as ideias republicanas assumiam importante papel dentro do Partido Liberal e se apresentaram longe do calor revolucionário dos manifestos separatistas (CARVALHO, 2012: 23). Criado o Partido Republicano, com um jornal porta-voz, os primeiros republicanos “de direito” se organizaram para construir uma utopia de república. E lançaram seu manifesto, que pode ser considerado como “(...) a primeira página verdadeiramente política do movimento republicano” (PESSOA, 1973: 39).

Em 1870, o primeiro clube republicano foi fundado por quinze sócios e no final daquele mesmo ano começou a circular o jornal *A República*, que no primeiro número trazia o manifesto do novo partido. Hebe Mattos considera o Manifesto Republicano de 1870, publicado no dia 3 de dezembro no jornal acima mencionado, no Rio de Janeiro – sede da monarquia imperial -, o marco fundador do movimento republicano no Brasil, propagador de ideias democráticas e federalistas, contendo expressões como “soberania do povo”, “liberdade individual” e “voto do povo” (2010: 19); sendo o primeiro documento que expôs a ação política de forma, mesmo que minimamente, coordenada e coerente, com um sistema de governo diferente e detalhado nos seus objetivos e nas suas vantagens para a população brasileira. Segundo Margarida de Souza Neves:

Se bem que seja possível encontrar referências mais remotas, é

a partir de 1870 que se oficializa o republicanismo brasileiro, com a publicação do Manifesto Republicano no primeiro número do jornal *A República*. Coerente com o princípio descentralizador do federalismo, que se constituía na grande bandeira política dos republicanos de todos os matizes e na principal proposta do Manifesto, o movimento republicano organizou-se desde então em províncias regionais. Abrigou, ainda, tendência diferenciadas entre as quais os chamados republicanos históricos – signatários do Manifesto – os positivistas, os moderados, os liberais e tantos outros. Cooptou, também, descontentes com os rumos do Estado Imperial. (2010: 29)

A autonomia das províncias ou federalismo, a industrialização e a participação popular na escolha de seus governantes foram bandeiras do manifesto republicano. De acordo com Almeida, o texto criava um histórico para o movimento, elogiando personagens e momentos da vida política brasileira. Em suas palavras, o Manifesto era “Bastante sóbrio se comparado com outras publicações de caráter panfletário, agradou e ajudou a divulgar as ideias” (2008: 55). O jornal passou a ser o órgão oficial do novo partido, tinha circulação diária e entre seus redatores encontrava-se Aristides Lobo. Este veículo de comunicação foi um importante instrumento de propaganda na medida em que conquistou leitores e ganhou respeitabilidade. Até o surgimento deste jornal as ideias republicanas eram difundidas por pequenos jornais de vida curta e de tom muito agressivo. Sobre este cenário, escreveu Raimundo Faoro:

Os primeiros anos da propaganda republicana foram apagados e melancólicos. Os próprios radicais, nas suas mais expressivas figuras – Silveira Martins, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa –, não se afastam do trono (...).O imperador, jovem de quarenta e cinco anos, ria-se da rebeldia de seus súditos, recusando a negar-lhes os empregos públicos...Passados quinze anos, parecia, aos olhos do político da Corte, que o Partido Republicano não vingara, incapaz de fixar uma direção única...Enganara-se a opinião dos salões e dos políticos da capital – o republicanismo, espalhando-se pelas cidades e fazendas de São Paulo, encontrara o leito para engrossar e crescer. Por coincidência, a riqueza corria na mesma direção (...). (2001: 513).

O partido começou, a partir de então, a angariar a simpatia de setores urbanos e, também, de forças do interior paulista. O movimento republicano dos últimos anos que antecederam à Proclamação teve suas vertentes divididas, principalmente, entre as seguintes províncias: o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Duas grandes concepções teóricas distintas dentro do pensamento republicano teriam atuação marcante na Proclamação, bem como tencionariam o novo regime durante toda a Primeira República: os positivistas e os liberais. Cada uma representando a concepção de Estado distinta, cada uma com forte atuação em região

diferente do país, cada uma com apoio em forças sociais também diversas (CARVALHO, 1990: 23).

Durante a campanha abolicionista – bem como na propaganda republicana – duas vertentes se mostram de forma clara: os abolicionistas paulistas que queriam a substituição da mão-de-obra escrava pela imigração branca de forma lenta e, se possível, com indenização por parte do Estado, e os abolicionistas gaúchos e cariocas que defendiam um fim radical para o trabalho escravo – que além de aviltante era considerado também um dos responsáveis pelo atraso do país. É natural que essas formas de pensar expressassem políticas de classes diferentes, cujas fontes doutrinárias eram também distintas (COSTA, 2010: 352).

Segundo Carvalho (2012), os abolicionistas e republicanos gaúchos e cariocas tinham origens urbana, possuindo uma forte influência doutrinária do positivismo de August Comte. Eram sobretudo militares e profissionais liberais – como médicos, jornalistas, professores, homens de formação intelectual – que enxergavam no positivismo o meio para alcançar um projeto de industrialização radical do país, a imposição dos valores do estado-providência e a ditadura republicana. Essa se constituiria na única forma de governo capaz de vencer a estrutura social arcaica e ainda colonial que dominava a sociedade brasileira. No Rio de Janeiro, com seus cafezais decadentes e improdutivos, a bandeira de uma sociedade industrial e moderna tornou-se a utopia para setores mais organizados da cidade. No estado do Rio Grande do Sul, o positivismo ganhou força na medida em que as bases escravocratas e monarquistas da economia gaúcha começaram a sofrer com a concorrência dos países platinos que desenvolveram charqueadas mais produtivas, em estruturas capitalistas e republicanas. O jornalista Ambrose Bierce, correspondente do *The Tribune*, de Nova York, escreveu:

O senhor Castilhos e seus adeptos são fervorosos sectários das doutrinas do filósofo francês Augusto Comte, que prega a monocracia e a ditadura científica. Se o sistema prevalecer, o senhor Castilhos passará à história como o inventor de uma ditadura eletiva. (*Apud* FREITAS, 2000: 11).

As origens dos abolicionistas e republicanos de São Paulo eram outras. Em primeiro lugar, porque as bases escravistas ainda resistiam fortemente em razão das reformas na infraestrutura física do Estado – com a criação de estradas de ferro e modernização do porto de Santos – que o tornaram o maior produtor mundial de café. O pensamento que norteava o republicanismo paulista mostrava-se fortemente influenciado

pelas doutrinas de “Darwin, Haeckel e Spencer...a cartilha da livre concorrência de que resultaria a seleção natural dos mais aptos”. (BOSI, 1994: 278). De modo geral, a “Convenção de Itu”, que criou o Partido Republicano Paulista, foi realizada por cafeicultores ou bacharéis envolvidos na exportação do produto. Segundo Resende, este partido “(...) era dotado de uma organização bastante sólida, congregava os interesses dos cafeicultores. Seu projeto era o de uma república federativa, representativa.” (2010: 105). O clamor pelo fim de escravidão foi uma ausência constatada no manifesto daqueles republicanos. Daí a resistência, mais tarde, aos republicanos paulistas, que eram chamados de “republicanos de 13 de maio” ou de “cafezistas” (COSTA, 2010: 395).

Estas posições não abrangiam a totalidade dos interesses políticos de nenhum dos lados, sejam positivistas ou liberais. Tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro, as posições políticas variavam e se subdividiam em correntes internas e dissidências (ALONSO, 2002). Aqui tratamos apenas de estabelecer as bases doutrinárias dominantes nos agrupamentos sociais com interesses na implantação do regime republicano. Quando o escravo se tornou economicamente inviável, as bandeiras pelo fim da escravidão apareceram tanto no Rio Grande do Sul como também em São Paulo (COSTA, 2010: 352). O fim do escravismo, como o defendeu o liberal Sílvio Romero, por exemplo, deveria ocorrer de maneira “natural” e gradual, sem saltos (ALMEIDA, 2008: 76). Também a república deveria se estabelecer de forma “natural”. As ideias de Augusto Comte de um Estado forte e interventor e os postulados de Charles Darwin sobre uma sociedade que deveria evoluir naturalmente estiveram presentes tanto nas campanhas abolicionistas quanto nas republicanas. Por isso, alguns historiadores – como Ângela Alonso (2002), por exemplo - falam em republicanos revolucionários e republicanos evolucionistas.

As oligarquias regionais, com suas peculiaridades provinciais, sempre se mantiveram alimentando o rancor dos descontentes. Sentiam-se longe territorialmente da Corte para se julgarem atendidas minimamente em suas reivindicações. As formas de produção eram muito distintas para se sentirem representadas num único mandatário. E as contradições dentro do poder eram graves. Um conjunto de ideias e doutrinas, que se ajustavam aos ideais republicanos, tornou-se moda intelectual e política no período.

Os positivistas acreditavam na formação de um Estado que era resultado do conhecimento e do estudo intelectual, portanto, expressão e decorrência de uma

racionalização. Este Estado deveria ser pautado por um governo forte, planejado e interventor, capaz de organizar e impedir que a “ganância” individual pudesse se impor aos interesses coletivos. Em prol da “utilidade pública”, o Estado se dava o direito de interferir e direcionar os serviços, a economia e a vida social. O Rio de Janeiro e, claro, o Rio Grande do Sul foram as bases geográficas do pensamento positivista e a classe média urbana – formada por profissionais liberais -, cuja existência era ainda recente na sociedade brasileira, sua base política (ALONSO, 2002). Engenheiros, médicos e advogados, aliados aos funcionários civis e militares de escalão médio do aparelho estatal, formaram o núcleo típico da classe média positivista. Contudo, as ideias eram, de fato, coisas da juventude. Principalmente daquela juventude que passou pelo curso de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Por exemplo, a primeira geração gaúcha de republicanos influenciados pelo positivismo - como Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pinheiro Machado, por exemplo – teve sua formação política por lá.

Apesar da doutrina positivista condenar a participação política direta, abria um espaço razoável ao papel do intelectual na concepção teórica de uma proposta política, e a República seduzia os positivistas naquilo que era o forte da doutrina: a ciência. A ideia de um governo pautado pela razão científica, buscando a modernização, a industrialização, a educação, o conhecimento do povo, suas cidades, seu comércio – enfim, esta concepção de estudar e decidir através da racionalidade era algo que se encontrava ausente no Brasil até então (CARVALHO, 2012). A República, resumidamente, representava a possibilidade de serem usados critérios científicos e racionais para ajudar o povo brasileiro a viver melhor. Para realizar tudo isso – que seria alvo de resistência por parte das forças sociais que impunham seus desejos em detrimento dos interesses do país – um governo forte, ditatorial, era a única forma de o projeto ser implementado.

As pautas positivistas ganharam espaços também entre as instituições militares e tiveram papel fundamental no ato de Proclamação da República e nos governos seguintes. José Murilo de Carvalho aponta a pessoa de Benjamin Constant como a figura chave dentro do Exército, sendo atribuída a ele – pelos positivistas, é claro – o próprio advento da Proclamação da República (CARVALHO, 1990). Diante da hesitação de Deodoro da Fonseca, teria sido o pulso firme de Benjamin – junto aos cadetes militares e ao próprio marechal – quem conduziu os acontecimentos. Independente das imagens que a

propaganda criou, de Silva Jardim a Demétrio Ribeiro, todos foram fundamentais para a divulgação dos ideais positivistas e republicanos.

Carvalho também afirma que os positivistas brasileiros atuavam como um grupo político, com ideias muito precisas sobre a tarefa e os meios a serem utilizados para alcançarem seus objetivos, de forma “(...) que propunham um bolchevismo de classe média, isto é, um voluntarismo político que acreditava em poder forçar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política bem organizada.” (1990: 139) O sonho de uma ditadura republicana, - governo forte, centralizador e planejador das ações do Estado - era o modelo republicano proposto por eles e apresentado em todos os detalhes. Era essa forma de governo que, segundo o autor, traria o progresso e a inclusão social do povo pobre brasileiro.

A idealização do regime político republicano, nas classes médias urbanas do Brasil, teve origens distintas: a maçonaria, o positivismo, o liberalismo, os jacobinos. Mas foi o positivismo que teve maior influência entre os intelectuais. Como disse Gilberto Amado:

Para simplificar, todo mundo era positivista, isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista, mas ninguém propriamente prosélito de Augusto Comte. Nenhum dos meus contemporâneos, ao que me recordo, queria ser positivista de igreja, nenhum queria adorar o Grande Ser e Clotilde de Vaux. (*apud* SODRÉ, 1983: 356 e 357).

Podemos apontar Euclides da Cunha, como um intelectual, representante do positivismo pré-republicano. Oficial do Exército Brasileiro, aluno do professor Benjamin Constant, tornou-se engenheiro de formação e com atenção voltada para a literatura, jornalismo, história, sociologia, isto é, para todas as áreas que lhe permitissem uma atuação política efetiva (ANDRADE, 2002). Apesar de colaborar durante muitos anos com o jornal *O Estado de São Paulo*, do liberal Júlio Mesquita, em momentos decisivos mostrou sua forte formação positivista.

Do outro lado, como adversário político na disputada pela hegemonia dentro do Partido Republicano, estava presente o projeto liberal, representante da força econômica e política dos cafeicultores paulistas. O conjunto de concepções que abrigava seus defensores girava em torno da figura de Herbert Spencer (ALONSO, 2002). O eixo central de seu pensamento coloca o indivíduo e o Estado em posição de contrários. A função do Estado estaria restrita à proteção das fronteiras contra um eventual ataque

inimigo e o indivíduo só teria como limitador de sua liberdade a liberdade do outro. E esse indivíduo se constituiria no centro da própria evolução social, sendo que sua capacidade de adaptação ao meio iria garantir-lhe um meritório papel diante de seus pares. A noção da sociedade como um organismo, com função e disfunção, está presente em seus estudos de forma bastante clara. A liberdade do indivíduo de desenvolver suas potencialidades, e representada justificadamente na “vitória” do mais capacitado, estão na base do pensamento liberal.³⁴

O modelo dominante dentro do Partido Republicano Paulista era liberal nos moldes da federação norte-americana. A noção era de um estado mínimo, onde a liberdade individual fosse parâmetro para o projeto coletivo. O Estado não interventor deixaria as forças sociais atuarem como soma das vontades individuais das maiorias. Este pensamento consagrava os direitos individuais em detrimento de salvaguardas sociais coletivas e justificava a exclusão que iria se estabelecer de forma institucionalizada nos anos seguintes. Além dos republicanos paulistas e mineiros, o baiano Rui Barbosa foi um dos rostos mais visíveis.

Esse modelo idealizava a opção política da elite cafeeira paulista e foi representado, nas articulações que resultaram na proclamação, por Quintino Bocaiúva. Era conservador no que se referia ao social e propunha uma sociedade onde o mérito determinava o destino de cada um. Seria também a fórmula vitoriosa na Constituinte de 1891, que consagrou o caráter excludente e socialmente desigual já instituído na sociedade brasileira desde os tempos coloniais. Seu exemplo foi divulgado no Brasil pelo republicano paulista Alberto Sales – irmão do futuro presidente Campos Sales.⁸⁷

Silvio Romero pode ser mencionado como um dos representantes deste liberalismo spenceriano. Sua aproximação com o projeto político paulista esteve apoiada na defesa da liberdade absoluta do indivíduo e no reconhecimento – quase romântico – das potencialidades individuais. A “escola do Recife”, que tantas influências sofreu e exerceu, pode ser apontada como um campo de inúmeras convergências, mas Herbert Spencer teria sido uma das mais fortes (ALONSO, 2002). A atuação do intelectual Silvio Romero,

³⁴ É evidente a aproximação de seus conceitos aos de Charles Darwin. E a confusão vem de muitos anos: dizem seus estudiosos que ele teria formulado a teoria da evolução antes de Darwin. Em todo caso, as referências que faz, dizem respeito unicamente ao campo social.

tanto no campo das ideias como no campo político, se deu ao lado dos liberais Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho dentre outros nomes. (ALMEIDA, 2008: 89).

O papel de respeito e consideração que o intelectual – positivista ou evolucionista ou qualquer escola que seguisse - desfrutava naquele ambiente revolucionário tinha como origem sua capacidade de articular o discurso, ou seja, a propaganda de interesse republicano. Tanto o desgaste do regime monárquico como também a defesa dos novos ideais dependia de sua capacidade intelectual, articulação verbal e argumentação.

Cabe lembrar aqui, que foi exatamente neste contexto que Affonso Celso formou-se, passando a desempenhar importante papel tanto na vida acadêmica quanto política. Sua capacidade intelectual e de argumentação são ferramentas utilizadas na propagação de suas ideias tanto republicanas quanto monarquistas.

Apesar de todas estas novas concepções ideológicas, as bases da economia nacional continuavam na lavoura de café. A hegemonia política continuava nas mãos do cafeicultor, principalmente do oeste paulista. Esta força que provinha do café já há muito sustentava o governo Imperial. O Vale do Paraíba, dos “barões do café”, tinha deixado de ter o desempenho econômico dos anos quarenta e toda a região já havia entrado em decadência e a força política daqueles cafeicultores havia mudado de região. Agora os nomes fortes na propaganda e organização do Partido Republicano vinham deste oeste paulista e eram Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves – proprietários de lavouras que representavam sessenta por cento das exportações brasileiras (CARVALHO, 2012).

As duas décadas que antecederam a Proclamação da República significaram a decadência do Vale do Paraíba como força econômica e representação política. Os problemas começaram com a mão-de-obra: houve o envelhecimento dos escravos; o Nordeste não os tinha para fornecer ao Sul, como havia feito no passado, e seu custo tornou-se muito alto, chegando a representar setenta a oitenta por cento do investimento de uma fazenda (FAORO, 2001: 518). A velha oligarquia cafeeira fluminense, sustentação do Império, foi dizimada também pelas dívidas bancárias e pela exaustão do solo montanhoso.

O mesmo período corresponde à ascensão do novo cafeicultor paulista. As linhas férreas e a infraestrutura básica para o escoamento da produção tornaram-se necessidades

urgentes. Em 1866 saíram de Jundiá, em direção ao porto de Santos, meio milhão de mulas carregadas de café. No ano seguinte a produção foi escoada pelas linhas férreas e os cafezais chegaram a Ribeirão Preto. As novas fazendas já foram instituídas sem o trabalho escravo, usando mão-de-obra imigrante, mais rentável e que não dependia de altos recursos iniciais para a sua implantação. Além disso tudo, a nova maneira eficiente de administração – num modelo capitalista – tornou o estado paulista responsável por setenta e cinco por cento da produção nacional e o Brasil o maior produtor de café do mundo. Este desempenho econômico iniciou vinte anos antes da Proclamação da República e teve seu ápice vinte anos depois (FAORO, 2001).

Precisamos voltar aos acontecimentos que antecederam à Proclamação. A chamada “crise militar”, que se arrastava há anos, colocara os militares em oposição direta ao governo central. Os jornais simpáticos à República – *O Paíz*, *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo* (RJ) – aproveitavam o conflito e ajudavam a aumentá-lo. A campanha de Rui Barbosa pela imprensa, atacando a Coroa e incentivando os militares ao confronto com as forças legalistas foram suficientes para desestabilizar ainda mais o governo monárquico (ALMEIDA, 2008: 76).

A estes projetos republicanos – rurais e urbanos –, compostos por forças econômicas exportadoras e setores médios urbanos, um outro elemento político colaborou para desgastar a Monarquia e precipitar os acontecimentos da Proclamação: os próprios monarquistas. Dentro do poder monárquico surgiu a dúvida quanto à possibilidade de um terceiro reinado com a Princesa Isabel. Com uma mulher carola e conservadora, casada com um conde estrangeiro e antipático, os próprios monarquistas viam pouca possibilidade de futuro político. Este fato acabou por tornar-se um argumento forte em favor da instalação da República. Estas são as justificativas a um comportamento de crítica ácida ao modelo monárquico, feito pelos próprios membros da Corte, a partir da doença do Imperador na metade da década de oitenta (COSTA, 2010: 399). Estes motivos são elencados como explicadores da ausência de reações por parte de alguns partidários da Monarquia quando a República chegou. Pelo contrário, ainda no dia 15 de novembro começaram a chegar as adesões públicas, individuais e coletivas:

Apesar de haverem diferenças óbvias entre republicanos e monarquistas, todos possuíam o mesmo objetivo naquele momento: minar as estruturas de poder que sustentavam as oligarquias tradicionais, limitar a influência do governo no setor privado e incrementar a autonomia provincial. (COSTA, 2010:

Apesar da grande campanha política publicista nos anos anteriores à Proclamação em 1889, o movimento republicano nunca conseguiu atrair as camadas populares. O medo de republicanos radicais como Silva Jardim, Raul Pompéia e tantos outros se realizou de maneira plena e concreta. Sem povo para pressionar por reformas e por inclusão, os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade foram desaparecendo da vida política no dia seguinte à Proclamação e o “sonho de república” nunca se realizou. Nas palavras de José Maria dos Santos:

Seja pelas decisões de seus governantes, seja pelas reações que estas produzem sobre os sentimentos e interesses coletivos, os brasileiros são sempre levados a situações diametralmente opostas àquelas que faziam, de início, objeto de seus cuidados... Nós nunca nos afastamos tanto da República como no momento em que a proclamamos e constituímos. Este fato é significativo e essencial, que devemos fixar bem e ter como base de todas as nossas cogitações, se realmente temos a vontade de encontrar o remédio para os males atuais da nossa pátria. (1930: 6 e 7)

A relutância das elites que se encontravam no poder em promover reformas resultou na Proclamação da República. Os liberais, liderados pelo gabinete do Visconde de Ouro Preto, não haviam conseguido realizar o seu programa de reformas. Naquele cenário, encontrava-se “(...) minado o terreno da monarquia brasileira, cuja razão de ser era a garantia e a reprodução da ordem escravista, e bem pavimentado o caminho republicano quando o golpe militar fez ruir o Estado Imperial em novembro de 1889.” (COSTA, 2010: 166). A constatação, de historiadores, como Almeida (2008), de que a República fora implantada pelos monarquistas, vem do fato de pouco haver se alterado com a mudança do regime. As crises intermináveis que se sucederiam nos governos militares tiveram como origem a disputa entre positivistas e liberais, que defendiam a manutenção de seus interesses no novo governo e mantiveram até os mesmos quadros políticos – conselheiros, barões e viscondes do velho regime. Para Silva, “O que valeu à República é que os monarquistas se tornaram republicanos. Foi com os homens da Monarquia que Deodoro e Floriano consolidaram a República”. (2004: 72). Este foi o “sonho de república” sonhado pelos monarquistas e republicanos, onde o liberalismo continuaria a funcionar como uma utopia, uma promessa ainda a ser cumprida – e não alcançada.

Realizadas estas considerações sobre o contexto político e as principais vertentes

republicanas existentes nos anos que antecederam à proclamação da República em 1889, passaremos a analisar os principais pontos defendidos por Affonso Celso enquanto republicano e membro do Partido Liberal na década de 1880.

2.2 – “Durante muito tempo foi republicano o meu ideal”: as ideias republicanas de Affonso Celso.

Affonso Celso retratou a sua atuação como parlamentar em sua obra, *Oito anos de parlamento: reminiscências e notas*, publicada originalmente em 1901. O objetivo declarado do autor foi publicar suas “(...) rápidas e despreziosas impressões, (...) para que forneçam ao futuro investigador traços utilizáveis para reconstituir a fisionomia da época.” (*Idem*: 6) Muitos temas são abordados pelo autor nesta obra, tais como as qualidades necessárias àqueles que almejam ingressar na vida política, análise dos gabinetes de que fez parte, a fisionomia de uma sessão legislativa, dentre outros. Neste trabalho, interessa-nos os trechos em que expõe o seu pensamento político, principalmente o de sua fase republicana, as razões institucionais que o levaram a mudar de posicionamento político, e as causas que atribui à formação do governo republicano no Brasil em 1889.

Affonso Celso defendeu os ideais republicanos principalmente durante o período em que foi deputado parlamentar. Após concluir seus estudos jurídicos na Faculdade de Direito de São Paulo em 1880, filiou-se ao Partido Liberal e venceu as quatro eleições que disputou entre 1881 e 1889 no 20º distrito eleitoral de Minas Gerais – sua terra natal.³⁵ Neste período, segundo ele próprio, os acontecimentos mais importantes que vivenciou foram a abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República (*Idem*: 128). Como vimos no capítulo anterior, a figura de seu pai teve grande influência na formação de seu pensamento. O Visconde de Ouro Preto já era membro do Partido Liberal, o que facilitou o ingresso de seu jovem filho na arena política brasileira.

³⁵ Sobre sua atuação como deputado, Affonso Celso listou suas principais contribuições para a política do período: “Procurei cumprir o meu dever, da melhor maneira, durante os meus oito anos de deputação. Intervi ativamente nos debates; votei a favor de todas as medidas patrióticas e liberais; apresentei vários projetos sobre o elemento servil (25 de julho de 1883, 12 de outubro de 1886 e 4 de maio de 1887), no mais adiantado sentido; ofereci também projetos sobre reforma da administração provincial (17 de julho de 1884); considerando de festa nacional o dia da abolição do cativo (13 de maio de 1888); autorizando o governo a se fazer representar oficialmente na Exposição Universal de Paris em 1889 e concorrendo às respectivas despesas – projeto este convertido em lei (21 de maio de 1888); auxiliando o teatro nacional (14 de junho do mesmo ano); abolindo a pena de morte (8 de julho do mesmo ano), mandando efetuar o recenseamento geral do Império (3 de outubro do mesmo ano). Se não mais fiz foi, repito, por escassez de inteligência e não de vontade.” (CELSO, 1901: 153).

Segundo o autor, ao ingressar na Câmara pela primeira vez em 1881, não havia nenhum republicano confesso. Apesar de reconhecer que no Legislativo se encontravam figuras como Mata Machado, Felício dos Santos, Vieira de Andrade, Silviano Brandão e João Penido – políticos que se diziam republicanos – Affonso Celso afirma que nenhum deles realizava profissão da fé republicana no parlamento tal como ele, bem como não teria havido manifestações monarquistas durante o período em que foi deputado, tendo elas sido maiores após os insucessos do novo regime republicano (CELSO, 1901: 128). Esta postura deve ser considerada como um recurso narrativo utilizado pelo intelectual em sua obra para deslegitimar o movimento e governo republicano bem como se afirmar como um novo defensor da causa monarquista.

Em seu discurso de estreia, realizado em 28 de fevereiro de 1882³⁶, coloca-se como um dos representantes de uma nova geração de intelectuais:

“(...) tenho sido sempre e me prezo de ser republicano. Adoto o Manifesto de 3 de dezembro de 1870, que declara não ser intenção de seus signatários convulsionar a sociedade, mas esclarecê-la, cumprindo-lhes, longe de conspirar, apenas discutir, provocando, não dissensões nem discórdias, porém simplesmente a reconstrução moral e pedindo uma constituinte com amplas faculdades para instalar um novo regime, promovendo reformas complexas que abranjam todo o mecanismo social (CELSO, 1895: 299).

Dentre os principais alvos dos signatários do manifesto, em sua maioria radicais³⁷ dissidentes do Partido Liberal, figurava o poder pessoal do imperador, e sua interferência nos resultados eleitorais³⁸. Segundo o documento, em regra, o Imperador, ao fazer uso do poder moderador, formava gabinetes com um dos partidos políticos atuantes na monarquia constitucional brasileira, fosse ele liberal ou conservador, que por sua vez instituíam as mesas eleitorais, responsáveis por organizar e proclamar os resultados das eleições em nível local. Desta forma, no entendimento dos republicanos radicais, havia uma institucionalização da fraude eleitoral, uma vez que o partido que convocava as eleições fazia necessariamente a

³⁶ Em *Oito anos de parlamento* (1901), Affonso Celso faz menções indiretas aos seus discursos. Como muitos deles foram integralmente publicados em sua obra *Guerrilhas* (1895) nos remeteremos à esta obra sempre que necessário para melhor elucidar o pensamento do autor.

³⁷ José Murilo de Carvalho possui entendimento diverso, não considerando radicais os signatários do manifesto por almejarem a alteração da forma de governo mediante uma Assembleia Constituinte (2012: 110).

³⁸ “Neste país, que se presume constitucional, e onde só deveram ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, ominoso, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável.” (*Manifesto Republicano de 1870*, 2009: 43 e 44).

maioria da Câmara, o que transformava o monarca, na prática, o único e verdadeiro eleitor³⁹ (COSTA, 2010; MATTOS, 2010: 20).

Apesar de advogar a favor das ideias contidas no Manifesto Republicano de 1870, Affonso Celso afirmou, já em seu primeiro discurso parlamentar, não partilhar da posição de hostilização dos segmentos políticos e sociais adversários: “(...) não é esse o modo de fazer propaganda, nem me filio aos clubes ora existentes, que não é esse o partido republicano, mas, (...) um conjunto de assembleias tumultuárias, sem individualização nem responsabilidade (...)” (1895: 300). Defendia também que as reformas desejadas deveriam ser alcançadas pelas vias legais e de forma pacífica. Em decorrência de tal posicionamento, acreditava que o Partido Republicano não se encontrava até então organizado de forma regular e efetiva (1901: 130 e 131); optando por seguir uma pauta radical e intransigente, incapaz de propor boas coisas à pátria e de esclarecer e guiar a opinião dos cidadãos brasileiros:

Quando o Partido Republicano se organizar regularmente e se convencer que, estando em minoria, não tem o direito de impor o seu programa, sendo por ora sua missão esclarecer e guiar a opinião, sem fomentar agitações, reformador radical, mas respeitador das contingências sociais e tendo em grande conta a sua responsabilidade e os seus deveres perante os seus concidadãos; quando desdenhar a cômoda intransigência absoluta, que o reduz a negar tudo, sem nada propor a bem do país; quando enfim entrar no terreno das ideias traçadas pelo manifesto de 1870, eu me filiarei a seus clubes. (CELSONO, 1895: 300)

Devido a este cenário, Affonso Celso escolheu filiar e manter-se no Partido Liberal, declarando que, até aquele momento, limitava-se a “(...) pugnar pelas suas ideias, auxiliando tudo o que for proveitoso à pátria, sabendo resistir aos meus próprios amigos, com a coragem que dá a consciência tranquila.” (*Idem*: 300)

Segundo José Murilo de Carvalho, os principais pontos reivindicados pelo Partido Liberal eram a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal), a mudança do caráter vitalício do Senado para temporário, a reforma do Conselho de Estado para que apenas exercesse prerrogativas administrativas, o fim da Guarda Nacional, as liberdades clássicas de ensino, expressão, consciência, comercial e industrial, e a abolição do sistema de trabalho escravo. Por sua vez, as diretrizes do Partido Republicano, guiadas pelo

³⁹ “Não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública. (...). Uma câmara de deputados demissível à vontade do soberano, e um senado vitalício à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país.” (*Idem*: 47 e 48).

Manifesto de 1870, representavam o pensamento liberal clássico, bem como o federalismo. Contudo, sua atuação focava mais em ataques aos desvios praticados pelo governo imperial do que à defesa dos ideais democráticos, direitos e liberdades individuais e representatividade (2014: 207 e 208).

Dentre as pautas defendidas por Affonso Celso encontram-se as medidas em prol da instrução pública, da descentralização administrativa como caminho para a forma federativa do Estado, o avigoreamento e aumento de autonomia dos municípios, o registro civil de casamento, nascimento e óbito, e a emancipação dos escravos. Segundo Ângela Alonso (2002: 109), Affonso Celso foi um novo liberal republicano, tanto em sua formação acadêmica quanto na sua atuação como deputado parlamentar na década de 1880, por não se identificar com a ala radical do movimento.

Convencido de que a República seria a melhor forma de governo para o Brasil e “(...) a mais elevada expressão do progresso na direção dos povos, mas que esse progresso só se realiza gradativamente, pois a ordem natural é caminhar e não saltar, sempre no terreno da evolução (...)” (CELSO: 1895: 301), o autor clamaria por um movimento evolucionista fomentado por propaganda republicana pacífica, capaz de analisar e convencer os espíritos dos cidadãos brasileiros. Este seria o melhor caminho, pois apressar o advento do republicanismo poderia prejudicar a futura legislação capaz de sustentar o novo regime (CELSO, 1901: 129). Segundo Schwarcz, a ideia de uma forma de governo republicana surgiu alardeando promessas de igualdade e cidadania, numa espécie de modernidade que se impunha menos como condição e mais como uma etapa obrigatória e incontornável para o desenvolvimento dos povos (2012: 19).

No dia 15 de setembro de 1885, proferiu um discurso em que reafirmou a vontade do povo como única forma legítima e soberana de se alcançar um governo. Segundo Affonso Celso, no Brasil, a vontade do povo existe antes da vontade e de caprichos do príncipe conservador (D. Pedro II). O elemento popular teria sido responsável por salvar a monarquia anteriormente no período regencial, quando se viu abandonada “(...) num berço às ondas borrascosas de uma revolução (...)” (1895: 304), tendo rasgado a Constituição de 1824 ao colocar a coroa em uma criança impaciente. Segundo o intelectual, o mesmo poderia ocorrer novamente, caso não fossem atendidas as suas demandas a partir de reformas das instituições imperiais:

(...) também pode (o povo), num ímpeto de legítima cólera, num arremesso de indignação, fazer rolar em estilhaços tantas instituições anacrônicas que tolera por mera condescendência, as quais, sem base na tradição e consciência pública, ainda mesmo quando tudo lhes corra propiciamente e nada se levante para as hostilizar, pela simples evolução dos acontecimentos, pelo desenvolvimento normal do país hão de cair, em breve prazo, fatal, necessária, inelutavelmente, da mesma forma que caem os dentes da infância, - sem abalos, sem sangue e sem dor. (*Idem*).

Ao pregar a abolição imediata do cativo, em 22 de junho de 1886, o Affonso Celso republicano afirmava que a atual conjuntura exigia uma mudança da mentalidade, tanto dos políticos quanto da população em geral, uma vez que a causa republicana se fortalecia. Como consequência lógica da integração do Brasil ao mundo ocidental civilizado, em decorrência da revolução moral que ocorria nos espíritos humanos, eram necessárias reformas capazes de alterar a forma de governo de modo gradual, de acordo com os trâmites processuais definidos pela Constituição de 1824. Tais reformas, contudo, não deveriam demorar uma vez que, segundo ele, a Coroa encontrava-se isolada e a monarquia se mantinha apenas por tolerância (1895: 305; 1901: 130).

A seu ver, o povo seria indiferente à forma de governo adotada pela administração pública. Esta falta de apoio se refletia no Parlamento, onde nenhum partido era favorável ou defensor da bandeira monarquista: “Mas o que está patente é que a monarquia não dispõe nesta casa de defensores entusiásticos e ardentes, que se irrite e se inflamem, ao ouvir que todos os elementos conspiram contra sua permanência.” (CELSO, 1895: 310).

Quando um dos partidos se encontrava no poder e controlava o gabinete imperial, apenas advogava a favor do Império nos pontos em que suas agendas convergiam. Após deixar o governo, segundo Affonso Celso, voltava o partido a ser, senão indiferente, hostil quanto à forma de governo quanto à figura do monarca (1901: 130). Como exemplo, mencionou o fato de que o próprio partido conservador teria se apropriado da agenda liberal para conseguir sobreviver à nova conjuntura (1895: 39). Também não haveria só uma classe social ou agrupamento de homens, diretamente interessados na manutenção do sistema monárquico. Até mesmo os representantes da grande lavoura, grandes senhores de terras e de escravos, vistos pelo autor como o segmento mais aristocrático e poderoso da política brasileira, mostravam sinais de agressão ao Imperador e ao uso de seus poderes, por enxergar em sua pessoa uma das forças motoras do movimento abolicionista:

Qual dos partidos militantes é convencidamente monarquista? Nenhum. (...). Não há uma classe, um grupo de homens diretamente interessados na manutenção do regime monárquico. Qual a classe mais poderosa e aristocrática do país, à qual incumba por índole e por interesse manter a

instituição? A lavoura? Mas, não há dois anos, vimo-la agredir de um modo descomunal o imperador e a exorbitância de seus poderes, porque, injustamente o presumia impulsor do movimento abolicionista que, ainda mais injustamente, supunha prejudicial. (*Idem*: 306).

Em um discurso proferido no dia 6 de junho de 1888 – enquanto ainda deputado republicano - destacou o papel da mocidade, principalmente dos jovens recém egressos das academias do exército e da armada, como um dos segmentos mais importantes na difusão do republicanismo no Brasil. A emergência deste jovem grupo mostra a existência de uma nova orientação política, “(...) do advento das mais recentes camadas sociais, cujo triunfo será inevitável e o ao qual convém ir preparando terreno, para que não produza abalo, vindo suave e naturalmente” (CELSO, 1895: 308). A atualidade e a presença das ideias republicanas divulgadas pela imprensa e pela tribuna, elementos que não eram tão difundidos e propagados na década de 1870 também mereceram destaque do parlamentar:

Há 10 anos ninguém falava em república. Hoje raro é o dia em que na tribuna ou na imprensa não se clame por ela, e o Governo ouve os brados sem os poder reprimir. Respondei-me em sã consciência se não vem perto talvez a vitória do sentimento republicano que tem alado fundamentalmente a alma nacional. (CELSO, 1901: 130 e 131).

Concluindo suas ideias, em discurso do dia 22 de julho de 1886, para Affonso Celso:

Apenas os cegos pelo apaixonamento partidário, espécie de vesania que a psiquiatria ainda não classificou, poderão desconhecer que essa geração nova que aí vem, é qual, como o herói de Voltaire, caberá reinar sobre o futuro *par droit de conquête et droit de naissance*, traz os olhares fitos para lhe nortear o rumo dos mares políticos nestas duas estrelas da constelação do progresso: República e Abolição.(1895: 209 e 210).

Estes são, resumidamente, os pontos do pensamento republicano destacados por Affonso Celso. Resta-nos, agora, evidenciar quais são as críticas institucionais e políticas feitas pelo autor ao novo regime republicano, uma vez que já expomos no capítulo anterior os fatores subjetivos que colaboraram para sua mudança de posicionamento político. Afinal, como mesmo disse Affonso Celso: “Comecei a ser monarquista com todos os seus perigos no momento em que muitos começaram a ser republicanos, com todas as suas vantagens, a 15 de novembro de 1889.” (1901: 131).

Em 1914, no seu livro *Sexta tese oficial: poder pessoal do imperador, inversão das situações políticas, os programas dos partidos e agitação democrática*, o autor, em retrospectiva, afirmou que chegou à conclusão, ainda quando deputado, de que a República

tinha que vir.⁴⁰ Contudo, não poderia ser atribuída a sua chegada a um evento isolado ou alguma circunstância fortuita, uma vez que “O 15 de novembro, assim como 13 de Maio foi a conclusão de premissas há muito estabelecidas” (1901: 411).⁴¹ Ainda, “Todos os partidos políticos concorreram, mais ou menos para a República, todos os homens públicos, desde o Imperador até o último deputado ou jornalista, uns pela ação, outros pela inação, uns pelos que praticaram, outros pelo que deixaram de praticar.” (*Idem*: 411).

Feitas estas colocações, passaremos agora a expor e analisar os demais motivos que levaram Affonso Celso a condenar o regime republicano e abraçar a causa monarquista. A discussão deste ponto seguirá os argumentos apresentados pelo autor em seu livro *Guerrilhas (1895)*: (i) “O modo como foi feita a República”; (ii) “A comparação prática entre o que foi o Império e o que é a República” e (iii) “Perante a História e a filosofia não pode considerar-se a forma republicana (sobretudo a de tipo presidencial) como a que melhor consulte os interesses e garanta direitos gerais. É-lhe preferível a monarquia parlamentar.” (CELSO, 1895:320, 322, 324).

⁴⁰ “Cheguei à conclusão de que a República tinha que vir. Atribuí-la a este, ou aquele sucesso isolado, a esta ou aquela circunstância fortuita, afirmar que não se efetuariam se o general Fulano estivesse aqui e não ali, se o Imperador se houvesse dirigido a um ponto, em vez de outro, se o político beltrano, em lugar de sicrano, dirigisse os destinos do país, é explicar graves acontecimentos históricos por aquilo que Voltaire denominou o sistema das causas fúteis.” (CELSO, 1914: 411). Esta mesma passagem pode ser encontrada, de forma menos elaborada, em *Oito anos de Parlamento* (1901: 127).

⁴¹ Affonso Celso listou os principais elementos que, a seu ver, levaram ao surgimento da República: “As representações das câmaras municipais, sugerindo a mudança da forma de governo; a eleição de cinco deputados gerais republicanos: Prudente de Moraes, Campos Salles, Álvaro Botelho, Monteiro Manso, Lamounier Godofredo, e a de José do Patrocínio, vereador da câmara municipal do Rio de Janeiro; o abandono do paço imperial por parte dos políticos mais eminentes, os quais, mesmo os ex-ministros, não figuravam nas cerimônias oficiais, com receio da pecha de cortesão; a convicção geral que teoricamente a república superava a monarquia, baseando-se a única objeção contra a primeira no despreparo do país para ela; a circunstância de regurgitarem de republicanos as repartições públicas, os estabelecimentos de ensino, o exército e a armada, fazendo os lentes em suas cadeiras propaganda contra o regime e confessando os depositários dos cargos de máxima responsabilidade: “eu, no fundo, sou republicano; isto de sistemas governamentais é coisa indiferente para o bem do país”; o simpático, e não raro, entusiástico acolhimento dispensado em toda parte, aos chefes do movimento revolucionário; a irreverência, senão menosprezo da imprensa, em quase sua totalidade, para com as cerimônias e estilos da monarquia; tudo isto, e muitíssimo mais prova que, como asseverou na câmara o deputado conservador Duque Estrada Teixeira, o edifício da monarquia brasileira se aluía fragmento por fragmento, ou como também disseram os deputados conservadores Rodrigo Silva e Ferreira Viana, o povo estava assistindo, de havia muito, aos funerais do regime. Atribuir a queda do Império aos erros do gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto, que apenas governou menos de sete meses (...) importa clamorosa injustiça e grosseira inexatidão histórica.” (1914: 411 e 412). O mesmo entendimento pode ser encontrado, também de forma superficial, em *Oito anos de Parlamento* (1901: 136).

2.3 – “O modo como foi feita a República”.

“Não me surpreendeu a proclamação da República. O modo como se efetuou é que se constituiu uma indigna cilada, um erro, um crime, fonte de tamanhas desgraças, só remediáveis com a restauração.” (CELSO, 1901: 128).

O 15 de novembro foi inserido na historiografia e no imaginário social como um acontecimento fundador do que somos como brasileiros, podendo ser visto como um lugar de memória e como um marco significativo de nossa história nacional. A explosiva combinação entre a perda de apoio da monarquia por parte de setores influentes, como os grandes proprietários de terras e de escravos, bem como os descontentamentos militares e a inabilidade política do governo imperial para lidar com interesses tão diversos colaboraram para a instauração do novo regime republicano. Encontrando-se minada a base da monarquia brasileira, encontrava-se bem pavimentado o ideário republicano quando o golpe militar fez ruir o estado imperial (NEVES, 2010: 26-30).

Affonso Celso afirma que a República começou mal, “(...) trazendo em si o germe da morte; começou pela traição⁴², pela violação de princípios que não perdoam violações.” (1901: 138). O modo como foi feita, “Constituída pelo exército e a marinha, em nome de uma nação bestializada⁴³, repugnou a todos os meus princípios. Considerei-a inversão irremediavelmente funesta de normas imprescritíveis.” (1895: 320). Os poucos cidadãos que teriam apoiado o levante militar contra o Império teriam o feito para conquistar posições políticas e para satisfazer ambições pessoais.⁴⁴

Segundo este autor, não caberia aos militares, detentores das armas, atuar diretamente na esfera política: “A espada não se afaz ao eixo do carro do Estado”. (1895: 321). Não caberia às forças armadas organizar ou derrubar governos, mas sim assegurar o cumprimento da lei e obedecer fielmente às autoridades legitimamente instituídas, com o intuito de assegurar a paz interna e defender a honra e dignidade nacionais contra os inimigos externos: “O exército e a esquadra, sob pena de se aniquilarem e sacrificarem a

⁴² A traição a que se refere Affonso Celso é atribuída a Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, homens que eram tidos como de confiança por D. Pedro II e pelo chefe do último gabinete imperial, o Visconde de Ouro Preto (1895: 321).

⁴³ A referência à conhecida frase de Aristides Lobo, em que afirmava o povo ter assistido aos acontecimentos de novembro de 1889 de forma bestializada, é encontrada em diversas passagens de distintas obras de Affonso Celso, como em *Guerrilhas, Contraditas Monarquicas* (1896: 3), *Oito Anos de Parlamento* e *Sexta tese*.

⁴⁴ “Não é exato que uma parte do povo, mínima que fosse, interviesse no levante de 15 de novembro, - salvo os poucos homens que dele se serviram para galgar ambiciosas posições.” (CELSO, 1896: 73).

Pátria, não podem ser republicanos nem monarquistas, nem liberais, nem conservadores, nem positivistas, mas só e unicamente brasileiros.” (CELSO, 1896: 72).

O regime republicano brasileiro para Affonso Celso apenas preponderaria graças às classes armadas na base do terror. Um governo com estas características estaria fadado ao fracasso, uma vez que “As classes militares são temidas, mas a história demonstra quão efêmero é qualquer regime originado pelo terror.” (*Idem*). O exército teria se sublevado contra a monarquia e a deposto, sendo explorado pelos republicanos radicais em um momento oportuno, alegando que sua classe era perseguida e desconceituada pelo governo imperial (1895: 281; 1901: 137).

Estes elementos teriam gerado a repugnância por parte de diversos compatriotas, bem como teria sido a origem de diversos males da administração republicana, atribuídos ao levante militar e o advento da nova forma de governo. Como vimos anteriormente, Affonso Celso defendia a adoção da forma republicana de governo por vias legais, mediante reformas. Segundo sua perspectiva, “se a república era realmente a aspiração do povo brasileiro, não houvera sido difícil consegui-la de maneira nobre, e de consequências menos funestas para o Brasil, como se conseguiu a abolição.” (1901: 138).

A Constituição Política do Império do Brasil de 1824, mesmo que outorgada, é apresentada por Affonso Celso como mais liberal, aberta e prática do que a Constituição de 1891. Em seu art. 178, inserido no “Título 8º - Das Disposições Gerais, Garantias dos Direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros” consta que “É só constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos políticos, e individuais dos Cidadãos.” (BRASIL, 1824). O dispositivo ainda afirma que tudo o que não é considerado pela Carta como constitucional pode ser alterado e reformado pelas casas legislativas ordinárias, não sendo necessárias mais formalidades (CELSO, 1895: 169).

Fazendo uso de sua formação jurídica, Affonso Celso defende que graças à uma disposição tão ampla da legislação imperial, largas reformas poderiam ser alcançadas pelas vias legais. As propostas de reforma dos artigos constitucionais deveriam ser realizadas por escrito na Câmara dos Deputados e possuir o apoio de um terço dos membros da casa. Após ser lida e apresentada por três vezes, com intervalo de seis dias entre cada apresentação, os deputados deveriam debater e, caso a maioria dos membros concordasse, seria formulada uma proposta de lei que, “(...) expedida e sancionada e promulgada pelo Imperador, em forma ordinária, mandaria aos eleitores dos deputados para a seguinte legislatura que nas

procurações lhes conferissem especial faculdade para a pretendida alteração ou reforma.” (CELSO, 1895: 170). Na primeira sessão da legislatura seguinte, a matéria seria novamente proposta e discutida, e o que fosse decidido viria a prevalecer para a modificação ou adição à lei constitucional imperial, sendo juntada à Constituição e promulgada de forma solene. Este trâmite de reforma constitucional apresentado por Affonso Celso tem como base o disposto nos artigos 174, 175, 176 e 177 da Constituição de 1824.⁴⁵

Devido a estas previsões constitucionais, onde Affonso Celso enxergava possibilidades de reformas de maneira simples e rápida “(...) até mesmo a república poderia ter sido pacificamente decretada, sem que nenhum obstáculo constitucional lhe embargasse a marcha triunfante, desde que, decidido, o povo a reclamasse.” (CELSO, 1895: 171). A única coisa necessária seria que o povo designasse representantes republicanos, ou ao menos interessados em consultar a vontade popular acerca da mudança de forma de governo, em número suficiente capaz de aprovar a lei e convocar uma nova constituinte capaz de resolver sobre a adoção, ou não, do regime republicano (*Idem*).

Contra o argumento dos radicais republicanos de que o Imperador faria uso do seu poder de veto, uma das prerrogativas de seu Poder Moderador, ao invés de sancionar e promulgar uma lei capaz de alterar a forma de governo, Affonso Celso lembra que a denegação do monarca possuía apenas efeito suspensivo, conforme o art. 65 da respectiva Constituição⁴⁶. Desta forma, bastaria o projeto ser aprovado por duas legislaturas sucessivas para que fosse dispensada a sanção imperial. Logo, concluiu Affonso Celso, “(...) sob o sistema monárquico, era lícito o advento da república por via constitucional, mediante apenas um trato de tempo relativamente curto, tenacidade e convicção.” (1895: 172).

⁴⁵ “Art. 174. Se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados, se apoiada pela terça parte deles; Art. 175. A proposição será lida três vezes com intervalos de seis dias de uma à outra leitura; e depois da terceira, deliberará a Câmara dos Deputados, se poderá ser admitida à discussão, seguindo-se tudo o mais, que é preciso para formação de uma Lei; Art. 176. Admitida a discussão, e vencida a necessidade da Reforma do Artigo Constitucional, se expedirá Lei, que será sancionada e promulgada pelo Imperador em forma ordinária; e na qual se ordenará aos Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura; que nas Procurações lhes confirmam especial faculdade para a pretendida alteração, ou reforma; Art. 177. Na seguinte Legislatura, e na primeira Sessão será a matéria proposta e discutida, e o que se vencer, prevalecerá para a mudança, ou adição, à Lei fundamental; e juntando-se À Constituição será solenemente promulgada. ” (BRASIL, 1824).

⁴⁶ “Art. 65. Esta denegação tem efeito suspensivo somente: pelo que todas as vezes, que as duas Legislaturas, que se seguirem àquela, que tiver aprovado o Projeto, tornem sucessivamente a apresentá-lo nos mesmos termos, entender-se-á, que o Imperador tem dado a sanção. ” (Brasil, 1824).

Para este intelectual, a Carta Constitucional de um país é um instrumento que deve ser respeitado, mesmo por seus opositores. Seu peso e valor derivam, sobretudo, de seu uso e das tradições que carrega consigo: “Para nós, a forma do instrumento e a sua natureza íntima influem de maneira decisiva sobre a sua aplicabilidade e as respectivas vantagens”. (1895: 166). Apesar de preservar e sustentar o governo monárquico, a Constituição de 1824 possuía, dentre seus elementos essenciais do sistema, as ferramentas capazes de autorizar a mudança da forma de governo; elementos representativos de correntes liberais, mesmo que originadas de uma Constituição outorgada pelo Imperador e não redigida por representantes diretos da nação (CARVALHO, 2012: 84; COSTA, 2010: 144). Desta forma, os militares, ao realizarem o levante armado que pôs fim à monarquia no dia 15 de novembro de 1889, rasgaram a velha Constituição de 1824, instrumento capaz de garantir o advento do regime republicano de forma legal e legítima, segundo Affonso Celso (1895: 271). Esta é a primeira crítica elaborada pelo autor contra o novo regime republicano brasileiro. Passemos à seguinte.

2.4 – “A comparação prática entre o que foi o Império e o que é a República”.

“Enquanto o prestígio do Império avulta todos os dias no conceito do mundo, o nome e a influência da República brasileira (...) cada vez mais se deprimem entre os povos cultos.” (CELSO, 1896: 81).

Tendo em mente ainda dispositivos constitucionais, Affonso Celso analisa os artigos da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Para demonstrar sua tese de maior liberalidade da constituição do Império em relação à republicana, ele descreve os trâmites necessários para a efetivação de reformas constitucionais. No caso republicano, ela só poderia ocorrer por iniciativa do Congresso Nacional ou das Assembleias dos Estados. Na primeira hipótese, a proposta deveria ser apresentada por, ao menos, um quarto dos membros de qualquer das Câmaras do Congresso Nacional e aprovada por dois terços dos votos, após três discussões seguidas tanto do Senado quanto da Câmara. No segundo cenário, a proposta deveria ser apoiada por dois terços dos estados, no período de um ano, após ter sido aprovada pela maioria dos votos das respectivas assembleias (CELSO, 1895: 173).

Após este trâmite, a proposta apenas seria validada se, no ano subsequente, fosse novamente aprovada; em três discussões, por maioria de dois terços dos votos nas duas

Câmaras do Congresso. Este trâmite encontra-se previsto no art. 90 da Constituição de 1891. O quarto parágrafo do mesmo dispositivo limitava o alcance das reformas constitucionais:

Não poderão ser admitidos como objeto de deliberação, no Congresso, projetos tendentes a abolir a forma republicana federativa, ou a igualdade da representação dos Estados no Senado. (BRASIL, 1891).

Affonso Celso conclui, mediante a análise dos dispositivos apresentados, que o texto republicano contaria com um procedimento de reforma constitucional mais moroso e complicado na nova forma de governo.⁴⁷ As duas constituições possuiriam uma diferença fundamental: enquanto sob o texto constitucional imperial se facultava à vontade nacional tudo alcançar, até mesmo a República, no novo regime, a possibilidade de converter o regime federativo em unitário, ou de uma composição do Senado diversa da estabelecida, não seria apreciada. Em suas palavras:

(...) a constituição do Império facultava, dentro das raias mais estritas da legalidade, remédio para todos os males, assim como assegurava a vitória da vontade nacional ainda em detrimento dos princípios cardeais consagrados. Segundo a Constituição do Império, a própria forma de governo podia ser substituída sem abalo nem prejuízo ao país. (...). A constituição republicana de 1891, porém, - sistema que apregoa mais adiantado, mais consentâneo com a dignidade do cidadão, libérrimo e preconizador de todas as felicidades da Pátria -, não consente que em qualquer das Casas do congresso se admitiam como objeto de deliberação projetos tendentes a modificar as linhas gerais da estrutura republicana federal e até a composição de uma das referidas casas do Congresso! (CELSONO, 1896: 85 e 86).

O próprio texto constitucional de 1891, assim, representava um obstáculo à participação política ativa dos opositores do regime, dentro das vias legais, de forma que “se os interesses coletivos requererem aquelas medidas, se a soberania popular quiser executá-las, só lhes restará o recurso supremo da revolução.” (*Idem*: 176). Apesar de proclamar uma República, o novo governo teria colocado proibições arbitrárias e odiosas

⁴⁷ “Conseqüentemente, resumindo e comparando: 1º : à exceção do que concernia a escasso número de matérias, tudo o mais no regime monárquico podia ser reformado por lei ordinária; 2º As matérias excetuadas podiam ser reformadas, sem restrição alguma, mediante apoio por dois terços de deputados; três leituras de proposição, com as quais se gastariam 18 dias; seis discussões, 3 na Câmara e 3 no Senado; Convocação de Constituinte; reunião e funcionamento desta; 3º No regime republicano, vários projetos são arredados in limine da órbita dos debates; 4º A proposta de reforma nos pontos restantes carece de ser apoiada por uma quarta parte pelo menos dos membros de qualquer das Câmaras; ser aceita em 6 discussões, 3 na Câmara e 3 no Senado, por dois terços dos votos em cada uma; ser aprovada no ano seguinte ainda em 6 discussões, ao todo 12 discussões, sempre por dois terços dos votos em cada uma. As 6 discussões preparatórias poder ser substituídas pela solicitação de 14 Estados, do decurso de um ano, representado cada Estado pela maioria de votos da Assembleia. É, como se vê, complicado e moroso. Acresce que a convocação da Constituinte oferecia a conveniência de se inquirir diretamente a opinião pública acerca da reforma intentada.” (CELSONO, 1895: 174 e 175).

em sua constituição: “Debaixo de tênue e ilusória camada de liberalismo, descobre-se logo a tirania.” (*Idem*).

Para Affonso Celso, nunca houve na história brasileira um momento no qual foram oferecidas a um governo condições tão favoráveis e propícias capazes de promover a felicidade dos cidadãos sob sua direção como as que foram encontradas pela ditadura militar constituída no dia 15 de novembro de 1889:

Assenhorando-se, na máxima plenitude, da soberania pública; livre de peia de qualquer espécie à sua ação dominadora; dispondo de amplos recursos pecuniários, acumulados pelo ministério decaído, e do apoio ilimitado da força organizada; recebendo calorosas adesões de todos os lados; tendo o país genuflexo diante de si, pronto para aplaudir incondicionalmente quaisquer medidas e não ousando articular a mais leve crítica; vendo na altiva resignação da dinastia deposta e na ausência de protestos por parte das altas corporações da véspera a legitimidade do levante; gozando de excepcionais circunstâncias de crédito internacional, as quais persistiram por não curto período; onipotente, gloriosa, rica, obedecendo apenas à lei da própria vontade; a junta presidida pelo marechal Deodoro achou-se numa situação única na história, milagrosamente propícia, a ponto de parecer adrede preparada pela proteção de um deus amigo. (CELSO, 1895: 249 e 250).

Segundo o autor, as revoluções violentas têm lugar quando o governo nacional se encontra esgotado, como resultado de resistências, atritos, antagonismos e interesses divergentes difíceis de serem conciliados. As agitações revolucionárias, movidas por paixões demolidoras, apenas erguem-se contra o governo legítimo nestas situações. Aos seus olhos, nenhum destes inconvenientes assolou o país naquele período: “Ao governo provisório deparou-se incomparável mar de rosas, ventos à feição, tudo, tudo, todo quanto de mais auspicioso se possa imaginar.” (1895: 251).

De acordo com Mattos (2012: 91), consumado o golpe de Estado instalou-se um governo provisório, liderado por Deodoro, no qual militares de carreira (o próprio Deodoro, presidente, e o ministro da Marinha, Eduardo Wanderwolk) e militares de formação científica (Benjamin Constant, Ministro da Guerra), republicanos históricos (Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores, Aristides Lobo, Ministro do Interior) e intelectuais reformistas (Rui Barbosa, Ministro da Fazenda), muitos deles positivistas (Demétrio Ribeiro, Ministro da Agricultura), além de membro do Partido Republicano Paulista (Campos Sales, Ministro da Justiça), estiveram representados, formando as forças que atuavam na instalação do novo regime.

Apesar de todos estes elementos favoráveis, segundo Affonso Celso, a gerência republicana não correspondeu à expectativa da opinião pública: “o sentimento geral é de profundo mal-estar, agravado pelo temor de que inesperadamente surja situação pior.” (CELSO, 1895: 93). Dentre as mazelas perpetradas pelo novo governo, estaria a formação de comissões militares voltada para o julgamento de supostos conspiradores; o amordaçamento e censura de diversas folhas e jornais oposicionistas, sobretudo monarquistas, onde muitas foram suspensas ou destruídas; os fuzilamentos de civis em nome da união nacional, na repressão de movimentos como os de Canudos e a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul; a demissão e aposentadoria em massa de funcionários de carreira e adoção de um nepotismo ainda mais institucionalizado do que o existente sob o Império. Segundo o autor, “Nada justificava tais excessos, sobretudo realizados por um regime republicano apelidado de regenerador; mas, em suma, certos abusos inerem às revoluções vitoriosas.” (*Idem*: 251 e 252)

Já nos primeiros anos de governo, a ameaça de uma guerra civil mostrava-se como uma realidade. Revoltas de suboficiais e marinheiros leais a Deodoro aconteceram na capital, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso e em São Paulo (MATOS, 2012: 95). Em 1892, oficiais da Marinha publicaram um manifesto contra a intervenção federal na guerra do Sul e, em 1893, a Armada se sublevou em apoio aos federalistas, exigindo novas eleições. Os revoltosos diziam agir em nome da constituição republicana, mas foram percebidos como monarquistas nas ruas do Rio de Janeiro (*Idem*: 99).

Apesar de contida no Rio de Janeiro, estourava no Rio Grande do Sul a chamada Revolução Federalista (1893-1895). Neste local, as forças políticas encontravam-se divididas entre republicanos liberais, entre os quais se destacava Assis Brasil - responsável pelo projeto de lei eleitoral adotado com modificações pelo legislativo -, republicanos positivistas - como Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado -, e liberais parlamentaristas - liderados por Gaspar Martins. Do último grupo participavam, principalmente, antigos membros das fileiras monarquistas que haviam regressado ao país. Em pouco tempo, a disputa política entre republicanos e antigos monarquistas desdobrou-se em guerra civil, com mobilização de exércitos privados pelos lados em confronto (COSTA, 2010: 453).

Para Affonso Celso, o levante do Rio Grande do Sul foi justo e nobre, baseando-se nas prerrogativas humanas mais básicas, uma vez que o novo governo era incapaz de assegurar a inviolabilidade dos direitos fundamentais referentes à liberdade, segurança

individual, propriedade e acesso à justiça, conforme preconizava a Constituição de 1891. Desta forma, o conflito seria mais do que compreensível, uma vez que a população sulista não conseguia alcançar pelo sistema judiciário as suas reivindicações (1895: 266 e 267).

O confronto do governo federal com o Rio Grande do Sul seria o responsável por ceifar vidas brasileiras, de forma exagerada, injusta e desmedida (1895: 87). O poder executivo, naquele contexto, postava-se como surdo frente aos clamores da opinião nacional e indiferente aos pedidos de seus cidadãos, enquanto mantinha em seus cargos militares acusados de atrocidades, - como o fuzilamento de sulistas não condenados como revoltosos -, não lhes aplicando sanções de nenhuma espécie e não fornecendo informações às famílias dos indivíduos mortos (*Idem*: 211). O esforço empregado pelo governo fora tirânico, injusto, cruel e desmedido, ferindo os direitos de toda uma nação ao efetuar uma carnificina de seus compatriotas. Este conflito representava a existência de “(...) um Estado, onde não se respeitavam a existência e a propriedade dos administrados, nem se lhes permitia invocar o auxílio judiciário” (*Idem*: 168).

O fim do conflito foi visto pelo autor como motivo de alegria para todos os brasileiros, uma vez que todos os interesses nacionais exigiam o término daquela estúpida carnificina, em que, “(...) durante mais de dois anos, imolaram-se inestimáveis existências, o melhor dos recursos do erário público e (...) os nossos foros de povo humanitário e culto.” (*Idem*: 265). A Revolução Federalista era a comprovação de que

(...) a federação chegou até as fronteiras do desmembramento; da autonomia administrativa fizeram independência política; despojaram a União de Prestígio e força e fizeram da pátria, da grande e única Pátria, que deveria ser o centro das cogitações comuns, um andrajoso mendigo abandonado no pó da estrada. (1896: 26).

Na área jurídica, por sua vez, a nomeação de magistrados republicanos para compor Poder Judiciário teria instalado o partidarismo naquele setor, elementos que propagavam a corrupção e anarquia em um dos serviços mais importantes de um Estado Moderno. Novas leis eram criadas segundo as necessidades do momento, de forma a ignorar os princípios basilares dos povos civilizados: “A segurança, a liberdade, a vida, e a consciência dos cidadãos estão em permanente perigo e têm sido sacrificadas da maneira mais cruel.” (CELSO, 1896: 27). Neste cenário caótico, os juristas encontravam-se sem rumo, uma vez que não sabiam exatamente a competência, seja material ou territorial dos tribunais no novo regime, bem como não lhes era familiar a mudança constante de leis e de

entendimentos jurisprudenciais: “(...), anda tudo aos trambolhões, os advogados num Estado não conhecem as leis de outro Estado, e, se me permitem a expressão, reduziriam a trapos a harmonia das disposições gerais.” (*Idem*: 69).

Ao arrazoar as condutas do governo republicano, Affonso Celso dedicou especial atenção às finanças e à economia, principalmente no que tange à análise dos acontecimentos e política econômica adotadas na primeira metade da década de 1890. Afinal, “O problema financeiro impõe-se aos poderes públicos com a inexorabilidade da Esfinge que ameaçava devorar a quem não soubesse resolver o seu enigma.” (*Idem*: 101). A crítica à política econômica republicana e o elogio à anterior administração imperial é, também, uma forma de defender e legitimar as propostas e reformas realizadas por seu pai, o Visconde de Ouro Preto, enquanto chefe do último gabinete do Império.

Segundo sua análise, até a data de 14 de novembro de 1889, antes da mudança da forma de governo, o câmbio encontrava-se estabilizado, havia sido iniciada a circulação metálica ao invés da opção papalista, a conversão da dívida externa havia sido realizada de forma exitosa e o tesouro nacional estava abastecido com, senão ampla, uma considerável reserva. Desta forma, “Havia, em suma, recursos prontos, reais, efetivos, para toda a despesa possível, calculada com exagero, e um saldo superior a 61 mil contos de réis!” (*Idem*: 109).

Enquanto o governo imperial é destacado como o responsável por este favorável quadro financeiro - onde havia, para Affonso Celso, um crédito público disponível para com os países ocidentais mais prósperos e desenvolvidos, fundos estatais em alta, capazes de fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria, ascendência das rendas nos principais segmentos sociais - o cenário republicano é apresentado de forma diversa pelo autor. Apesar de concordar e assumir que a administração financeira do Império cometeu erros na gestão de seus recursos, o intelectual afirma que o desequilíbrio orçamentário e o aumento da dívida pública, mazelas que atingem todos os povos civilizados em algum momento de sua história, estariam em situação menos grave que as enfrentadas pela república:

O desequilíbrio orçamentário e o aumento da dívida pública são a sorte comum de todos os povos civilizados, em limites razoáveis, compreende-se, ultrapassados há muito pela nossa república. E cumpre não perder de vista que a monarquia brasileira não geriu os destinos de um país já organizado, onde todas as instituições, todos os serviços necessários e úteis existissem e funcionassem ainda que embrionária e defeituosamente. Quando o Brasil proclamou a independência, sua situação, tanto do ponto de vista de recursos pecuniários, como do adiantamento moral, era

somente à da mãe pátria, aliás apeada do antigo prestígio e uma das nacionalidades mais fracas do velho mundo. (...). A verdade histórica (...) é que, se a administração financeira do império teve erros, que os próprios monarquistas eram os primeiros não só a denunciar como a procurar corrigir, não se arreceava de confronto com as mais escrupulosas e adiantadas. (CELSO, 1896: 48 e 49).

Contra a alegação de que o ministério Ouro Preto teria lançado as sementes da crise econômica enfrentada pela recém-proclamada República, por ter adotado a política de pluralidade do banco de emissões, Affonso Celso afirmou que este entendimento é o da escola política liberal, sendo a unidade adotada posteriormente pelo novo governo um regime pautado pelo privilégio e monopólio estatal. Acrescenta que o governo monárquico teria adotado a pluralidade de bancos apenas pelo curso legal, mantendo a emissão de papel e a inflação em patamares controláveis, diferentemente do curso forçado perpetrado pelos republicanos (1896: 59 – 61).

Gustavo Franco salienta a importância da adoção do padrão ouro⁴⁸ pelo gabinete do Visconde de Ouro Preto como forma de estabilizar a economia nacional. Soma-se a isso também o programa destinado a auxiliar a lavoura, no qual créditos eram concedidos por bancos nacionais com o intuito de compensar os ex-proprietários de escravos, o que teria dado uma situação cambial extremamente favorável ao país até às vésperas da República (1989: 20). A importância da adoção do padrão-ouro não deve ser minimizada uma vez que o metal era a única e verdadeira moeda aceita e consagrada em toda a parte, e o papel moeda que circulava amplamente em diversos países era, ou devia ser, um certificado de depósito conversível em determinado peso em metal (FRANCO e LAGO, 2012: 175 e 176).

A primeira década do regime republicano brasileiro é apontada pela historiografia como uma das mais difíceis para a política econômica nacional. Muitas das dificuldades enfrentadas devem-se às transformações estruturais na economia do país, tais como a disseminação do trabalho assalariado e o reordenamento da inserção do país na economia internacional, por exemplo. Ambos elementos estão relacionados com o fim do trabalho escravo e com o florescimento das relações financeiras do Brasil com o exterior. Neste

⁴⁸ Na economia, talvez nenhuma outra questão tenha sido mais representativa dos impasses que paralisariam o Império, e que também ocuparam o tempo e imaginação de sucessivas administrações republicanas, que a referente à adesão ao padrão-ouro – a chave para uma economia mais internacionalizada e para definições cruciais para moeda e o crédito -, um tema que Ouro Preto tomou como urgente e para o qual foi imensamente ajudado por circunstâncias extremamente favoráveis.” (FRANCO e LAGO, 2012: 175).

cenário, o debate travado entre os papelistas e os metalistas⁴⁹, sobre qual orientação deveria ser dada à política macroeconômica, teve um peso considerável, uma vez que o primeiro ministro da Fazenda da República, Rui Barbosa, defensor do papelismo, encontrou fortes obstáculos ao buscar flexibilizar a política monetária de forma a não gerar excessos (1989: 11).

Affonso Celso afirma que os instituidores da nova ordem pregavam um saneamento das políticas econômicas imperiais que consideravam inadequadas. Ao tentarem substituir as práticas do regime imperial, por outras supostamente mais corretas e preferíveis, teriam iniciado uma higienização “(...) política e administrativa, aguçando os apetites, no intuito (...) de formar clientelas, fomentar, como derivativo às resistências que a reforma provocasse, a insaciável paixão de enriquecer depressa, a satisfação dos gozos materiais.” (CELSO, 1895: 116)

Este cenário de euforia proporcionado ao mercado incentivou massivamente a especulação da bolsa de valores. As movimentações na bolsa logo tomariam as características de uma “bolha especulativa”, sendo neste momento em que se estabeleceu a designação “Encilhamento” para o episódio, que em tudo parecia se encaixar nos paradigmas estabelecidos para manias, pânico e crises financeiras (FRANCO e LAGO, 2012: 180 e 181).

Somam-se a este fator o aumento de gastos orçamentários do Estado, a criação de novas repartições e institutos, a ampliação dos quadros de funcionários das forças militares, jurídicas e administrativas e cargos comissionados existentes tanto dentro quanto fora do país, as aposentadorias em massa dos servidores válidos e proficientes e o aumento de salários de cargos visados pela administração republicana (CELSO, 1895: 116).

⁴⁹ O raciocínio metalista pautava-se na ideia de que se o ouro armazenado sob a forma de “lastro” era inferior à quantidade total de papel-moeda em circulação, a moeda tinha uma correspondência em ouro “embutido” menor do que o que deveria ter. Desta forma, o ouro se tornava escasso relativamente ao papel e se tornaria caro relativamente à paridade; havendo ágio na relação entre a moeda nacional e outra que estivesse na paridade como era o sempre o caso da libra esterlina. Desta forma, a paridade consistiria na exata quantidade de ouro ou metal precioso que deve haver na unidade monetária nacional, seja sob a forma de moedas de ouro ou prata, bem como também nas cédulas feitas de papel. Neste cenário, as moedas devem ser conversíveis entre si e livremente trocáveis por ouro à taxa de paridade. Se ocorresse uma emissão adicional ou exagerada de papeis, capaz de desequilibrar a relação entre ouro e papel, seria o equivalente ao Estado mandar fabricar mais moedas de ouro do que o metal disponível; o que levaria a uma redução do conteúdo do ouro ou do lastro de cada moeda. (FRANCO e LAGO, 2012: 176).

Para suportar tais excessos, a política iniciada por Rui Barbosa, ainda no governo provisório, pregou e adotou a unidade bancária, a emissão de papel moeda de curso forçado – o que permitiu ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional o privilégio de emitir o dobro de lastro constituído em ouro, porém sem conversibilidade - e o aumento de impostos (*Idem*: 117). Ao abandonar o sistema de garantias baseado em apólices para adotar a emissão o governo não conseguiu sobrepujar a corrente de especulação financeira⁵⁰, que invadiu o mercado brasileiro nos primeiros anos de euforia do mercado financeiro (*Idem*: 254), inaugurando um período de hesitações e progressivas deteriorações das contas internas e externas (FRANCO, 1989: 12). Desta forma, o comércio presenciou, devido ao caos econômico dos anos de 1890 e 1891, uma retração do crédito, uma taxa de câmbio decadente e impontualidade dos empréstimos firmados pelo governo; quanto a este item: “(...) credores há do Estado que debalde reclamam grossos pagamentos, adiados sob o falso ou vero pretexto de falta de verba ou exercício fino”. (*Idem*: 103). No âmbito particular, os cidadãos enfrentavam a desorganização do serviço doméstico e elevados preços nos itens mais básicos à manutenção de suas vidas: “As classes consumidoras, no interior, conhecem já os pódromos da fome, na escassez dos gêneros alimentícios; e nas cidades, procuram havê-los, não por meio do trabalho honesto e indefeso, mas dos lances do azar nas suas múltiplas variedades.” (*Idem*: 95). Segundo Branco: “No tocante à crise de 1891, a interpretação tradicional atribui o peso do colapso cambial à expansão monetária provocada em última instância pelas reformas do sistema monetário introduzidas por Rui Barbosa, em 1890 (...)” (1989: 15).

Dentre os motivos elencados pelo autor para o elevado déficit orçamentário da República entre os anos de 1894 e 1895, encontram-se as promoções em massas de oficiais, com respectivo aumento de soldos, os juros de empréstimos contraídos nos últimos anos, as apólices que ainda deveriam ser emitidas para indenizar os bancos emissores de papel moeda, as apólices responsáveis por reconstruir o fundo metálico dos mesmos bancos, a restituição das dívidas contraídas para com as companhias ferroviárias, indenizações devidas às empresas e particulares em decorrência dos fornecimentos feitos durante a Revolta Naval, o transporte de tropas e material, e propriedades que foram utilizadas, o pagamento aos Estados da Federação da parte que lhes cabe nos impostos federais e a dívida de compensação às viúvas e vítimas que perderam seus familiares por ordem do governo

⁵⁰ “Mal do mundo mercantil, mal dos produtores, dos consumidores, mal de todas as classes, se não fora a especulação – um dos mais eficazes instrumentos do progresso moderno.” (CELSO, 896: 53).

nas Revoltas de Pernambuco, Santa Catarina, Paraná e Bahia (*Idem*: 104 e 105). Deveriam ser acrescentadas as grandes encomendas realizadas para a reparação do material bélico, terrestre e marítimo, as comissões enviadas ao estrangeiro, as passagens, a ajuda de custo, de forma que “(...) não é mister inspiração divina para profetizar que o déficit de 1896 será imensamente superior aos de 1894 e 1895.” (*Idem*: 106).

A situação encontrava-se ainda mais deplorável, uma vez que o governo não sabia como lidar com tais desafios. A impressão de mais papel moeda mostrava-se inviável, uma vez que como resultado causaria mais problemas a todos os segmentos sociais com inflação e depreciação cambial⁵¹ (*Idem*: 106). A hipótese de realizar novos empréstimos com bancos nacionais era de difícil concretização, uma vez que estes ainda não haviam recebido seus pagamentos pelos empréstimos anteriores (*Idem*). Afirmava que seria extremamente difícil conseguir empréstimos com entidades externas sem que “(..) os argentários do velho mundo nos exijam condições especiais(...)” (*Idem*: 107), ainda mais para um país que Affonso Celso considerava em estado de guerra civil, incapaz de impedir movimentos anárquicos. A ideia preferida pelos conselhos da alta administração seria a criação ou aumento dos impostos já existentes, principalmente sobre o consumo e da contribuição sobre a renda. Com esta medida, o governo almejava, segundo Affonso Celso, aliviar o mercado da pressão cambial enquanto prejudicava milhares de cidadãos brasileiros:

Quer isto dizer, por outro lado, que, de par com essa agravação de impostos indireta, outra direta, incomoda, inquisitorial e odiosa pesará sobre o corpo anêmico desta nação, sugado por tantas outras absorventes ventosas da União, dos Estados e das mil municipalidades, - que se não inspiram senão o próprio interesse, para não dizermos na insaciável ganância, sem se preocupar, das conveniências gerais da Federação.” (*Idem*: 108).

A solução proposta por Affonso Celso não seria nenhuma das anteriormente apresentadas, mas a redução de despesas, um verdadeiro corte de gastos: “(...) tal o programa que realmente se impõe na atualidade, aos representantes do poder público, se não perderam as noções do bom senso e do patriotismo.” (*Idem*: 113). Esta seria a única medida que seria capaz de retirar o estado nacional da situação de desequilíbrio orçamentário, que deveria ser sanada com intuito de valorizar novamente a moeda nacional

⁵¹ “Já no tocante aos anos 90, a depreciação cambial assume dimensões de crise em 1891, quando a taxa cai de aproximadamente 24 pence por mil réis em fins de 1890 para 12 pence por mil réis no final de 1891. Em função disso, de observa uma significativa desvalorização real da taxa de câmbio (...). As dificuldades cambiais do país se tornariam crônicas após a crise de 1891-1892. (...). O déficit em conta corrente crescerá substancialmente, atingindo 2.295 mil libras em 1895 e 5.014 mil libras em 1896 e inaugurando um período crítico no tocante às contas externas.” (FRANCO, 1989: 14).

e elevar o crédito para inspirar confiança aos demais investidores do mercado financeiro, até mesmo porque o povo

(...) flagelado pela carestia insuportável da vida, não comportaria novos impostos, convindo notar que o de importação (...) já foi elevado ao máximo limite intransponível, e está esgotado o expediente do empréstimo assim interno como externo, sem que influísse no sentido de melhorar a taxa cambial. (*Idem*: 278)

Todos estes elementos, apresentados por Affonso Celso, agravados pelo panorama econômico dos primeiros anos republicanos, principalmente tendo em vista os sonhos e promessas que havia produzido, parecia trazer apenas perplexidade e desalento (FRANCO e LAGO, 2012: 187). Diferente é o quadro elaborado por Affonso Celso ao se referir ao governo imperial brasileiro.

Para Affonso Celso, a Constituição de 1824 era a encarnação material dos estadistas, que eram considerados pelo autor como liberais apenas preocupados em manter a unidade, coesão e homogeneidade do Brasil após sua independência. O seu conteúdo, adiantado para a sua época, teria sido a prova da sensatez, da capacidade e patriotismo dos dirigentes. Apesar de outorgada, a Carta Magna Imperial mostrava-se adequada para as particularidades daquele momento histórico (CELSO, 1914: 181).⁵²

Deste texto, derivava o poder pessoal de D. Pedro II, o Poder Moderador⁵³. Apesar de ter sido o alvo de diversas críticas, tanto de conservadores como de liberais e republicanos⁵⁴, até mesmo por Affonso Celso enquanto deputado republicano liberal, este

⁵² Segundo Carvalho (2012: 19) o período monárquico brasileiro foi pautado por um longo e doloroso processo de emancipação nacional frente à antiga metrópole, Portugal. Dentre os grandes temas que podem ser considerados chaves interpretativas para nossa história nacional, destacam-se as temáticas da unidade política, a continuidade econômica e social, a monarquia presidencial e uma cultura partida.

⁵³ “Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais Poderes Políticos; Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma; Art. 101. O imperador exerce o Poder Moderador: I – Nomeando os Senadores, na forma do Art. 43; II – Convocando a Assembleia Geral extraordinariamente nos intervalos das Sessões quando assim o pede o bem do Império; III – Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembleia Geral, para que tenham força de Lei; Art. 62; IV – Aprovando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciais; V – prorrogando, ou adiando, a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua; V – Nomeando, e demitindo livremente os Ministros de Estado; VII – Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 54; VIII – Perdoando e moderando as penas impostas e os Réus condenados por sentença e IX – Concedendo anistia em caso urgente, e que assim aconselham a humanidade, e bem do Estado.” (BRASIL, 1824).

⁵⁴ “Nenhuma acusação foi tão repetida como a do poder pessoal do monarca. Todos os estadistas, mais ou menos, a formularam, os jornais de qualquer matiz viviam a reproduzi-la e a opinião pública a aceitava, como coisa inconcussa e manifesta.” (CELSO, 1914: 377).

teria sido exercido de forma legítima pelo soberano, conforme dispositivos constitucionais, e do seu exercício, teriam provindo benefícios ao Brasil (CELSO, 1914: 377).

O autor afirma que as maiores acusações feitas à Constituição de 1824 versavam sobre ter sido ela outorgada e não conquistada pelo povo brasileiro, de forma a possibilitar ao soberano, mediante tal prerrogativa, a prática de abusos e excessos incapazes de serem repelidos pelos demais poderes (1914: 378). Contudo, Affonso Celso, já em defesa da causa monarquista, afirma que o Poder Moderador fora pensado com o intuito de manter a integração, coesão e homogeneidade nacional (CARVALHO, 2012: 28, 94), sendo ele “(...) a chave de toda a organização política do Brasil após sua independência, responsável por velar incessantemente sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos.” (*Idem*: 382)

Segundo Affonso Celso, deixada de lado a paixão partidária existente na política, seria fácil concluir que “(...) inegável é que o poder pessoal do Sr. D. Pedro II existiu e eficazmente atuou na direção nacional.” (*Idem*: 381). Uma das maiores provas neste sentido foi a concessão de uma pensão vitalícia ao ex-imperador pelo governo provisório republicano, conforme consta no art. 7º das Disposições Transitórias da Constituição de 1891:

Se não houvesse procedido com critério, circunspeção, probidade e patriotismo, se tivesse cometido violências ou sido conveniente com elas, outro, de certo, fora o procedimento do governo revolucionário, ou da Constituinte republicana. Não se oferta quantiosa remuneração pecuniária, não se concede uma pensão vitalícia a quem prejudica, envergonha, mal serve a sua pátria, deturpando, iludindo o mandato que ela lhe outorgou. (CELSO, 1914: 389).

O exercício do Poder Moderador por D. Pedro II teria se dado sem excessos (CARVALHO, 2012: 90, 97 e 98). Sua atuação estaria diretamente vinculada à abolição do cativo, tendo contribuído para a supressão do tráfico negreiro, entre 1845 e 1850, e a favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas, entre os anos de 1866 e 1871 (CARVALHO, 2012: 25-27; CELSO, 1914: 399). No que diz respeito às melhorias materiais e espirituais, teriam contribuído para a construção de estradas de ferro, navios a vapor, exposições industriais e acadêmicas, bem como investimentos, no ensino público.

Uma das maiores conquistas atribuídas por Affonso Celso ao governo imperial foi a abolição do trabalho escravo, a extinção do elemento servil: “Se há glória de que se possam orgulhar as instituições monárquicas e o país é a forma como se conquistou entre nós a

abolição.” (1896: 21). Em sua obra *Oito anos de Parlamento* (1901: 118-135), o autor realiza uma análise minuciosa de todo o trâmite referente às discussões e aprovações dos projetos de lei que viriam a dar origem à Lei Áurea de 1888, onde afirma acreditar que “A Princesa Imperial Regente sabia que arriscava a sua coroa, e não hesitou. Deu as mais altas demonstrações de público apreço aos chefes abolicionistas” (1901: 125). A abolição do trabalho escravo teria fomentado ainda mais as manifestações simpáticas à República, bem como gerado maiores expectativas nacionais quanto à realização de novas reformas liberais (MATTOS: 2012, 88; CELSO, 1901: 134).

Quanto à instrução pública, a criação de estabelecimentos de ensino teria sido uma das maiores preocupações do governo monárquico, bem como de D. Pedro II, em particular. Dentre as escolas primárias, Affonso Celso destaca a construção das escolas de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista, modelos para o projeto educacional desenvolvido na década de 1870 (CARVALHO, 2012: 29). No ensino secundário, a criação das Faculdades de Direito, o Colégio D. Pedro II, o Asilo de Minas, a Politécnica, o colégio Naval e o Militar, e o Instituto dos Cegos e Surdos – Mudos, por exemplo, seriam dignos de menção. Por fim, versando sobre a educação profissionalizante, a fundação da Escola Normal do Rio de Janeiro, os Institutos Agrícolas, as Escolas Militares localizadas em diversos pontos do país também deveriam ser reconhecidas como conquistas da administração imperial (1896: 15 e 16).

Por fim, o autor menciona o programa levado a cabo pelo Visconde de Ouro Preto às vésperas da Proclamação da República. Dentre as medidas almejadas pelo conselho imperial encontravam-se a ampliação do voto a todos os que pudessem ler e escrever, a concessão de autonomia aos municípios e províncias do império, a garantia do direito de reunião, de liberdade de culto, a temporariedade do Senado, a criação de estabelecimentos de crédito que fomentassem o crescimento da indústria, do comércio e da lavoura, a elaboração de um código civil, a conversão da dívida externa e a amortização do papel moeda. Estas medidas eram norteadas, segundo Affonso Celso, pelas ideias do liberalismo clássico, também defendidas pelo autor em sua fase republicana. Mais uma vez, em defesa de seu pai, o autor afirma que, “em cinco meses o gabinete Ouro Preto fizera obra de cinco anos. Nunca se trabalhou tanto e tão proficientemente na administração do país.” (CELSO, 1895: p. 318).

Estes são os principais elementos elencados por Affonso Celso em suas obras que o levaram a concluir que o governo monárquico teria sido mais benéfico que o republicano para o Brasil. A comparação entre as duas formas de governo foi resumida pelo autor na seguinte passagem:

Mas hoje a observação, a experiência, a confrontação crítica patenteiam de maneira irrecusável o seguinte: - monarquia era a paz, a tolerância, a concórdia, a república o ódio, o fanatismo, a guerra civil; a monarquia era a liberdade amplíssima, a república é o despotismo cruel; a monarquia era a brandura dos costumes, a república é a revivescência dos martírios inquisitoriais; a monarquia era a seguridade dos cidadãos, o acatamento de seus direitos e prerrogativa, a república é o perigo constante, a ameaça imanente; a monarquia era a dignidade e a consideração no exterior, a república é o desconcerto perante o mundo, o menosprezo, por parte do estrangeiro, da soberania territorial; a monarquia era o crédito, a regular administração financeira, a parcimônia nas contribuições, a facilidade nos meios de existência, a república é o descalabro, a desorganização dos serviços, agravação dos impostos, a carestia, a bancarrota; a monarquia era a noção de nacionalidade homogênea e coesiva, a república é a dispersão do ideal coletivo, avassalado pelos interesses particulares, a desagregação, o desaparecimento da Pátria, grande e comum. (1895: 323 e 324).

2.5 - “Perante a História e a filosofia não pode considerar-se a forma republicana (sobretudo a de tipo presidencial) como a que melhor consulte os interesses e garanta direitos gerais. É-lhe preferível a monarquia parlamentar.”

*“O sistema parlamentar não é perfeito, mas é menos arbitrário, menos compressor, menos abusivo do que qualquer ditadura presidencialista republicana.”
(CELSONO, 1901: 150).*

A Constituição de 1891 consagrou o presidencialismo, com mandato de quatro anos, e o federalismo, com grande autonomia para os estados, que passaram a contar com constituição própria, forças públicas armadas, capacidade de contrair empréstimos internacionais e justiças estaduais específicas, ainda que subordinadas a uma legislação unificada à Justiça Federal (MATTOS, 2012: 91 e 92).

Removida a existência do Poder Moderador, era de se esperar que as eleições ganhassem uma maior importância. Contudo, ao manter a exigência de alfabetização para a concessão de cidadania política, mínima foi a alteração no quadro eleitoral em relação à Lei Saraiva de 1881. Sem embargo, logo foi admitida pelos contemporâneos a falta de reconhecimento da minoria como um problema dentro da nova forma de governo brasileira (CARVALHO, 2012: 119; MATTOS, 2012: 93).

O Brasil carecia de tradições republicanas e presidenciais ao longo de sua história. Diante de todos os problemas enfrentados pela República em seus primeiros anos de vida, Affonso Celso sustentou ser impossível que o modelo republicano fosse considerado a melhor forma de governo. Para o autor, diversos outros países após terem adotado essa forma de governo teriam optado por retornarem ao sistema monárquico, tais como a Holanda, Espanha, Inglaterra e até mesmo a França; locais onde: “(...) a ciência, a arte, a indústria, a força se manifestam em grau igual ou superior aos das nacionalidades apontadas, impera o regime monárquico.” (*Idem*: 325). Ainda, de forma imprecisa e exagerada, o autor postula que a maioria dos países civilizados seria monarquista: “A verdade inconcussa é que nove décimos da população do globo vivem sob o regime monárquico, de que se encontram analogias em toda a natureza.” (1896: 36).

Para o autor, sob a bandeira do republicanismo imperava o despotismo do número.⁵⁵ Seu governo seria resultado da expressão da maioria dos votantes, de forma que a minoria, “(...) às vezes apenas inferior à outra parte em um único sufrágio, é suplantada por esta, não dispõe de prestigioso representante e intérprete que modere os excessos dos triunfadores das urnas.” (*Idem*: 327). Neste cenário, quase a metade da população de um país poderia carecer de garantias fundamentais, sendo subjugada pelos caprichos da metade vencedora.

Esta anomalia poderia ser evitada, segundo o intelectual, em uma monarquia constitucional parlamentar, “(...) sistema mais científico, liberal e disciplinador.” (1896: 9). Este sistema seria capaz de impedir que a maioria esmagasse a minoria, neste regime todos os indivíduos de um dado território estariam amparados contra a massa vitoriosa das urnas, governando a nação de forma íntegra e equânime (1895: 328). A figura do monarca soberano seria responsável por defender os interesses dos excluídos da política e atuar no equilíbrio dos excessos efetuados pelo partido vitorioso nas urnas, agindo como “(...) o delegado perpétuo da plebe, ao qual compete inibir o esmagamento da maior parte popular pelos desatinos das facções.” (1896: 136).

O regime parlamentar é classificado por Affonso Celso como aquele caracterizado pela preponderância da Câmara, representante direta da nação e responsável por exercer grande influência na marcha dos negócios políticos. “Nesse regime, o Ministério não passa de uma delegação da maioria da Câmara Popular. Sem o apoio da maioria, não pode o

⁵⁵ “Que é a república, em última análise, senão o privilégio incontrastável, imanentemente oligárquico da maioria eleitoral?” (CELSO, 1896: 10).

Ministério conservar-se no poder.” (*Idem*). Diferentemente da república presidencialista, o parlamentarismo no Brasil foi resultado de uma lenta conquista do espírito público brasileiro, fruto do direito costumeiro, pois não encontrava apesar de encontrar previsão na legislação imperial:

Ora, semelhante regime não se achava estatuído na Constituição de 25 de março de 1824 (...). O art. 9º da Constituição Imperial estabelecia a harmonia e divisão dos poderes, todos os quais eram delegações da nação (Art. 12). O art. 98 insistia sobre a independência dos poderes, e o art. 101, VI determinava expressamente que o imperador exercia o Poder Moderador – nomeando e demitindo ministros. Claro é, (...) que a constituição de 1824 não autorizava o Parlamentarismo. (CELSO, 1901: 144).

Desta forma, o chefe do executivo encontra-se obrigado a escolher os seus ministros dentre os membros da maioria da Câmara, dentre aqueles que se destacam por sua capacidade, atuação ou prestígio de seus pares. Caso fosse selecionado um membro da minoria, muito provavelmente o Gabinete seria exonerado ou seria dissolvido pela Câmara, no intuito de consultar a nação (1901: 145).

Esta forma de governo teria se iniciado no Brasil em 1847, ano em que foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, com o fim de dar ao Ministério uma organização mais adequada às condições do sistema representativo. Este ocorrido firmou o entendimento de que um “(...) Ministério sem maioria na Câmara, ou dissolvia a Câmara, ou se demitia.” (1901: 147) A partir desta data, o imperador passou a adotar a prática de consultar o presidente do Conselho demissionário sobre a escolha do seu sucessor, outorgando-lhe ampla liberdade para nomear seus colegas. Com estas ações, apenas entravam para o Ministério, salvo raras exceções, figuras proeminentes apoiadas pela maioria da Câmara e do Senado (*Idem*: 148).

Esta nova orientação permitia que a Câmara pudesse intervir em todos os atos administrativos, sendo necessário que os Ministros lhe prestassem as mais minuciosas contas. Um ministro que fosse derrotado nas urnas, incapaz de formar maiorias na Câmara ou ao menos malvisto por seus membros, rapidamente deixava o cargo⁵⁶: “(...) caíram vários ministérios, em consequência da posição parlamentar, outros por divergências íntimas,

⁵⁶ “No meu tempo, nada menos de 6 ministros – Homem de Mello, Pedro Luís, Bento de Paulo e Sousa, Pádua Fleuri, Mata Machado e Machado Portela, deixam as pastas, em virtude do insucesso eleitoral. (...). Por fim, nos últimos anos da monarquia, em caso de crise ministerial, o Imperador ouvia os presidentes das duas câmaras e os chefes políticos mais eminentes. De 1882 a 1885, a Câmara derrubou, por meio de votação de moções, 4 ministérios: Martinho Campos, Paranaguá, Lafaiete e Dantas.” (CELSO, 1901: 148).

outros por lhes faltar o apoio da opinião, sem que na queda em nada interviesse a vontade imperial.” (CELSO, 1914: 394)

O modo como surgiu o parlamentarismo no Brasil seria uma evidência de que a vontade do país o exigiu. Ele foi introduzido de forma lenta e gradual nos costumes políticos do país, mesmo sem previsão legal, o que o tornava legítimo e presente dentro de nossa tradição política. As normas seguidas, em regra, eram as normas do parlamentarismo inglês, em que imperava a opinião pública (1901: 148). Fazendo uso das ideias de Sílvio Romero, contidas em sua obra *Parlamentarismo e Presidencialismo*, Affonso Celso faz uma breve comparação entre estas duas formas de governo, destacando as vantagens do primeiro (1901: 148).

A monarquia parlamentar, cujo modelo de referência foi formado e desenvolvido na Grã-Bretanha, foi adotada por povos progressistas e liberais, tais como Holanda, Bélgica, Suécia, Itália, França e Espanha, iniciando um grande movimento de governos pautados pela discussão de ideias e prestação de responsabilidades para com a opinião popular. Os ministros, oriundos das Câmaras, conheceriam melhor as necessidades da população e as dificuldades do governo em alcançá-las. Sendo levados ao poder pela maioria da Câmara, detinham grande preocupação em se manter no cargo. Quando havia desconfiança por parte dos deputados de sua base, costumam os nomeados se retirar da vida política. Caso a saída não fosse pacífica, a resolução do impasse não era morosa: era deposto o ministro pelo Pleno da Câmara e eleito um novo em seu lugar. O sistema parlamentar permitiria, assim, o apelo ao país para indagar suas preferências e opiniões sobre que rumo deve ser tomado (CELSO, 1901: 149).

Este sistema seria preferível ao presidencialista, cujo exemplo angular era o adotado pelos Estados Unidos da América: “É um sistema mais verdadeiro, mais franco, democrático, pois, todas as vezes que dificuldade grave se produz entre os poderes, apela para o povo e este decide a questão.” (*Idem*). O parlamentarismo é considerado por Affonso Celso como um produto histórico mais recente que o presidencialismo, sendo sua forma mais avançada, resultado dos eventos históricos ocidentais da virada do século XVIII para o XIX (1896: 75).

O sistema permitiria também uma maior discussão de ideias dentro de suas casas legislativas – Affonso Celso aqui faz uma referência à Câmara dos Comuns inglesa -, capazes de formar opiniões e consultar a população sobre os melhores rumos a serem

tomados pela administração governamental, vinculando toda a nação à resolução de impasses a serem vencidos pelo país.

Apesar de fazer uso de uma argumentação simplista, porém clara, sobre a forma parlamentarista de governo, Affonso Celso conclui que esta seria a melhor forma de governo para o Brasil, desde que atrelada à uma monarquia constitucional, uma vez que

O parlamentarismo, cenário de solenes debates, arena de ideias, dispõe de maleabilidade, do elastério indispensáveis ao jogo político da democracia moderna. Encarna a feição geral da vida social contemporânea; atrai a atenção das massas consorciando-as ao exame e à solução dos grandes negócios; tem, por si, no Brasil, a índole do povo, no que ele mostra de mais liberal, e as suas tradições no que elas possuem de mais deletivo. (1901: 151).

2.6 – “E que és tu hoje, infeliz Pátria, senão imensa ruína?”

A República tem uma puberdade triste e apagada. Dizem alguns que a menina chegou à velhice, sem ter passado pela primavera e nem pelo outono...Outros, mais otimistas, dizem que a moça está com o desenvolvimento retardado, aguardando ainda adormecida dentro do corpo as forças criadoras...O certo é que ninguém está satisfeito. (BILAC, 1903 *apud* DIMAS, 2006: 605).

Estas palavras de Olavo Bilac sobre o regime político brasileiro da década de 1890 encontram-se inseridas em meio a tantos outros relatos da época que, como ele, vivenciaram a desilusão com a república há pouco proclamada. O entusiasmo dos primeiros anos ficara para trás: o país já havia vivenciado o fechamento do Congresso Nacional, estados de sítio, ditadura, censuras, prisões, fugas, assassinatos, exílios, guerras civis no rio Grande do Sul e em Canudos, duas revoltas da marinha, suicídios acidentais ou propositais - como o de Silva Jardim e Raul Pompéia -, atentado à vida do presidente da República; tudo em nome e em prol do novo sistema de governo. No período abordado, o sentimento de decepção já estava estampado em grande parte dos jornais e era visto como algo compartilhado por grande parcela da população (ALMEIDA, 2008: 26). O relato de Bilac é capaz de ilustrar este momento da história brasileira:

(...) Ide à câmara, ide ao Senado, lede os jornais políticos, entrai nos botequins em que se reúnem os republicanos sem emprego, - e por toda parte encontrareis esta frase magoada, soando como uma campanada de réquiem: ‘não era essa a república dos meus sonhos’. Dizem que o velho Saldanha marinho pronunciou essa frase pouco antes de morrer; a moda pegou e, até nos colégios os rapazolas impúberes, no salão de estudo e no recreio, murmuram entre si, com um ar desconsolado: ‘não era esta a república que sonhávamos. (BILAC, 1903 *apud* DIMAS, 2006: 606).

A sensação de estarem todos - imprensa, população e, até mesmo, algumas autoridades – vivendo um engano institucional, chamado regime republicano, foi se

alastrando até ganhar este consenso de que fala Olavo Bilac. A República que não era o sonho de ninguém foi se construindo a partir do próprio golpe militar que realizou. Até ali, naquele 15 de novembro de 1889, para a decepção dos republicanos, a participação popular havia sido quase nula.

Os relatos desta perplexidade são muitos. O mais conhecido é o famoso artigo, publicado na coluna “Cartas do Rio”, do republicano histórico Aristides Lobo, membro do primeiro gabinete do Marechal Deodoro da Fonseca:

Como trabalho de saneamento, a obra é edificante (refere-se à Proclamação). Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada. (LOBO, 1889 apud ALMEIDA, 2008: 93).

Esta declaração, vinda de um republicano de primeira hora, subscritor do Manifesto de 1870, redator do jornal *A Republica*, é reveladora. A imagem do povo “bestializado” é forte e ganhou destaque em toda a historiografia da época. Outro intelectual amargurado com a ausência da população civil nos acontecimentos que mudaram o regime foi Raul Pompéia:

Dirão que o povo fluminense fez a agitação abolicionista e a agitação republicana (...). O povo não fez nada disso. Um grupo de homens denodados, bastante ativo é certo, para parecer a multidão, fez movimento abolicionista e o movimento republicano no Rio de Janeiro. Em volta desses campeões devotados acercavam-se curiosos; e foi só. (1981: 135).

O sonho de república não era resumido no desejo de ver o povo nas ruas. Era comum a crença entre as vertentes republicanas de que a pujança econômica seria alcançada através da simples troca do sistema de governo. Contudo, os problemas econômicos e sociais agravaram-se e evidenciavam contradições entre a propaganda republicana anterior à Proclamação e o que de fato era alcançado na década de 1890. Um exemplo: os negros alforriados e as imigrações recentes formavam quase quarenta por cento da população brasileira, sendo que não havia trabalho regular para acolher esta gente (FAORO, 2001: 575). O cenário econômico e político fazia setores da sociedade sentirem saudades do Império. O “encilhamento”, antes apresentado como a solução de todos os males econômicos e impulsionador da industrialização, provocou uma inversão total de valores na população que assistiu à elite ganhar dinheiro com o processo inflacionário e imoral que se estabeleceu.

Por dois anos o novo regime pareceu, na opinião de Franco (1989), uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com o dinheiro da especulação. A ânsia por enriquecimento a qualquer preço tomou conta das elites e de setores médios da população. As elites pressionavam o governo em busca de concessões, empréstimos e privilégios de maneira acintosa e a jovem classe média em busca de empregos públicos. Raul Pompéia, que se suicidaria no período, escreveu: “O que há agora é pão, pão; queijo, queijo. Dinheiro é dinheiro. (...). A república discute-se consubstanciada no Banco da República.” (Apud COUTINHO, 1968: 351).

Esta fartura de dinheiro tinha como objetivo “industrializar o país”, bandeira messiânica da propaganda republicana. Se a agricultura fora durante séculos a força motriz do Império, a indústria o seria na República; e assim o país teria o crescimento econômico que a nova sociedade exigia. Como apontou Faoro: “O ideal do progresso rápido e crescente até o infinito casa-se ao misticismo da abundância americana, numa utopia industrial.” (2001: 581). Toda a emissão de dinheiro apenas colaborou para provocar a violenta elevação da inflação e reforçar a posição das forças do agrarismo cafeicultor que aproveitou o crédito fácil para expandir suas lavouras no interior paulista. Ao mesmo tempo, atuavam contra a industrialização sob o argumento de que a substituição do produto importado pela produção nacional acabaria por impedir a inserção do café em muitos países exportadores de manufaturados para o Brasil (ALMEIDA, 2008: 99; COSTA, 2010: 356).

Lúcia Miguel Pereira (1988: 28) sustenta que cada época é detentora de uma atmosfera moral e intelectual própria que exerce influência em todos que vivem nela: “Na era do progresso industrial, do evolucionismo, do materialismo histórico, não foi necessário ler Darwin, Comte e Marx para sentir, mais clara ou confusamente, que a razão dominava o sentimento (...).” (1988: 28). Apesar de sua afirmação ser focada para explicar as correntes literárias daquele momento histórico, sua imagem pode ser utilizada também para a realidade política da época ora analisada. Houve uma atmosfera cientificista e moderna pairando sobre o termo “república” durante décadas. Mesmo para quem ignorasse as ideias e o projeto do sistema de governo, “república” tinha significado de tempo futuro, ou de novos tempos. Nos dizeres de Neves:

O tempo era visto como um *continuum* entre dois polos que especificam seu ponto de partida e seu *telos*, situado no polo que assinala sempre renovada conquista do progresso e da civilização, marcado com um sinal de positividade e oposto ao

polo do atraso e da barbárie. O futuro era ilustrado como a República; e o velho como a Monarquia. (NEVES, 2010: 23).

A atmosfera daqueles anos ganhou outros ares no transcorrer dos acontecimentos que em nada lembravam os sonhos de direitos civis e liberdades individuais propagados anteriormente. Com as bases econômicas ainda por se definir, foi instalada uma Assembleia Constituinte fisicamente longe de tudo e politicamente isolada de todos (LYNCH, 2011: 304.). Foi para o Paço de São Gonçalo, e apartou-se das poucas lideranças republicanas capazes de juntar o povo em torno de suas falas. Lopes Trovão e Silva Jardim sequer fizeram parte da Assembleia. Em compensação, o senador Rui Barbosa, um ano antes membro do conselho de Sua Majestade, portanto, conselheiro do Imperador, assumiu a redação da nova e primeira constituição republicana do país.

Dentre os inúmeros antagonismos e embates daquele Assembleia Constituinte, Christian Lynch (2011: 297-325) destaca a existência do projeto defendido por Rui Barbosa – um governo republicano federativo e liberal, de pouca intervenção e de amplos espaços para as “forças sociais”, aos moldes do Estado Norte-Americano - , e do projeto dos republicanos positivistas - exigindo um estado interventor e forte (ditatorial), capaz de impor um projeto industrial e desenvolvimentista, bem como que incorporasse os trabalhadores à nova sociedade brasileira (FREYRE, 2004: 551). A oligarquia paulista, defensora do projeto liberal de Rui Barbosa, saiu, em grande parte, vitoriosa da constituinte depois de enfrentar fortes resistências dos positivistas militares e civis, representantes dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco que não aceitavam aquela federação.

Com expectativas políticas tão diversas e interesses econômicos muitas vezes opostos, grande parte dos parlamentares retornou às suas províncias insatisfeita. A nova Constituinte, a primeira republicana da história brasileira, havia conseguido retirar obrigações do Estado, como o fornecimento de ensino primário e provimento de primeiros socorros – aliás, assegurados pelo texto imperial. O espírito da nova Carta Magna era no sentido de fortalecer os mais fortes, dar valor aos organizados e instituir mecanismos de proteção ao capital. (LYNCH, 2011: 314).

Muitos intelectuais, que na maioria dos casos eram também parlamentares, dividiram-se na escolha do projeto republicano que melhor atendia seus interesses regionais. Os paulistas viam no liberalismo econômico a expressão política republicana mais adequada às aspirações de uma província rica, voltada exclusivamente para a exportação do café. Sua

necessidade, portanto, estava posta no controle de Câmbio e da desobstrução de qualquer impasse ao comércio externo. A realidade local, com suas complexas relações trabalhistas, ou com o desenvolvimento de um mercado interno, através da criação de indústrias e geração de empregos, não estava em seus interesses. Por isso mesmo, o discurso de seus intelectuais mais atuantes girava em torno da mítica liberdade individual e do estado mínimo (ALMEIDA, 2008: 106).

Em termos de direitos civis e construção da cidadania, dois elementos reduziram e impediram, em grande medida, a participação popular no projeto republicano. O primeiro diz respeito à exclusão da população analfabeta do processo eleitoral; conforme discutido na própria constituinte e estabelecida na nova legislação eleitoral (CARVALHO, 2012: 87). A população negra, recém-liberta, encontrava-se fora da vida política. Em uma sociedade com índices elevadíssimos de analfabetismo, isto representou um recuo nas lutas coletivas da época, agravando a distância cultural e social existente entre elite governante e povo. O outro golpe veio mais adiante. Foi uma frustração geral. Províncias – agora Estados – sentiram-se colocadas de lado no novo quadro institucional.

Outros fatores reforçavam o sentimento de não ser aquela a república dos sonhos. Um deles foi a placidez, o sossego, com que houve a mudança de regime e a forma, quase fraterna, com que os monarquistas foram se integrando ao novo projeto. Desde o primeiro governo, o provisório de Deodoro da Fonseca, encontravam-se presentes o conselheiro Rui Barbosa e, em seguida, o Barão de Lucena, atuando como guias políticos e jurídicos ao Marechal. No governo militar seguinte, o do presidente Floriano Peixoto, a ala republicana positivista, derrotada na constituinte, teria o seu momento através dos políticos gaúchos e cariocas, defensores de um estado poderoso, ditatorial, capaz de disciplinar as forças sociais e enquadrar as bases econômicas que dominavam o país desde o Império (CARVALHO, 1990: 154).

Apesar do furor com que estes dois grupos de enfrentaram, o fato é que se tratava de uma revolução política e não social, como afirma Florestan Fernandes:

A própria proclamação da república não passou de uma revolução política. A única revolução social, a da Abolição da escravatura, foi diluída politicamente pela composição do Partido Republicano com os fazendeiros do café e pela rápida consolidação dos compromissos políticos emergentes através da implantação de uma república antidemocrática e oligárquica. (1986: 171).

Os mecanismos conservadores do tempo imperial – através de personagens, práticas políticas excludentes e pensamentos retrógrados – inundaram o novo cenário republicano, permeando e tornando a sociedade ainda mais engessada. A convivência diária e próxima com as consequências da economia imperial era inevitável: massas humanas de desempregados e desamparados aumentaram de maneira assustadora nos primeiros anos da República. O fim da escravatura, sem um plano de recolocação de mão-de-obra, trouxe às grandes cidades os libertos escravos e suas famílias vindas dos cafezais do Vale do Paraíba. A população negra provocava medo por sua origem escrava e estimulava o aparelho policial a agir com rigor – a ponto do Estado instituir o cadastramento nacional e identificação pessoal neste período. Discussões e debates sobre a realização de uma reforma agrária para inserir estas pessoas na vida econômica do país ocorreram tanto no parlamento quanto na imprensa. “O empobrecimento da população, as péssimas condições de vida, o analfabetismo reinante, as precárias condições de saúde com sucessivas epidemias – o quadro todo era de que com a República, ou com o Império, o Brasil continuava o mesmo; senão pior.” (ALMEIDA, 2008: 109).

Para grande parte dos intelectuais que haviam sonhado com a República o quadro era desolador. Aos poucos começavam a se afastar da realidade política do país para viver de ideias, pensamentos e modelos estéticos em discussão na Europa. Foi como uma espécie de fuga que os empurrava para outra realidade inexistente entre os brasileiros (SEVCENKO, 2003: 241). E assim, bandeiras que o republicanismo acenou durante anos iam sucessivamente sendo guardadas. A industrialização tornara-se um mal de custo altíssimo e ameaçava a própria lavoura; o analfabetismo parecia ser impossível de ser revertido devido ao elevado número de pessoas que se encontravam nesta condição e a crença no voto, no exercício pleno da cidadania, resultou na fraude institucionalizada:

O novo regime foi de consagração de quem “sabia ganhar dinheiro”, de quem sabia tirar proveito da inexperiência administrativa dos novos governantes e da má-fé de muitos deles. O cinismo começava a aparecer numa imprensa de deboche, onde o povo era pintado como responsável pela inoperância do governo e não realizações do regime. Ele, povo, despreparado e incapaz, não assumiu o papel histórico que lhe foi entregue. (ALMEIDA, 2008: 36).

Neste contexto, os intelectuais engajados nas lutas pela abolição da escravatura e na adoção do regime republicano tornaram-se desiludidos com o novo governo que tanto almejavam. Nicolau Sevcenko afirma que sobre eles desabou uma

Situação bastante insólita: campeões do utilitarismo social no momento mesmo do trunfo de seu ideal, veem-se transformados em personagens socialmente inúteis. Sem dúvida, o advento concatenado da Abolição de 1888 e da República em 1889, com sua promessa de democratização significou ironicamente a experiência mais traumática e desagregadora dessa geração. (...). conspurcado pelas adesões maciças e disputas canhestras pelo poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziara rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas (2003: 208).

O tempo presente e o tempo futuro passaram por transformações. Até para se afirmar como novo regime político, o governo republicano alimentava o temor da reação monarquista com a tentativa da restauração do antigo regime. Sob o pretexto da ameaça, a censura foi implantada nos jornais. A acomodação dos interesses econômicos, as adesões e as semelhanças do novo com o velho afastaram os intelectuais que haviam formulado o discurso do modelo republicano. Não existiam mais espaços políticos para o debate e o estudo. A visão pragmática da nova elite republicana imperou e o intelectual perdeu seu papel de crítico social, desempenhado até então.

A imagem que se tinha era de que não interessava a mais ninguém do poder lembrar compromissos assumidos durante a campanha republicana. Antigos defensores da “cidadania”, “da representação popular”, de “governo para o povo”, de “modernização” das bases sociais e de “industrialização” tornaram-se de uma impertinência absoluta. Muitos intelectuais republicanos foram perseguidos nos primeiros anos de Floriano Peixoto e a maioria foi desprezada pelos governos civis seguintes. É esse o tempo que se convencionou chamar de “desilusão republicana”, “(...) uma forma de pensar e de sentir a produção artística e intelectual profundamente impregnada pelo ceticismo e o desencanto.” (ALEMIDA, 2008: 88).⁵⁷ Este foi o contexto em que Affonso Celso estava inserido quando elaborou duas principais críticas à nova forma de governo.

No presente capítulo buscamos identificar as razões institucionais e políticas, isto é, os elementos objetivos, que levaram Affonso Celso a abandonar a defesa dos ideais republicanos. Destarte, temos que para este intelectual a República foi fundada pelo exército, resultado de um golpe militar⁵⁸, o que retirou qualquer legitimidade da

⁵⁷ Ao falar sobre este período da história brasileira, Monteiro Lobato escreveu: “Essa urdidura de situações malsinadas deu origem a uma sensação permanente de pensar e melancolia que constitui um sinal indelével das obras do período. Era o efeito do desencanto, o esvaziamento repentino das fantasias e dos ideais e o choque brutal com a realidade”. (LOBATO *apud* SEVCENKO, 2003 :337).

⁵⁸ “No momento em que o país se convertia (...) ao regime inaugurado a 15 de novembro de 1889e a enorme maioria dos homens políticos esmerilhavam o seu passado à cata de uma frase sequer que legitimasse apoio

modificação da forma de governo que poderia ter sido alcançada pelas vias legais, conforme permitiam os dispositivos jurídicos contidos na Constituição de 1824. Em outras palavras, Affonso Celso foi contra a forma como o governo republicano originou-se no Brasil (CELSO, 1895: 281):

De repente, com surpresa universal, algumas centenas de soldados sediciosos, açulados por ideólogos ou ambiciosos trêfegos, assaltam o governo; derrubam o trono desprezado; banem o Magnânimo D. Pedro I; proclamam a tirania militar; esbanjam os recursos acumulados; estragam e destroem a ingente tarefa principiada; obrigam-nos a retroceder 50 anos na senda do progresso; rebaixam-nos ao nível das desmoralizadas demagogias sul-americanas, com as quais, mercê de Deus, até então não nos confundíamos. (1895: 319).

Ainda, mesmo com este vício de origem, a República teria se deparado com condições únicas, capazes de proporcionar aos brasileiros, boas condições de vida. Contudo, a bancarrota⁵⁹ que deu origem ao novo regime, composto por todas as falhas e erros já mencionados no presente capítulo – tendo Affonso Celso priorizado a análise econômica -, levaram o autor a concluir que “(...) ou faleciam capacidade e patriotismo aos membros dessa administração; ou não, prestava o regime proclamado, sendo, portanto, injustificado o levante.” (1895: 262). Sob sua ótica, o Império teria alcançado melhores condições de vida e reforma para a pátria do que a breve experiência republicana.

O filho do Visconde de Ouro Preto propôs algumas medidas que poderiam colaborar para amenizar a crise econômica da década de 1890. Grande parte do aumento dos gastos republicanos teria ocorrido devido ao aumento dos quadros da administração pública, ampliados para atender às demandas de suas clientelas políticas (1895: 128). A redução do pessoal em todas as repartições da União era a medida naturalmente indicada

(...) e tão imprescritível, que não há como justificar-lhe o adiamento, salvo se não é missão de um governo sério procurar homens aptos para empregos necessários à gestão da coisa pública, mas sim manter acomodações

incondicional à sedição triunfante, eu não trepidei manifestar-me em oposição radical contra ela, renunciando tudo e passando de cabeça alta para o lado dos adversários.” (CELSO, 1895: 312)

⁵⁹ “(...) o erário público desprovido de meios para enfrentar com crescentes e inelutáveis necessidades; o da anarquia em todos os serviços, - correios, telégrafos, transportes, instrução pública, tudo desorganizado e corrompido; o da lavoura, do comércio e da indústria, debatendo-se em medonha crise; é o da marinha aniquilada, deixando à mercê de qualquer agressão estrangeira o nosso litoral de mil e duzentas léguas; é o do exército indisciplinado e exigente, em notórias condições de fraqueza para desempenhar sua missão; é o do povo oprimido de impostos, humilhado desprovido de garantias contra possíveis despotismos, numa prostração abjeta, sem fé, sem entusiasmo, sem energia; é o do câmbio baixando a ínfimo grau, demonstrativo do aviltamento de nosso crédito; é o dos assassinados em Santa Catarina, Bahia, Paraná e Rio Grande(...).” (1895: 88).

para quantos desocupados pretendam ganhar a vida suavemente à custa dos que trabalham e pagam impostos. (*Idem*)

Não seria necessário realizar a despedida em massa de funcionários, de forma que bastaria a adoção de outros quadros, que atendessem às demandas da atual organização política e administrativa, de forma a preencherem somente as vagas necessárias ao seu funcionamento, até que o pessoal entrasse nas proporções definitivas e ideias de recursos humanos. Assim “A diminuição da despesa operar-se-ia em poucos anos, sem queixas, nem reclamações.” (*Idem*: 129).

Contudo, seria possível de imediato à administração realizar cortes de despesa nas verbas destinadas ao exército. Como a constituição republicana previa a possibilidade dos Estados possuírem uma força própria, seria completamente viável a redução do efetivo do exército a nível federal. A verba oriunda desta economia poderia ser destinada à manutenção da Marinha, sucateada naqueles primeiros anos republicanos, uma vez que seria ela, para Affonso Celso, “(...) o elemento de defesa mais importante em um país de extenso litoral como o Brasil.” (*Idem*: 133)

O terceiro motivo elencado por Affonso Celso para a defesa da causa monarquista deve-se à sua preferência à adoção do modelo parlamentarista em detrimento do presidencialismo. Por ter o Brasil já vivenciado uma experiência benéfica com o primeiro modelo, estando seu sistema enraizado em suas tradições e lhe sendo familiar – elementos não presentes na forma presidencial de governo -, bastava combiná-lo novamente com a monarquia constitucional, através da restauração, para que o país voltasse a prosperar. Afinal, a monarquia constitucional brasileira e sua experiência parlamentar,

(...) se analisada à plena luz, é possível verificar que seus benefícios sobrepujam o passivo de suas faltas. Proceda-se igualmente com relação à república e evidenciar-se-á de maneira irrecusável o déficit, a sua insolvabilidade absoluta. (...) Da história serena, imparcial, desinteressada, já possuímos uma decisiva amostra favorável à monarquia. (CELSO, 1896: 27).

A desintegração do território nacional encontrava-se em eminência de concretizar-se devido ao aumento de autonomia das províncias concedidas pela Carta de 1891, que as elevou à categoria de Estados, de forma “Para que se tornem independentes apenas lhes falta o direito de cunhar moedas, de nomear diplomatas e o de armar navios de guerra.” (*Idem*: 126). O receio do esfacelamento nacional faz com que cada vez mais seja desejada

a restauração, não somente pelos segmentos conservadores, uma vez que “Só a restauração da monarquia pode evitar a desintegração nacional.” (CELSO, 1896: 75 e 75).

Todos estes fatores levavam Affonso Celso a almejar e conjecturar o retorno da monarquia no Brasil⁶⁰. Afinal, apesar de ter contado em seu início com grande simpatia dos segmentos sociais, a República “Tem-nas perdido rapidamente. Hoje o império dispõe, como nunca, de fortes elementos na opinião popular. (...) E triunfará fatalmente, como triunfaram o da abolição, que feria interesses profundos, e o da própria república.” (CELSO, 1896: 7 e 8); de forma que a restauração do antigo regime não seria apenas possível, mas sim infalível – conforme afirma em sua obra *Aos monarquistas* (1893). (1893: 7). Era o momento de os monarquistas voltarem à vida política nacional:

Os adeptos do regime passado mui propositalmente se retraíram da cena política, deixando a seus adversários plena liberdade de ação. Estavam convencidos de que a mais eficaz oposição a mover-se contra a república era deixá-la entregue a si mesma, para que sem o menor estorvo, pusesse em prática os seus processos de governo, realizando todas as suas ideias, antagônicas às do sistema decaído. Achavam-se persuadidos de que tanto mais se desacreditaria quanto menos obstáculos encontrasse. (*Idem*: 44)

A República teria a seu favor dois fortes esteios: a força da armada e o apoio de considerável parte dos jovens brasileiros. (CELSO, 1896: 39). Ao longo dos anos, Affonso Celso acreditava que as classes militares iriam mudar de posição, devido ao civismo, bom senso e inteligência, que imperavam em sua formação, o que eventualmente os fariam discordar da administração republicana e seus excessos. A mocidade, por sua vez, “(...) é sempre generosa, amante do bem e da justiça, sequiosa de liberdade e progresso, unidas de poesia. Esses requisitos, reuni-os outrora o ideal republicano, mas perdeu-os na prática.” (*Idem*: 40). Este segmento social também teria a tendência de seguir o meio em que estão inseridos, de sorte que se o povo em massa desejar o retorno da monarquia, aqueles também o almejarão. O autor lembra que nem todos os jovens se oporiam à restauração, muitos deles já teriam abraçado sua causa frente aos primeiros anos da década de 1890 (*Idem*: 41).

Neste sentido deveriam atuar os defensores da Monarquia, buscando formar um partido político capaz de convencer a opinião política e atuar dentro dos limites legais da nova República: “Ergam-se os monarquistas, congreguem-se, organizem-se.” (1893: 33). A

⁶⁰ “Não me negará, portanto, algum discernimento para asseverar hoje que a monarquia voltará fatalmente, após o malogro do ensaio republicano.” (CELSO, 1896: 7).

fundação do Partido Monarquista em 1895 teve grande colaboração de Affonso Celso e de seu pai, o Visconde de Ouro Preto, sendo este último um de seus fundadores. Este grupo de opositores deveria ter “(...) confiança no direito, na justiça e no progresso, nos princípios supremos que regem o planeta, os quais prevalecem sempre, conquanto muitas vezes não lhes logremos discernir a ação.” (*Idem*: 44).

À esta altura esperamos ter demonstrado os principais elementos que levaram Affonso Celso a mudar sua orientação política. Em suas palavras: “Fui republicano durante a monarquia e comecei a ser monarquista ao inaugurar-se a república. Sucedeu a outros o inverso.” (1895: 287). Contudo, deve ser salientado que a mudança de posicionamento político de Affonso Celso – de republicano para monarquista – não significa uma mudança ideológica. Em seu âmago, este intelectual permanece como um liberal, sobretudo utilitarista. Afinal, a maior parte das ideias defendidas por ele enquanto deputado e membro do Partido Liberal são reafirmadas em suas críticas contra o novo governo republicano.

Desta forma, temos que a mudança de posicionamento político de Affonso foi motivada, além das razões pessoais elencadas no capítulo anterior – a experiência do exílio e o assassinato do Coronel Gentil de Castro -, pela atuação da República em seus primeiros anos; que se comportou, a seu ver, de forma mais conservadora e retrógrada do que a anterior administração monárquica. Aqui, é mister que deixemos claro que Affonso Celso comportou-se, independentemente da forma de governo que imperava, sempre como um opositor, mas sempre de acordo com seu credo liberal. Em suas palavras: “Mas, em ambos os regimes, as minhas tendências penderam para o lado da oposição, enquanto muitos cidadãos aludidos permaneceram ininterruptamente de cima, na parte onde residem as honras e o poder.” (*Idem*: 290).

Ainda, devemos salientar que Affonso Celso acreditava que a mudança de opinião era mister para a evolução da vida em sociedade e seu progresso. Em suas palavras:

Se a mudança de opinião não existisse, o mundo não existiria, ou, ao menos, não realizaria progresso algum. Todo aperfeiçoamento, todo adiantamento da ciência constitui uma apostasia; toda palavra humana, todo discurso, todo predicado, todo livro, importa uma provação à apostasia, porquanto ninguém fala ou escreve para converter convertidos, porém para incutir ideias de progresso nos retardatários, corrigir os que andam em erro, inovar em suma.” (*Idem*: 291).

Affonso Celso optou por se retirar da vida política brasileira por acreditar que na nova conjuntura não era possível que os opositores do governo republicano – sobretudo os

monarquistas – pudessem realizar ganhos através das vias legais. A sua dedicação às letras e ao campo das ideias está de acordo com o entendimento de Edward Said de muitas vezes este é o único caminho possível para o indivíduo que se encontra desprovido de possibilidades de realizar mudanças políticas e sociais pelas vias institucionais devido à existência de uma rede esmagadora de autoridades governamentais excludentes (2005: 16).

Tendo em mente as considerações de Pierre Rosanvallon, podemos afirmar que a própria produção de Affonso Cesto deve ser considerada um trabalho intelectual entrelaçado, um engajamento cívico e político. Desta forma, sua dedicação acadêmica após a Proclamação da República visava colaborar para a formação cívica do povo brasileiro, ao realizar críticas e possíveis caminhos para alcançar uma sociedade mais sadia. O conhecimento produzido por este autor foi uma forma de ação que tornou o seu trabalho intelectual em uma forma prática de atuação política (2010: 55).

Por fim, as produções intelectuais de Affonso Celso podem e devem, assim, serem vistas como uma forma de atividade política. Contudo, não vinculada às áreas comuns da prática da atividade política propriamente dita – tais como atividades legislativas, em sentido estrito – mas como inseridas no universo “do político”. Nos dizeres de Rosanvallon:

Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder e da vida ordinária das instituições (*Idem*: 56)

Atingidos os objetivos deste capítulo, passaremos a analisar, na seção seguinte, o pensamento ufanista desenvolvido por Affonso Celso em 1900. Seu discurso contido na obra *Porque me ufano de meu país* não deve ser analisado ou compreendido de forma isolada, sendo parte integrante de sua produção intelectual - marcada por sua mudança de posição política – e como fruto do contexto histórico em que se encontrava inserido. Contudo, o cenário político brasileiro na virada do século XIX para o XX não seria o mesmo dos anos iniciais da década de 1890, terreno onde Affonso Celso formulou suas principais críticas ao republicanismo adotado em território nacional. A partir do governo de Campos Sales (1898-1902) encontrava-se mais serena a turbulência que assolou os primeiros anos da República brasileira.

Capítulo 3 - “Ser brasileiro significa distinção e vantagem”: a proposta ufanista de Affonso Celso.

Quando disserdes: “Somos brasileiros!” Levantai a cabeça transbordantes de nobre ufanía. (CELSO, 1900: 3).

Num e noutro cenário, a velha ordem excludente e hierarquizadora manterá, sob novas formas, a permanência de práticas sociais, estrutura econômica, lógicas políticas e visões de mundo. (NEVES, 2010: 41)

O intelectual faz o que faz de acordo com um uma ideia ou representação que tem de si mesmo fazendo essa coisa: pensa em si próprio como fornecedor de conselhos “objetivos” (...) ou acredita que o que ensina possui um valor de verdade. (SAID, 2005: 14)

Compenetremo-nos das nossas responsabilidades, ufanemo-nos do que somos, mostremo-nos dignos de tamanhas vantagens e benefícios, façamos, em suma, o nosso dever. (CELSO, 1900: 198 e 199).

Nos capítulos anteriores exploramos as razões que, segundo o próprio Affonso Celso, levaram-no a abandonar os ideais republicanos e abraçar a causa monarquista. Em um primeiro momento, analisamos em que medida o advento do regime republicano impactou em sua vida pessoal. Afinal, os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 levaram o autor a acompanhar seu pai, o Visconde de Ouro Preto, no exílio.

Durante este tempo, o intelectual teve a oportunidade de se aproximar da família Imperial e, principalmente, de D. Pedro II. A conversão à causa monarquista teve aqui o seu início, em um período em que se nota, a partir de sua narrativa, o sofrimento pessoal experimentado por Affonso Celso logo após a proclamação da República; fator que colaborou para o surgimento de certo ressentimento com relação ao novo governo.

O assassinato do Coronel Gentil de Castro, em 1897, foi o segundo trauma pessoal de Affonso Celso relacionado ao governo republicano brasileiro. Tendo presenciado a morte do amigo íntimo de seu pai, em um evento que colocou tanto sua vida quanto a do Visconde de Ouro Preto em risco, chegou à conclusão de que a República era incapaz de zelar pelos direitos básicos de seus cidadãos; no caso em tela o direito à vida. Este ocorrido levou o autor a se retirar do país junto com sua família com o intuito de protegê-

la enquanto durasse o furor popular, a seu ver injustificada, contra os monarquistas devido ao falecimento de Moreira Cezar, na terceira expedição contra o movimento de Canudos.

No segundo capítulo, foram expostos e ponderados os principais motivos e críticas pelas quais Affonso Celso acreditava não ser o governo republicano o melhor regime a ser adotado no Brasil. Os principais motivos, como já mencionamos, foram: (i) a forma como foi realizada a troca de governo; (ii) a diferença prática entre os dois regimes, sendo a gerência Imperial responsável por um maior número de conquistas e glórias para o país, e a República responsável por diversas falhas, principalmente de natureza econômica; e (iii) a preferência pela forma parlamentar de governo, em detrimento da presidencial. Os dois capítulos em conjunto colaboram na compreensão da mudança de posicionamento político do autor estudado ao longo da primeira década republicana.

O intuito, nesta parte do trabalho, é apresentar e analisar a proposta ufanista desenvolvida por Affonso Celso, em seu livro *Porque me ufano do meu país*, publicado pela primeira vez em 1900. Contudo, devemos inserir a obra no contexto em que foi publicada, isto é, nos iniciais do século XX quando a República Brasileira apresentava sinais de maior estabilidade política e econômica e, em menor medida, social. Este cenário foi possível devido à prática da política iniciada pelo presidente Campos Sales, após assumir a presidência em 1898. Segundo Resende, o quadro político em que Campos Sales assume a Presidência da República (15/11/1898) é de crise política, econômica e financeira:

Após os nove anos de vida republicana, Campos Sales tem clareza o da ausência de uma base objetiva capaz de dar sustentação ao Executivo para a implementação das políticas governamentais. Para isso, contribuem a fragilidade do Partidos Republicano Federal, cindido em alas que se opõem de forma radical; um Congresso nacional fracionado em bancadas estaduais; as bancadas estaduais divididas em correntes que oscilam segundo questões e estratégias de momento; um sistema partidário já basicamente estadualizado; o militarismo manifesto nas posições das Forças Armadas, que se pretendem depositárias do poder; as lutas de facções oligárquicas pelo poder nos estados; e a anarquia, tropelias e correrias de bandos armados o interior dos estados sob as ordens dos poderosos coronéis. (2010: 112).

Do ponto de vista econômico-financeiro, o país encontrava-se em processo de depressão econômica, enfrentando uma inflação elevada e uma elevada dívida externa, e convivía com uma brusca queda dos preços do café no exterior. A esse quadro soma-se a agitação das classes populares urbanas, ampliadas por um incipiente, mas crescente

aumento das atividades industriais, pressionadas por preços altos e carestia, resultantes de uma inflação em permanente ascensão. A pobreza, visível nas classes trabalhadoras e nos desempregados que transitavam nas cidades, geralmente desenraizados do campo, provocava o medo de transgressões criminosas ou de mobilizações políticas organizadas. Essa população, vista como um perigo urbano a ser controlado, tornou-se objeto de práticas de violência social e institucional, tanto preventivas quanto repressivas (FRÚGOLI JR., 1995; CANCELLI, 2002).

Uma síntese do quadro das relações entre municípios e estados, no período compreendido entre 1889 e 1898, quando Campos Sales assume a Presidência, aponta para uma série de conflitos e confrontos, muitos deles violentos, desde os primeiros momentos da vida republicana. Nos municípios travaram-se lutas entre facções rivais, visando a obter o controle da política local e, via de regra, posicionar-se na condição de aliado da oligarquia que detém o poder no estado, seja ela uma pessoa, uma família ou um grupo de famílias, entrelaçadas por casamentos, alianças políticas, interesses econômicos ou controles de funções públicas (CARVALHO, 2012). No nível do estado, a disputa entre facções oligárquicas mostrava-se como uma constante.

Nos municípios, o controle dos coronéis sobre os votos permitia a eleição de candidatos com prestígio local, fora das chapas propostas pelos partidos estaduais, representantes dos interesses das oligarquias no poder. A fraude era o tom das eleições nesta República oligárquica. Eram muitos os subterfúgios utilizados para o falseamento de resultados eleitorais, dentre os mais utilizados estava o “voto-de-cabresto”. Outras vezes, nem mesmo eleições ocorria. As lutas entre coronéis rivais no município propiciavam, muitas vezes, uma dualidade de eleições, gerando atas falsas, duplicatas de câmaras municipais e de assembleias legislativas. Estes eram elementos constantes em uma República comandada por coronéis e oligarquias. (LEAL, 2002).

É a partir deste quadro político, econômico e social da República que, em 1898, Campos Sales começa a dar forma ao arranjo político a que denominou de “política dos estados” e que ficou conhecido pela historiografia como “política dos governadores.” Segundo Resende (2010: 114), na mensagem de sua posse, Campos Sales reafirmou dois dos princípios que lhe pareciam fundamentais para a estabilidade do governo republicano. O primeiro deles, de natureza política, refere-se à necessidade de estabelecer princípios

que harmonizassem o poder Executivo e o poder Legislativo, independentemente da interferência de formações partidárias. O segundo, refere-se à urgência de priorizar as questões de natureza econômica e financeira. A estabilização monetária encontrava-se, assim, condicionada à estabilidade política.

Na área das finanças, foi o ministro Joaquim Murinho o encarregado de traçar as novas políticas econômicas a serem seguidas no governo Campos Sales. Um plano de refinanciamento de pagamentos das dívidas externas brasileiras foi definido: conhecido como *funding loan*. Segundo Franco (1989: 26) o plano era bastante simples: os credores tratariam de rolar compromissos externos do governo – o serviço da dívida pública externa e algumas garantias de juros – em troca de severas medidas de saneamento fiscal e monetário. Pelos três anos seguintes, o governo brasileiro saldaria seus compromissos referentes a juros dos empréstimos federais anteriores ao plano com títulos de um novo empréstimo – o próprio *funding loan*. Ainda, as amortizações dos empréstimos incluídos na operação seriam suspensas por 13 anos.

Sendo dotado de garantias especiais, o plano de pagamento apenas exigia que o governo brasileiro agisse de forma firme e decisiva no terreno monetário e fiscal. Várias despesas governamentais foram reduzidas, especialmente aquelas pautadas por moeda estrangeira, e a tributação aumentou através de medidas de modernização administrativa e de impostos, principalmente os de consumo e do selo. Por fim, buscando reduzir os impactos propiciados pelo excesso de emissões de papel moeda dos anos anteriores, foi feita a escolha de deixar perecer as indústrias nacionais que não prosperaram, bem como reduzir a produção do café. A redução da emissão do papel moeda levaria à uma redução da inflação e uma melhor apreciação cambial da moeda nacional (*Idem*: 28). Todas estas medidas colaboraram para uma revitalização das entradas de capital a partir da adoção do programa, que evidenciava a influência da percepção dos mercados financeiros internacionais sobre o curso da política econômica do país.

Ao escrever suas memórias políticas, Campos Sales formulou, em síntese, a arquitetura política que, a partir de seu governo, presidiu à primeira República brasileira:

Nessa, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos estados, porque – não cessarei de repeti-lo – é lá que reside a verdadeira força política (...). Em que pese os centralistas, o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está

nos Estados. É de lá que se governa a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União. (*Apud* NEVES, 2010: 38).

Seu objetivo é o estabelecimento de relações de compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a possibilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, visando dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo. O trecho acima mencionado também torna evidente a equação política delineada em seu governo. Em primeiro lugar, é atribuída prioridade aos estados da federação. Em segundo lugar, o povo deveria encontrar-se ausente do processo político; deveria permanecer despolitizado.

Delineados os princípios da política a ser adotada, com a clara hierarquização entre os dois cenários da República, a União, distante politicamente da população brasileira, e os Estados; estes tratados como o local por excelência do exercício do poder. Para este novo maquinário político funcionar, Campos Sales e, a partir dele, os presidentes que se sucederão até 1930 buscarão no federalismo, inscrito no ideário republicano brasileiro como princípio cardeal desde o Manifesto de 1870, a mola mestra que fará funcionar a República brasileira, permitindo, por um lado, um grau de autonomia consagrado institucionalmente para as oligarquias regionais e suas lutas intestinas e, por outro, uma base para a política de contraprestação de favores políticos que os colocaria em consonância com o governo federal.

O tênue equilíbrio entre municípios, estados da federação e governo federal pôde então armar-se com a forte politização dos estados, que, durante a maior parte do século XIX, quando ainda eram chamados de províncias, tiveram uma função sobretudo, de mediação administrativa. Agora, com base no peculiar federalismo da primeira República brasileira, era possível fazer funcionar um aparelho político que garantia ao governo federal o apoio necessário – traduzido sobretudo em fornecimento de uma base eleitoral -, enquanto este oferecia em troca as verbas necessárias para a manutenção do prestígio da situação nos estados e municípios.

Na base do sistema estava já mencionada figura do coronel, dono da vontade dos eleitores e senhor dos currais eleitorais, cujo poder pessoal substituía e representava o Estado, distribuindo como favor e benesses o que seria de direito dos cidadãos. Nesse

quadro, as eleições eram um ritual vazio, a participação eleitoral era mínima (Carvalho: 2002, 40) e a fraude a norma eleitoral. Para Neves:

O coronelismo costurava assim pela base o sistema político da Primeira República. E se nos municípios os coronéis teciam as malhas iniciais dessa rede de compromissos, ela tornava-se mais complexa e mais firme ao passar pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos estados e chegar até a definição de quem presidiria o governo federal. Para arrematá-lo pelo alto, Campos Sales maneja com destreza o princípio do federalismo e a prática política da política dos governadores (2010: 39).

O desenho que resulta complexa e firme teia de relações institucionalizaria, por fim, a hierarquia das oligarquias regionais. Não por outra razão o Executivo contará, até 1930, com uma sucessão de paulistas e mineiros, com algum fluminense como exceção para confirmar a regra, como presidentes da República: essas são as duas oligarquias mais poderosas da época, a primeira fundando seu poder na riqueza dos cafezais e da incipiente indústria cafeeira paulista, e a segunda encontrando seu prestígio no maior contingente eleitoral do país. A velha ordem excludente e hierarquizadora manteve-se, desta forma, sob novas formas a permanência de práticas sociais, estrutura econômica, lógicas políticas e visões de mundo. Era nesta realidade que Affonso Celso encontrava-se quando publicou seu livro *Porque me ufano de meu país* no início do século XX.

No início do presente trabalho, em nossas considerações iniciais, apontamos a existência de certa lacuna da historiografia no que diz respeito ao ufanismo de Affonso Celso, uma vez que as leituras encontradas ao longo da pesquisa apenas mencionam sua obra mais conhecida. Desta forma, as análises encontradas não levam em consideração sua produção intelectual como um todo, bem como também não têm em apreço suas experiências de vida e a mudança de seu posicionamento político. Passemos a uma análise das leituras encontradas ao longo da pesquisa focada para a concretização deste trabalho.

Maria Helena Câmara Bastos (2002: 2) enxerga o mais famoso livro de Affonso Celso como uma cartilha de nacionalidade. A sua adoção como leitura obrigatória nas escolas primárias e secundárias brasileiras, e seu elevado número de edições e traduções, são elementos que tornam a obra um livro educador, dotado de função moralizadora e de intenção educativa, de cunho cívico, patriótico e social (CHARTIER e HÉBRARD: 1995). Cabe lembrar que o fortalecimento do sentimento nacional exigia também a educação do caráter dos indivíduos, entendida como educação moral através de preceitos,

regras, exemplos, conselhos e comentários morais acerca da história de um povo. (BASTOS, 2002: 4).

Por sua vez, Wilson Martins afirma que o esforço criativo de Affonso Celso limitou-se à criação da terminologia “ufanismo” para descrever uma atitude mental já existente, que buscava mostrar que as grandes nações em nada se diferenciavam das pequenas: “Por ingênuo que seja em seus êxtases patrióticos, e subjetivo nos critérios de apreciação, o livro de Afonso Celso é um balanço psicológico de nacionalidade.” (MARTINS, 2010: 165). A própria natureza da obra, revestida de um otimismo excessivo, quase patológico, ao ver de Martins, seria o seu calcanhar de Aquiles: “Um aspecto, talvez o mais característico do nosso complexo de inferioridade consiste em imaginar o ufanismo como fenômeno exclusivamente brasileiro; é a nossa contribuição para o ridículo universal.” (*Idem*: 166).

Segundo José Murilo de Carvalho, o livro *Porque me ufano de meu país* foi um dos responsáveis por difundir o motivo edênico e os elementos definidores do caráter do povo brasileiro no imaginário popular nacional. A adoção do livro na instrução pública seria condizente com as tentativas, após a Proclamação da República, de promover a educação cívica dos jovens através do uso de textos escolares. As formulações de Affonso Celso penetraram de fato no imaginário social brasileiro, persistindo até os dias atuais. Sobre o ufanismo, Carvalho afirma: “O certo é que ele se difundiu e criou raízes profundas. Tão profundas que sobrevive até hoje e com boa saúde.” (CARVALHO, 1998: 6).

Dante Moreira Leite alega que a obra ufanista de Affonso Celso não é dotada de um nível intelectual elevado, compondo um mero trabalho de vulgarização destinado e voltado principalmente para indivíduos em idade escolar. O livro seria anacrônico e possuía um discurso narrativo mais próximo da linguagem dos românticos de meados do século XIX do que norteadas pelos discursos científicos característicos do início dos 1900. Contudo, reconhece que muitos dos argumentos utilizados pelo intelectual aparecem “(...) até hoje em livros de leitura da escola primária, e muitos brasileiros em Afonso Celso reconhecerão a origem de explicações sobre a grandeza do Brasil.” (2007: 57). Afirma também que a proposta ufanista do autor seria uma resposta ao pessimismo desenvolvido por Sílvio Romero em suas obras *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, de

1881, e a *História da Literatura Brasileira*, de 1888, por exemplo. Neste sentido, Marilena Chauí possui o mesmo entendimento (2000).

O discurso ufanista de Affonso Celso mostra-se como uma defesa do nativismo romântico contra as investidas do intelectual sergipano. A produção intelectual do Sílvio Romero (1851 - 1914), formado na “Escola de Recife”, é marcado pelo darwinismo social e pelas doutrinas de Herbert Spencer. A formação do caráter de um povo seria determinada pelo meio físico e geográfico em que se encontrava inserido. O clima tropical brasileiro seria propício ao desenvolvimento de doenças e colaborava para a degradação moral de seu povo: “(...) faz do brasileiro ora um apático, que tudo espera do poder público e só é instigado pelo estrangeiro, a quem imita; ora um irritadiço nervoso.” (*apud* CHAUI, 2000: 48). O pessimismo de Romero era pautado pela afirmação de que o Brasil seria composto por um povo sem perseverança, fraco, que se deixava dominar facilmente por uma elite oligárquica e mesquinha, atribuindo ao povo, no seu conceito racial, e cultural, as razões para a inviabilidade do país emergir como uma grande nação. (ALMEIDA, 2008: 25).

Estes elementos negativos eram equilibrados, segundo Romero, pela serenidade contemplativa, pelo lirismo e pelo talento precoce, possibilitados pela existência de pródiga beleza natural do território nacional. Contudo, o tipo nacional brasileiro era o uma sub-raça mestiça e crioula, resultado da fusão de duas raças inferiores - o índio e o negro - e uma superiora: a branca portuguesa. Para evitar a contínua degeneração da raça mestiça brasileira, Romero defendia o embranquecimento da população, a ser alcançado pela imigração de população branca para o país:

(...) minha tese, pois, é que a vitória pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco: mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras raças lhes podem oferecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. (*apud* FILHO, 1954: 263)

Sabemos que os trabalhos acima mencionados não tiveram como objetivo primordial analisar unicamente o pensamento ufanista de Affonso Celso, nem se preocuparam com sua trajetória ou produção intelectual. Apesar de alguns analisarem sua proposta ufanista, não consideraram sua produção intelectual como um todo, ou mesmo, suas experiências pessoais, capazes de influenciar suas escolhas e capacidade de agir.

Todavia, os poucos trabalhos existentes demonstram a existência de uma lacuna nos estudos históricos sobre o pensamento de Affonso Celso.

Desta forma, nos propomos, aqui, a expor e analisar o discurso ufanista deste intelectual, tendo em consideração esses elementos, bem como o contexto em que a obra foi produzida. Por fim, pretendemos mostrar que muitas das considerações de Affonso Celso não eram novas, contudo, sua proposta deve ser analisada tendo em mente seus frutos intelectuais elaborados nos primeiros anos da República brasileira.

De acordo com Pierre Bourdieu, o intelectual está sempre inserido em um determinado contexto histórico e social; seja na medida em que faz parte de um campo intelectual, o qual por referência a seu projeto criador se define e se integra, “(...) e/ou ainda, na medida em que é contemporâneo daqueles com os quais se comunica e aos quais se dirige com sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que tem em comum com eles (...)” (*apud* BASTOS, 2002: 6); como problemas e temas correntes, por exemplo. Desta forma, as escolhas tanto intelectuais quanto narrativas de Affonso Celso encontram-se orientadas por sua carga cultural e por experiência de vida, interiorizações de elementos culturais de um determinado contexto histórico e social, no caso a sociedade brasileira da década de 1890.⁶¹

O livro *Porque me ufano de meu país* (1900) é composto por quarenta e dois capítulos, nos quais o autor busca demonstrar e expor os motivos da superioridade brasileira – sendo eles onze: (i) grandeza do território nacional; (ii) a beleza natural de

⁶¹ “Em que circunstâncias o livro é escrito? Quando escreve *Porque me ufano de meu país*, Afonso Celso tem diante de si a crise dos pilares em que se assentava a estrutura da sociedade brasileira, isto é, a grande propriedade territorial e a escravatura, crise que abalou a monarquia e conduziu à República, estimulou o início da urbanização e a imigração. Mas tem também diante de si a crise que perpassa a chamada República Velha e que aparece sob a forma de lutas internas às classes dominantes – monarquistas lusófilos e jacobinos lusófobos, liberais e conservadores, liberais e positivistas, civilistas e militaristas, agraristas-exportadores (que se designavam a si mesmos como “as forças vivas da nação” e eram designados pelos inimigos como “classe parasita e lucrativa”) e industrialistas-especuladores (que Rui Barbosa convocava para a construção de uma democracia do trabalho industrial, laboriosa e robusta), cafeicultores do Vale do Paraíba (reagindo furiosamente às consequências econômicas da Abolição de 1888) e do oeste paulista (investindo na imigração), defensores da centralização do poder e federalistas (federalistas sendo aqueles que defendiam a autonomia dos estados para fazer empréstimos no estrangeiro e que a maior parcela da tributação permanecesse no próprio estado, sem ser transferida para a União). Tem diante de si, as notícias das primeiras greves de colonos, na região cafeeira de São Paulo, e a agitação provocada pela campanha pelo massacre de Canudos (1896-1897), cuja narrativa será publicada em 1902 por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. E (...) tem diante de si o contraste entre a elaboração romântica da nacionalidade (...) e a obra de Silvio Romero(...).” (CHAUI, 2000: 47 e 48).

suas terras; (iii) a sua riqueza; (iv) a variedade e amenidade do clima; (v) ausência de calamidades naturais; (vi) excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional; (vii) nobres predicados do caráter nacional; (viii) o Brasil nunca foi vencido e nem sofreu humilhações; (ix) seu procedimento cavalheiresco e digno para com outros povos; (x) as glórias a colher nele e (xi) a história brasileira - a partir de três grandes eixos temáticos: natureza, povo e história. Apesar de não apresentar uma bibliografia, a última página da obra conta com uma nota em que o autor esclarece ao leitor as principais fontes por ele utilizadas:

Os principais fatos e observações componentes deste opúsculo, colheu-os o autor nos livros de Elisée Reclus, Robert Southey, Porto Seguro, Wappoeus, João Francisco Lisboa, Barão do Rio Branco, João Ribeiro e outros que escreveram sobre o Brasil. (CELSO, 1900: 203).

Affonso Celso, no mesmo tópico, justifica a ausência de citações de nomes e obras em seu texto, afirmando que não foi seu intuito fornecer indicações precisas por se tratar de um trabalho de vulgarização, de publicização do conhecimento. Ressalta-se que anteriormente, em seu livro *Guerrilhas* (1895), já havia afirmado que não fazia parte do seu estilo o uso citações em seus textos, por acreditar que dificultava a compreensão de indivíduos que não fossem familiarizados com os temas discutidos nos ambientes acadêmicos, sendo sua preocupação tornar a leitura mais fácil, clara e acessível:

Por isso mesmo, lamento que os seus notáveis artigos sejam, de ordinário, demasiado prolixos e inçados de citações, filhas da preocupação subalterna do *épater le bourgeois*, o que lhes arreda bom número de leitores e lhes atenua o alcance. Esta crítica fazem-na, - creia, - os seus mais sinceros apreciadores (1895: 192).

No primeiro capítulo de *Porque me ufano de meu país*, Affonso Celso busca justificar para quem e para que foi composto o livro. Destarte, dedica a obra a seus filhos, publicado no ano de celebração do quarto centenário do descobrimento do território brasileiro. O seu principal objetivo é assim exposto: “(...) dar exemplos e conselhos que vos façam úteis à vossa família, à vossa nação, à vossa espécie, tornando-vos fortes, bons e felizes”. (1900: 1). Dentre seus principais ensinamentos, o maior deles seria o do patriotismo:

Quero que consagreis sempre ilimitado amor à região onde nascestes, servindo-a com dedicação absoluta, destinando-lhe o melhor da vossa inteligência, os primores do vosso sentimento, o mais fecundo da vossa

atividade, - dispostos a quaisquer sacrifícios por ela, inclusive o da vida. (Idem).

Este sentimento patriótico, entendido como amor à pátria, não deveria ser cego ou irrefletido, uma vez que existem diversos motivos, sólidos e racionais, que justificam o brasileiro a amar o seu país: “Não deveis prezar a vossa terra só porque é vossa terra, o que, aliás, bastaria. Sobejam motivos para que tenhais também orgulho da vossa nacionalidade” (CELSO, 1900: 2).

Em sentido oposto aos discursos que afirmavam que ser brasileiro implicava em uma condição de inferioridade, Affonso Celso afirma que estas concepções seriam falsas, ignorantes e dotadas de má-fé, pois “Ser brasileiro significa distinção e vantagem! Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do mundo”. (*Idem*). Apesar de haverem países mais prósperos, poderosos e brilhantes do que o Brasil, nenhum seria tão digno de fundadas promessas e invejável quanto este.

Por fim, encerrando a apresentação de sua obra e antes de adentrar nos motivos que tornam o Brasil um país superior em relação aos demais, Affonso Celso solicita ao leitor que, caso se convença da importância e privilégio do que significa ser brasileiro, propague, divulgue e cultive o amor à pátria entre seus semelhantes:

Avigoraí, meus filhos, estes argumentos; juntaí novos fatos a tais fatos; propagaí-os; cultivai, engradeceí o amor pelo Brasil. Que a vossa geração exceda a minha e as precedentes, senão em semelhante amor ao menos nas ocasiões de o comprovar. Quando disserdes: “Somos Brasileiros!”, levantai a cabeça, trasbordantes de nobre ufanía. Convencei-vos de que deveis agradecer quotidianamente a Deus o haver Ele vos outorgado por berço o Brasil. (CELSO, 1900: 3).

Feitas estas considerações, iremos analisar o pensamento ufanista do autor; seguindo a organização de sua obra. Destarte, focaremos nas características naturais do país, para em seguida, analisarmos a composição do povo brasileiro, os elementos formadores do seu caráter nacional e os motivos contidos na história nacional capazes de fazer com que o brasileiro - segundo Affonso Celso - desenvolva amor por sua pátria.

3.1 – “O conjunto é sublime”: Natureza e Edenismo na proposta ufanista.

Devem ter ufanía os filhos de uma terra assim dotada. O belo é a fonte essencial do amor. Amemos apaixonadamente o Brasil, pelas suas lindezas sem par. (CELSO, 1900: 42)

Destarte, o primeiro grande motivo da superioridade do Brasil apresentado por Affonso Celso em sua proposta ufanista é a sua grandeza territorial: “O Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência (a esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física” (*Idem*: 1). Em nossas terras, acrescenta, encontrava-se cerca de um terço da população latina do Novo Mundo, sendo o 13º país mais populoso em escala global. Dentre as nações latinas, apenas a França e a Itália contariam com maiores números de habitantes (*Idem*: 6).

Dentre as vantagens decorrentes de seu porte físico estava a sua localização, privilegiada, na parte central do continente, conectado ao Velho Continente e à África pelo Oceano Atlântico e aos demais países vizinhos por terra e rios facilmente navegáveis. Tal situação geográfica facilitava o comércio entre os povos.

A vastidão do território brasileiro seria responsável por suprir as necessidades físicas de todos aqueles que desejassem aqui habitar: “Descobre-se nele tudo quanto o mundo possui de melhor”. (*Idem*: 8). Sendo a flora rica, seria possível encontrar e cultivar todos os víveres necessários para se bem viver, o que incentivaria a imigração para o Brasil: “Homens de não importa que procedência encontram no Brasil, escolhendo zona, meio adequado para prosperar.” (*Idem*). Estes elementos fariam com que os seres humanos, independentemente de cor e raça, encontrassem aqui um local para viver de forma confortável e digna: “Negros, brancos, peles vermelhas e mestiços vivem aqui em abundância e paz”. (*Idem*).

Contudo, segundo Affonso Celso, a mera grandeza territorial não confere a um país superioridade sobre os demais. Como exemplo, afirma que existem na África enormes regiões sem valor, enquanto, por outro lado, alguns “(...) países pequenos imortalizaram-se pelas suas artes, filosofia, inventos, virtudes” (*Idem*: 9), como por exemplo a Grécia, Portugal e Suíça.

A tendência dos Estados sempre foi, e ainda é, a de expandir o seu território, principalmente por guerras de conquista (*Idem*: 9). Affonso Celso afirma que o Brasil, distintamente de demais nações – principalmente as do Velho Continente europeu -, fora privilegiado pela Providência, por contar com um território vasto sem haver travado sangrentas batalhas para expandir seus limites geográficos; com exceção de algumas regiões localizadas ao sul: “É hoje o que foi – geográfica, compacta, solidamente unido. Importa este fato um relevante elemento de excelência e primazia.” (*Idem*: 10). Este fator - aliado à uma comunhão de língua, costumes, religião e interesses entre o povo brasileiro - tornava o país uma grande nação, não havendo incompatibilidades que fossem capazes de gerar antagonismos entre os setores populacionais.

O segundo motivo da superioridade brasileira apresentado por Affonso Celso é a beleza de suas terras. Os relatos de viajantes que visitaram o Brasil são a principal comprovação deste elemento, levando o autor a bradar que “Não há no mundo país mais belo que o Brasil”. (CELSO, 1900: 13). Fazendo referência a João Francisco Lisboa, sustenta que os sentimentos experimentados pelos primeiros exploradores desta terra foram de intensa surpresa e admiração, frente à uma terra, à primeira vista inculta e selvagem. Este elemento dá origem ao edenismo, à crença de que nas terras brasileiras poderia estar situado o paraíso terreal (*Idem*). No mesmo sentido, o autor faz referência à carta redigida por Américo Vespúcio em 1504, conhecida como *Mundus Novus*, para Francesco de Médici, em que declara que se houvesse um paraíso terrestre este não deveria estar distante destas terras (*Idem*: 14).

Em seguida, faz referência ao documento que considera o mais venerado da história colonial Brasileira: a carta redigida por Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manoel. Neste documento, o cronista relatou a beleza das terras recém descobertas, a formosura de suas praias, a imensidão das florestas e incontáveis itens que maravilham qualquer ser humano (*Idem*:). Dentre as crônicas dos tempos coloniais, é mencionada a obra *Crônicas da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do padre jesuíta Simão de Vasconcelos (1663). A partir de testemunhos de viagens e de suas próprias observações, Vasconcelos afirmou estar diante de um espanto da natureza, não hesitando em dizer que “(...) poderíamos fazer comparações ou semelhança de alguma parte sua com aquele paraíso

da terra em que Deus nosso senhor, como em jardim, pôs o nosso pai Adão”. (VASCONCELOS *apud* CELSO, 1900: 14).

A obra *História da América Portuguesa* de Rocha Pitta, publicada em 1730, é a próxima referência utilizada por Affonso Celso. Rocha Pitta teria afirmado que o Brasil era a melhor porção do novo mundo, “(...) felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutas, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas”. (PITTA *apud* CELSO, 1901: 14). Em seguida, e em menor proporção, o autor utiliza excertos de Claude D’Abbeville, Simão Estácio da Silveira, João Francisco Lisboa, Alexandre Humboldt e Mauricio Lamberg, como fontes e provas para atestar as belezas naturais das terras brasileiras que encantaram os viajantes que por aqui passaram (CELSO, 1900: 15-17).

Acreditando ser impossível descrever minuciosamente todos os elementos naturais dignos de orgulho nacional, Affonso Celso seleciona e posteriormente apresenta, em detalhes, quatro grandes curiosidades naturais como elementos capazes de fazer a natureza do Brasil se sobressair com relação a dos demais países: o Rio Amazonas⁶², a Cachoeira de Paulo Afonso⁶³, a Bahia do Rio de Janeiro⁶⁴ e a floresta virgem (CELSO, 1900: 17).

Sobre este último item, o ufanista defende que apesar de existirem florestas virgens em outros continentes, como na Ásia e na África, nenhuma delas possuía os

⁶² “Uma das maravilhas da natureza, o maior rio do mundo” A sua bacia é igual a 5/6 da Europa. Uma de suas ilhas, a de Marajó, excede em tamanho a Suíça. (...) No Brasil, o mar doce, como lhe chamaram os primeiros exploradores, atira-se ao Atlântico (...) é sempre largo e navegável. (...) fértil em incalculáveis riquezas, oferece o Amazonas indizível variedade de aspectos, revelando constantemente amplitude, força e majestade infinitas.” (*Idem*: 19 e 10).

⁶³ “Os americanos do norte têm imenso orgulho de sua Catarata do Niágara, que Chateaubriand qualificou – uma coluna d’água do dilúvio. O Brasil possui maravilha igual, senão superior, - a cachoeira de Paulo Afonso”. (*Idem*: 25).

⁶⁴ “É ao mesmo tempo, baía, coleção de baías, arquipélago, pequeno mar mediterrâneo. Para afirmar-lhe a primazia, bastava a sua privilegiada situação geográfica na parte Central da América do Sul, a meio caminho entre a Europa, a Índia e a Oceania. (...) A essa grande vantagem da Bahia fluminense acrescem a sua vastidão, segurança, profundidade de ancoradouro, movimento de embarcações, inesgotável abundância de preciosas espécies de peixe. E, principalmente, a diversidade e formosura dos panoramas apresentados por suas ilhas, montanhas e várzeas marginais, vestidas de riquíssima vegetação.” (*Idem*: 35). Affonso Celso anos antes, na obra *Guerrilhas* (1895: 37-50), chegou a comparar a região do Rio de Janeiro com a de Buenos Aires, com o intuito de mostrar a superioridade da terra brasileira em relação à sua vizinha Argentina. Deixamos aqui este adendo para aqueles que tenham interesse em aprofundar o assunto ou conhecer mais sobre a argumentação do autor ora estudado.

especiais atributos encontrados nas matas brasileiras, como a ausência de animais ferozes e abundância de plantas medicinais, por exemplo. As madeiras aqui encontradas são descritas como as mais duráveis e formosas do mundo. O próprio clima não alteraria a forma de suas florestas em decorrência da inexistência de inverno ou verões rigorosos. Sobre as florestas brasileiras, Affonso Celso concluiu:

O conjunto é sublime. Todos os sentidos ficam aí extasiados. Gozam todos os nossos instintos artísticos. Com efeito, deparam-se nos na floresta brasileira primores de arquitetura, de escultura, de música, de pintura, e sobretudo, de divina poesia. (*Idem*: 33)

O terceiro motivo elencado como motivo de orgulho nacional e da superioridade natural do Brasil, seria a riqueza de seu subsolo. Dentre os recursos encontrados, encontra-se o ouro, metais e gemas de todos os tipos. Para a sua correta exploração faltariam, contudo, os modernos recursos de mineração que permitiriam o crescimento econômico com este setor: “Venham os aparelhos modernos, labore-se cientificamente o terreno, e magníficas remunerações se hão de receber, como já vai sucedendo. O Brasil deve tornar-se o verdadeiro El-Dourado (...)”. (*Idem*: 44).

Contudo, os minerais preciosos não eram os únicos ou a principal fonte de riqueza do país. A própria lavoura e a indústria pastoril poderiam valer mais do que as jazidas de ouro e diamantes, sendo a verdadeira riqueza nacional a abundância dos produtos indispensáveis à vida humana. “Em suma, subsolo, solo, ares, selvas, águas, está tudo no Brasil cheio de vida, e vida é riqueza.” (*Idem*: 48). A topografia regional permitiria ao país se tornar o celeiro do mundo, capaz de abastecer as demais nações com grãos de qualquer espécie, bem como na exportação de gado e outros animais.

Apesar de natural e potencialmente rico, seria necessária a utilização eficaz dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, Affonso Celso clama por investimentos na educação do trabalhador nacional. Mesmo havendo imensas vantagens econômicas à disposição do brasileiro, estas encontravam-se retardadas pela inação ou má-fé do governo republicano; fatores capazes de prejudicar a prosperidade e influência do Brasil no cenário internacional (*Idem*: 50).

Affonso Celso defende a ética do trabalho, no sentido liberal, ao afirmar que as condições naturais do país eram capazes de colaborar para a formação de leis naturais do

trabalho; capazes de possibilitar a ascensão social daqueles que se dedicassem com honestidade e afinco a desenvolver suas atividades laborativas:

No Brasil, com trabalho e honestidade, conquistam-se quaisquer posições. Encontra-se a mais larga acessibilidade a tudo, no meio de condições sociais únicas, sem distinção e divergência de classes, em perfeita comunicação e homogeneidade da população. A esperança constante de uma situação melhor anima a todos, e é esse o eficaz incentivo da indústria humana. (*Idem*: 51).

Estas condições propiciariam um estado de constante progresso nacional. De acordo com Affonso Celso, em nosso solo era farta a oferta de trabalho para a população brasileira; elementos comprovadores da superioridade, ainda que em potência, da economia do país frente a outras nações civilizadas: “No Brasil o trabalho anda a procura do homem e não o homem à procura do trabalho. Ninguém, querendo trabalhar, morrerá de fome. Parece país de milionários, tão largamente se gasta.” (*Idem*: 52). Nenhum grave perigo apresentava-se como ameaça ao seu crescimento, como as frequentes guerras do Velho Continente ou uma distribuição de renda tão díspar capaz de cingir todo o tronco social.

A variedade e amenidade do clima é o quarto motivo para a superioridade do Brasil apresentado. Apesar da grande variedade de temperaturas, raros seriam os casos de insolação e congelamentos decorrentes de graus extremos de temperatura. Para expor seu argumento, o autor descreve as três zonas climatológicas existentes no território brasileiro: a tropical, a subtropical e a temperada. Contra as acusações de que nossa climatologia é propícia à difusão de epidemias, principalmente a da febre amarela⁶⁵, o autor lembra que a doença não é de origem brasileira, mas sim importada de países do Velho Continente. Aqui ela não teria se propagado como em outras nações, apresentando taxa de mortalidade menor que em outros países e tendendo a desaparecer nos anos seguintes com maiores investimentos na área de higiene pública. Após esta consideração,

⁶⁵ “Fala-se muito em febre amarela que assola alguns pontos do litoral e do interior. Mas cumpre considerar, no dizer dos componentes que: 1º A febre amarela não é produto do nosso solo porém foi importado de países onde grassou, com violência jamais vista entre nós, sendo afinal debelada; 2º Só devasta porção insignificante do Brasil, nunca chegando a certas alturas; 3º Mesmo nessa porção tem desaparecido, por largo período; 4º Tudo induz a crer que, com melhoramentos materiais a par da higiene pública e particular, desaparecerá totalmente, voltando o Rio de Janeiro, seu principal foco, a ser considerado, como já o foi pela marinha inglesa, estação saudável, - mera questão de tempo e perseverança; 5º A mortalidade da febre amarela é relativamente pequena comparada à de outras moléstias endêmicas em famosas cidades e capitais opulentas.” (*Idem*: 55 e 56).

o autor conclui que a média do clima nacional é excelente, não lhe sendo nenhuma grave moléstia peculiar ou exclusiva e nenhum problema sanitário é insolúvel.

Por fim, o último elemento natural elencado pelo autor como motivo de orgulho nacional é a ausência de calamidades. Mesmo dotado de proporções continentais o Brasil não estaria familiarizado pelos grandes flagelos naturais presentes em diversas regiões do globo: “Privilegiado pela providência, não registra a sua história uma só dessas terríveis catástrofes, comuns a quase todos os povos, quer na ordem material, quer na moral” (*Idem*: 59). Nossas terras não tinham, até então, incidentes relacionados a ciclones, furacões, graves inundações, terremotos e erupções vulcânicas por exemplo. nossos perigos, quando existentes, mostravam-se poucos e restringidos àqueles inevitáveis e inerentes à própria existência humana. Com estas palavras, Affonso Celso encerra seu elogio à natureza brasileira:

Em suma: oferecendo ao homem condições de vida sem igual, a natureza brasileira em nada lhe é hostil ou áspera. Pode o habitante confiar nela, com segurança. Não o trai, não o surpreende, não o amedronta, não o maltrata, não o aflige. Dá-lhe tudo quanto pode dar, mostrando-lhe sempre magnânima, meiga, amiga, maternal. (*Idem*: 60).

Segundo José Murilo de Carvalho, o motivo edênico habita a imaginação nacional desde os primórdios da existência europeia (1998: 1). A presença do edenismo em nossa tradição historiográfica encontra-se bem documentada, tendo início a visão paradisíaca da terra brasileira com os primeiros europeus que aqui atracaram. Dentre autores do século XVI, além dos já mencionados, Pero Vaz de Caminha e Américo Vespúcio, encontramos cronistas como Pero de Magalhães Gândavo e sua obra *História da Província de Santa Cruz*, de 1576. Ao discorrer sobre as terras brasileiras, afirma ser “(...) esta província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras Américas por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em grã maneira deleitosa e aprazível à vista humana.” (1980: 81). A mesma imagem seria propagada por autores dos séculos posteriores, como Simão de Vasconcelos e Rocha Pitta, ambos utilizados por Affonso Celso, e mencionados neste trabalho, para enumerar os motivos naturais de superioridade do Brasil em relação aos demais povos do globo. Sobre o discurso ufanista de Affonso Celso, Carvalho afirma que o elogio à natureza construído pelo intelectual foi responsável por popularizar o trabalho de Rocha Pitta (1998: 4).

Já no século XIX, durante a década de 1820, podemos mencionar o panfleto *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa* elaborado pelo Cônego Luís Gonçalves de Santos, conhecido como Padre Perereca. Este documento circulou na rede de polêmicas no contexto da Revolta do Porto e da Independência do Brasil, em resposta à *Primeira carta do compadre de Lisboa*, de Manuel Fernandes Tomás. (CARVALHO, 1998: 2). Com o intuito de desqualificar o Brasil como sede da monarquia, Tomás desqualificou o clima da região, afirmando ser impróprio à vida dos cidadãos portugueses, suportável apenas pelos africanos.

Contra essas acusações, o Padre Perereca elaborou o panfleto supramencionado, fazendo uso de autores como Manuel Aires do Casal, José Silva Lisboa, D. Caetano Brandão e Langsdorff. Buscou afirmar a excelência do clima da região, suas belezas naturais, fertilidade das terras e riquezas minerais. De José Silva Lisboa, utiliza o tema da ausência de flagelos naturais, secas, terremotos, epidemias, concluindo que apesar de não ser o Brasil o paraíso terrenal, era muito parecido com ele (CARVALHO, 1998: 3). Para que o império português fosse ainda mais glorioso, bastaria que a população brasileira aumentasse em número. Desta forma, temos que, às vésperas da Independência, já havia o discurso da grandeza territorial e a abundância de seus recursos como formas de justificação para a criação de um vasto império, mesmo que projetado para o futuro (*Idem*).

Pelo exposto, podemos concluir que Affonso Celso encontra-se, assim, inserido na tradição edênica. A fama de criador do ufanismo atribuída ao autor justifica-se apenas pelo fato de ter sido quem sistematizou de forma didática as razões de orgulho nacional baseadas nas belezas e riquezas naturais. Como vimos, todos os elementos naturais elencados pelo autor, na primeira parte de sua proposta ufanista, já haviam sido elaborados e divulgados por outros pensadores. Contudo, a obra *Porque me ufano de meu país* foi responsável por popularizar o discurso edenista, antes restrito à elite letrada e culta do país. Desta forma o ufanismo colaborou para a difusão da imagem do Brasil como um colosso robusto, sadio e bondoso em meio à população brasileira (CARVALHO, 1998: 5; OLIVEIRA, 1991: 130).

Feitas estas considerações sobre os elementos naturais e edenistas contidos no discurso ufanista de Affonso Celso, passemos para o segundo eixo temático contido em sua obra: o povo brasileiro, sua formação e seus elementos característicos.

3.2 – “Do cruzamento das três raças – portuguesa, africana e índia – originou-se o tipo mestiço brasileiro”: formação do povo brasileiro, defesa da mestiçagem e predicados do caráter nacional.

O mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma física ou intelectual. É suscetível de qualquer progresso. Têm produzidos grandes homens em todos os ramos da atividade social. (CELSO, 1900: 83)

A excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional brasileiro é o sexto motivo indicado por Affonso Celso para justificar a superioridade do Brasil frente outras nações do globo. Acreditando ser verdade geralmente aceita, afirma que a formação do povo brasileiro se deu pela mistura de três agentes: o selvagem americano (indígena), o negro africano e o português. O cruzamento destas três raças teve como resultado o mestiço: “Qualquer daqueles três elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbar. Nenhum deles fez mal a humanidade ou a deprecia. E si não, vejamos.” (CELSO: 1900: 61)

Recorrendo mais uma vez à carta de Pero Vaz de Caminha, considerado o primeiro documento a narrar o encontro entre os portugueses e os aborígenes, ressalta os elementos favoráveis dos índios: “(...) bondosos, serviçais, confiantes, sociáveis no seu amistoso acolhimento. (...) Revelam, numa palavra, nobres e belos predicados.” (*Idem*: 62). Teriam sido poucas as tribos agressivas⁶⁶ para com os portugueses, muitas delas mostrando boas disposições e abertas à catequização, rebelando-se apenas quando tentaram lhes retirar a independência ou submetê-los à servidão. Ainda, muitos indígenas destacaram-se ao

⁶⁶ “Houve os que trucidaram o bispo naufrago D. Pedro Fernandes Sardinha e cerca de 100 pessoas de sua comitiva, conservando-se a tradição de que, depois desse dia, nenhuma flor ou erva nasceu mais no lugar, - outrora fértil e belo - da medonha hecatombe. A crueldade, porém, era exceção”. (*Idem*).

longo da história brasileira e mostravam-se dignos de serem lembrados⁶⁷. Nesta seção, o autor também descreve algumas das tribos mais conhecidas, bem como seus costumes.⁶⁸

A superioridade dos indígenas brasileiros, segundo Affonso Celso, foi reconhecida pelo próprio governo português ao permitir, pelo Alvará de 4 de abril de 1755, o casamento entre os vassallos do reino com as mulheres aborígenes locais. Caso optassem por esta medida, não ficariam por isso com infâmia alguma, antes se fariam dignos da atenção régia, “(...) e quando alguns filhos ou descendentes desse matrimônio trouxessem requerimentos perante El-Rei lhe fizessem saber esta qualidade para, em razão dela, os atender mais particularmente” (*Idem*: 65).

Os africanos encontravam-se em solo brasileiro desde a fase colonial, inicialmente importados como mão-de-obra, mostrando-se sempre como “(...) dignos de consideração pelos seus sentimentos afetivos, resignação estoica, coragem, laboriosidade. Devemos-lhes imensa gratidão” (*Idem*: 71).

Apresentados como os mais desinteressados colonizadores de nossa terra, Affonso Celso os aponta como o elemento mais útil na formação do Brasil e de seu povo. Apesar de contarem com instintos de independência, eram capazes de se sacrificar por seus senhores, chegando a lutar em nossas guerras e portarem-se como verdadeiros heróis. As amas de leite negras cuidaram dos filhos de seus senhores como se fossem seus, tratando-os com carinho e devoção extraordinários. Esta relação íntima entre os diferentes elementos étnicos teria colaborado, segundo o autor, para que não houvesse no Brasil preconceito com relação à cor da pele dos indivíduos. Para substanciar seu argumento, aponta que mesmo nos tempos coloniais, a provisão de 9 de maio de 1731 afirmava não ser a cor da pele obstáculo para que um homem pudesse exercer o cargo de procurador da coroa. Por alvará datado de 12 de janeiro de 1733, aprovaram-se, nos corpos de infantaria de ordenanças, pardos com brancos, sem nenhuma distinção. E ainda, “Durante

⁶⁷ “No meio dos selvagens ou descendentes de selvagens brasileiros, sobressaem não poucos homens notáveis. Tebyriçá, sogro de João Ramalho, muito auxiliou os jesuítas. Ararigboya ajudou os portugueses a repelirem os franceses do Rio de Janeiro. (...) Cunhambé foi amigo de Anchieta. (...) Jaraguary era tio de Antonio Phillipe Camarão Poty, um dos heróis da epopeia pernambucana. (...) E quantas figuras lendárias, como a de Paraguassúm afilhada de Catharina de Medicis, levada à França por seu esposo Diogo Álvares, o Caramurú, e a de Moema, apaixonada do mesmo, seguindo a nado o barco em que ele ia, até exausta, desaparecer nas ondas?” (*Idem*: 62-65).

⁶⁸ Dentre os povos indígenas descritos por Affonso Celso encontram-se: *coroados*, os *muras*, canoieiros do Amazonas, *cayapós*, *apinangés*, *carayas*, *bororós*, *guatós*, *guayeyrús* e os *mundurucus* (*Idem*: 67 – 70).

o Reinado de D. Pedro II, vários descendentes de africanos mereceram condecorações e títulos nobiliárquicos”. (*Idem*: 72).

Sobre o uso do trabalho escravo no Brasil, Affonso Celso afirmou: “Se não é exato que o Brasil se demorou em abolir a escravidão, não menos certo é que em parte alguma foi solvida de modo mais inteligente e honroso” (*Idem*: 183). O uso do elemento servil como mão-de-obra, de forma isolada, não deveria ser visto como motivo de vergonha dentro da história nacional, pois foi uma prática comum adotada por diversos povos cultos e civilizados, chegando a ser legitimada por teólogos e doutores da igreja. Ainda, busca amenizar o uso do trabalho escravo no país mencionando o enriquecimento de outros países, como a Inglaterra, com o tráfico negreiro até o século XIX e sua difícil supressão; como a tardia extinção do trabalho escravo nas colônias francesas, que ocorreu apenas em 1848 e a diferença de tratamento dada aos escravos pelos norte-americanos:

Até hoje lutam os americanos do norte com o problema negro. Os homens de cor formam ali classe segregada e oprimida, sem as regalias sociais dos demais cidadãos. Não há casamentos entre pessoas de cor diferente. A pele escura é uma depreciação, um estigma, um motivo de aversão por parte dos brancos. Os pretos veem-se excluídos dos lugares públicos.” (*Idem*: 184).

No Brasil os escravos representavam cerca de um quarto da população total, sendo os únicos trabalhadores agrícolas confiáveis em um período em que a fonte principal de riqueza pública advinha da agricultura. Este sistema de trabalho não teria sido aqui adorado ou defendido, apenas tolerado, podendo ser identificados protestos contra o uso do cativo em nome da moral e do direito:

Condenava-se universalmente entre nós a propriedade servil. Os denominados escravocratas jamais se opuseram radicalmente à sua libertação; queriam só que ela se efetuasse em prazo longo, e mediante uma indenização, destinada à reorganização do serviço agrícola. (...) raros os senhores cruéis (*Idem*: 184 e 185).

Os negros, ao ver de Affonso Celso, eram tratados por seus senhores como cristãos, pois não lhes eram recusadas as práticas de suas religiões. O sofrimento dos escravos teria sido amenizado pela caridade e filantropia - características da população brasileira - pelos costumes do apadrinhamento e da alforria. Era prática comum que muitos dos libertos carregassem o sobrenome de seus antigos senhores; lhes sendo possível alcançar cargos e posições sociais, sem serem segregados (*Idem*: 185).

Apesar de lenta e progressiva a emancipação dos escravos não prosperou sem luta; a partir de agitações abolicionistas e forte oposição por parte dos escravistas. Apesar de todos os reveses, a abolição

Procedeu com o legislador, cerceando por todos lados a instituição, melhorando pouco a pouco a situação das vítimas, proibindo o apartamento das famílias, promovendo e facilitando a iniciativa emancipadora, evitando abalos e atritos nocivos ao bem público. (*Idem*: 186).

Foram elaboradas leis que possibilitaram reformar nossos costumes. De início, em 1851, foi proibido o tráfico negreiro. A libertação dos filhos nascidos de mulher escrava ocorreu no ano de 1871. Em seguida, a libertação dos cativos com mais de sessenta e cinco anos foi alcançada em 1885. Por fim, a extinção da escravidão era consagrada em 1888. “Em que ponto do globo, em que página da história se registra uma revolução social, econômica e política desta magnitude e alcance, executada de maneira tão nobre?”, indaga Affonso Celso (*Idem*: 188).

Sobre este tema, devemos aqui fazer um adendo. Apesar de possuir uma postura mais branda com relação à escravidão em *Porque me ufano de meu país*, Affonso Celso realizou uma condenação do uso do trabalho escravo em nossas terras na obra *Elemento Servil: Discurso Proferido na Sessão de 17 de Julho de 1884 pelo Deputado Dr. Affonso Celso Júnior*, publicada pela Tipografia Nacional. Ao se manifestar sobre o elemento servil no parlamento, o autor buscou comprovar o ganho de força da ideia abolicionista ao longo da década de 1880, fazendo uso de relatórios do Centro da Lavoura e do Comércio, tida como uma das maiores associações contrárias à abolição do cativeiro por ser a maior parte da prosperidade agrícola brasileira assentada em seu uso. (1884: 7 e 8).

As Leis de 1851 e 1871 já haviam modificado as estruturas da instituição e apontavam para uma nova direção a ser seguida: “E desde essa época os grandes proprietários rurais e o povo brasileiro todo inteiro, secundando os generosos esforços do governo imperial, auxiliam a obra da redenção”. (*Idem*: 10).

Com o intuito de evidenciar as mazelas lançadas pela adoção do trabalho escravo Affonso Celso utiliza os estudos de Alexis de Tocqueville sobre o impacto do sistema escravocrata nos Estados Unidos da América. Segundo o autor francês, o fim da escravidão deveria ser de maior interesse do senhor que do escravo (*Idem*: 12). Tal

afirmação deriva da constatação de que as províncias norte-americanas onde imperava o trabalho livre sem progrediram em riqueza, população e bem-estar, em escalas superiores às áreas que utilizaram a escravidão. Para comprovar o seu argumento, Affonso Celso compara os dois estados dos Estados Unidos:

Kentucky admitiu escravos, Ohio, não, reprimindo com severa penalidade quem os quisesse internar. (...) é que no Kentucky o trabalho se confundia com a ideia de escravidão, no Ohio com a de bem-estar, de progresso. De um lado achava-se degradado, do outro honrado. De um lado não há trabalhadores brancos, do outro não há vadios. Em um, o branco comunica à terra sua inteligência e a sua atividade, em outro explora-se o solo sem zelo, sem luz, sem discernimento. No Ohio cada qual trata de extrair da terra o máximo proveito, multiplicando-lhe a produção, pois limitado lhe é terreno que precisa cultivar. No Kentucky, a extensão das propriedades faz com que os donos desprezem os seus recursos. (*Idem*: 13-5)

Destas considerações, Affonso Celso conclui ser o trabalho assalariado mais rentável e melhor para o desenvolvimento dos valores éticos e morais necessários para um povo trabalhador, além de ser menos oneroso do que manter um trabalhador escravo por toda sua vida:

O branco vende o seu auxílio que é comprado quando útil. O negro é mantido sempre. Em ambos os casos paga-se em última análise: de um lado um salário certo, do outro com alimentos, roupas, cuidados. O que em geral faz preferir-se o primeiro sistema ao segundo é que o salário dado regularmente parece avultado. Entretanto, afinal de contas o certo é que o escravo custa mais caro e produz menos. Mas a diferença aludida vai mais longe: atinge a própria lama e o caráter do senhor. (*Idem* 16).

A influência da escravidão foi apontada como responsável por reduzir as capacidades intelectuais dos seres humanos; por pregar o ócio em detrimento do labor:

Eis aí, pois, a influência da escravidão sobre a produção de riquezas. Acresce a formação de corpos aristocráticos, a organização da ociosidade hereditária e honrosa, a influência deletéria na família, a intriga, a politicagem, frutos legítimos e inevitáveis do reme escravo. (*Idem*: 17).

Os países que adotaram o regime escravocrata encontravam-se menos povoados e desenvolvidos do que os cultivados por homens livres. Aduz, ainda, que a permanência da escravidão era um entrave à adoção de imigrantes europeus como uma opção de mão-de-obra: “Como se acomodará o europeu imigrante que abandonou a pátria e o lar em procura de trabalho, em uma terra em que o trabalho constitui uma desonra e um crime? Nós somos uma grande Kentucky” (*Idem*: 17).

Com estas considerações, Affonso Celso clamou, em sua fase republicana, por uma reforma dos costumes brasileiros. Como abolicionista, defendia a abolição independentemente das perturbações que viesse a causar. Contudo, mesmo se seus anseios não passassem de ilusão, era grato por acreditar na eficácia civilizadora da redenção dos escravos brasileiros, com o intuito de elevar o Brasil no cenário internacional e inseri-lo entre os povos que aboliram tal forma de trabalho: “Mas, bendita a quimera que me leva a falar-vos da grandeza da pátria, quando só apregoais o seu descrédito e a sua ruína... Bendita, mil vezes bendita, a ilusão que mais acreditar na eficácia civilizadora da redenção dos cativos.” (*Idem*: 43). Desta forma, é evidente a diferença de tom entre as duas obras de Affonso Celso: uma produzida em 1884, enquanto era um jovem republicano; e a de 1900, em que expunha sua proposta ufanista enquanto monarquista.

Retomando a análise do ufanismo de Affonso Celso e dando sequência aos elementos formadores do tipo nacional brasileiro, os portugueses brancos - “(...) desbravadores do nosso país (...)” (CELSONO, 1900: 76) - são apresentados ao leitor como representantes de um povo que, dentro da história humana, mais realizou conquistas com poucos recursos disponíveis. Dentre seus méritos e conquistas encontravam-se a exploração dos oceanos e a formação do Brasil, mesmo sendo um pequeno país dotado de baixos elementos populacionais:

A história não registra notícia de um povo que, com menos recursos, mais fizesse do que o português. Larga é sua contribuição para o progresso humano, que nunca empecuou. Subjugou o mar tenebroso, dilatou o perímetro aproveitável do planeta; e, sendo um dos mais diminutos e menos povoados reinos da Europa, formou esse colosso – o Brasil. Dá mostras de injustiça e gratidão o brasileiro que ataca ou deprime Portugal. (*Idem*: 75).

Os lusitanos forneceram contribuições às artes e à literatura - como o estilo gótico manuelino de Camões - e dotaram o povo brasileiro de heroicidade, resignação e esforço. Os portugueses são apresentados por Affonso Celso como um verdadeiro exemplo de trabalho e filantropia. “(...) elevam monumentos à caridade e à instrução. Em parte alguma é infecunda a sua passagem” (*Idem*: 76).

Elementos similares sobre a participação do português na formação do Brasil foram trabalhados por Affonso Celso anteriormente, no ano de 1895, em sua obra

Guerrilhas; onde ressaltou as conquistas de Portugal frente aos mares, com grandes conquistas na África e na Índia. A conclusão é de que por onde passam, os portugueses revelam extraordinárias faculdades:

(...) energia e adaptação, soberbamente aparelhados para o conflito do existir; mostram resignação e tenacidade admiráveis; constituem família, que adoram e superiormente educam; honestos, econômicos, unidos, empreendedores, abrem escolas, fundam hospitais, inauguram bibliotecas, e, excelentes cidadãos da nação onde habitam, não esquecem a pátria distante. (CELSO, 1895: 182).

Todas estas qualidades teriam prosperado nas terras brasileiras. A colonização portuguesa foi benéfica para a nação brasileira, sendo a responsável por nos inserir nos moldes civilizacionais do mundo ocidental e possibilitar ao Brasil ser uma nação próspera:

Eu saúdo esse núcleo de homens bons, honrados e laboriosos, os quais, melhor do que os monumentos de caridade e instrução que opulentam nossas cidades, erguem em nosso meio o padrão de seus exemplos, luminosas balizas na estrada da vida para as vindouras gerações; eu saúdo a colônia portuguesa no Brasil (...). Estes predicados possibilitaram o Brasil almejar a felicidade, bem como saudar as venturas de Portugal; equivale a beber à prosperidade do Brasil! (CELSO, 1895: 1895).

Com relação ao uso de degredados para a colonização brasileira, Affonso Celso, recorrendo aos ensinamentos de Porto Seguro e João Francisco Lisboa, manifesta-se no sentido de que não eram malfeitores ou os piores elementos humanos de Portugal; discurso capaz de ser sustentado somente por ignorantes ou detentores da intenção de diminuir a imagem do povo brasileiro (CELSO, 1900: 77). Neste sentido, Portugal não teria abandonado ou desprezado a colonização do território brasileiro, até porque não haveria diferença significativa de tratamento com relação às demais colônias tendo em vista o escasso número de pessoas disponíveis para serem enviadas aos novos territórios.

Apesar de ser verdadeiro o envio de degredados para o Brasil por parte de Portugal, eles foram excluídos da colonização, principalmente por meio de protestos das populações locais. O título de degredado não significava que determinada pessoa era perversa ou deturpada, uma vez que o Código Penal português era de elevado rigor, chegando a aplicar a pena de degredo para o Brasil a crimes de natureza leve (CELSO, 1900: 78). Por outro lado, parte dos condenados era inocente. Para os criminosos de fato, Affonso Celso defendia que a transplantação geográfica fora capaz de os regenerar. Ainda, dentre os primeiros exploradores, encontram-se marinheiros náufragos, tais como

Diogo Álvares e João Ramalho, que se mostraram exímios exploradores. Por fim, as capitâneas, em que foram divididas a colônia, foram preenchidas por diversos elementos da corte portuguesa, tais como fidalgos, ricos proprietários, militares, escritores e altos empregados.

Assim, postula Affonso Celso que concorreram para o povoamento da colônia e formação de nosso povo expedições realizadas por militares, magistrados, funcionários de diferentes categorias e fidalgos que posteriormente acompanharam D. João VI. O uso de degredados mostra-se mais do que justificado, uma vez que “Portugal não podia fazer mais do que fez, dados os seus recursos e suas ideias da época” (*Idem*: 79). Mesmo com a comprovação do uso de degredados em número significativo, caberia aos brasileiros aceitar a origem humilde de seu povo, não havendo desonra neste fato histórico: “Ao contrário, glória nos advém de haveremos chegado ao que chegamos, partindo tão de baixo” (*Idem*).

Do cruzamento das três raças – portuguesa, africana e indígena – originou-se o mestiço, apresentado por Affonso Celso como o autêntico tipo nacional brasileiro, sendo o mameluco ou caboclo, o resultado da união entre os elementos branco e aborígine, e o cafuzo ou caboré, engendrado do selvagem com o negro. Os mamelucos seriam caracterizados por sua energia, espírito de iniciativa, força de resistência a trabalhos e privações, tendo se destacado principalmente em nossa fase colonial. Por sua vez, os cafuzos, apesar de possuírem os mesmos atributos, contariam com alguns vícios; “(...) entre os quais avulta o da imprevidência, total despreocupação com o futuro” (*Idem*: 81).

Os mestiços brasileiros teriam sido, e ainda seriam, os que mais contribuiriam para o progresso do país e acumulação de riqueza pública pois estavam-se aptos para realizar determinados trabalhos deletérios aos brancos:

Não se prestam a trabalhos sedentários, mas são exímios na exploração da indústria pastoril, importante num país como o Brasil, onde abundam os campos. São mestiços os vaqueiros, notáveis pela sobriedade e desinteresse, gozando sempre de inalterável saúde; são mestiços os canoieiros e jangadeiros do norte; são mestiços os cearenses adaptáveis aos mais rudes climas e aos mais duros labores; são mestiços os caipiras, independentes e fortes; são mestiços os gaúchos, afeitos à existência errante, vivendo em cima do cavalo, infatigáveis. De forma e destreza raras, prontos à aventura, audaciosos e astutos.” (*Idem*: 81 e 82).

O episódio de Canudos é apontado pelo autor como exemplo de tenacidade, dedicação e bravura do mestiço, uma vez que poucos e armados conseguiram fazer frente ao exército republicano. Ainda, os mestiços colaboraram para o desenvolvimento da língua brasileira, a partir das cantigas de viola e de sua linguagem especial.

Os nobres predicados do caráter nacional, originados da mistura das raças que compuseram o povo brasileiro, são elencados como o sétimo motivo de orgulho nacional. Fisicamente, o brasileiro não mostra defeitos; muitos possuindo elevada estatura, vigor e agilidade. O caráter do povo brasileiro contaria com dez elementos, sendo eles: (i) sentimento de independência, tão elevado que beiraria à indisciplina; (ii) hospitalidade; (iii) afeição à ordem, à paz e ao melhoramento; (iv) paciência e resignação; (v) doçura, longanimidade e desinteresse; (vi) escrúpulos no cumprimento das obrigações contraídas; (vii) espírito extremo de caridade; (viii) acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro; (ix) tolerância, evidenciada pela ausência de preconceitos de raça, religião, cor e posição social e (x) honradez no desempenho de funções públicas ou particulares. (*Idem*: 85 e 86; CHAUÍ: 2000; 52).

Não seria o brasileiro, também, desprovido de espírito patriótico: “Não costumamos alardear patriotismo, mas temo-lo, capaz de altos feitos, como quem mais o tenha” (*Idem*: 87). Também não seríamos indecisos ou incapazes de empreender iniciativas originais. Nossa letargia, ou falta de firmeza e decisão, são apontadas pelo autor como desvirtudes – e não vícios irremediáveis –; passíveis de serem corrigidos através da educação. Apesar das condições da terra serem propícias à facilidade da vida humana, incentivando comportamentos desprovidos de diligência e esforço, uma das principais causas de nosso atraso, principalmente na área do trabalho, e causa de algumas de nossas tendências ruins, já fora superada: a escravidão.

Por estes fatores, Affonso Celso discorre que o brasileiro possui um saldo positivo de qualidades, em detrimento de seus defeitos. Como não somos refratários a ensinamentos ou mesmo insuscetíveis a correções comportamentais, somos capazes de nos desenvolver ainda mais do ponto de vista moral e intelectual. Os brasileiros, portanto, são homens de sentimentos elevados: “(...) sois uma generosa nação. Tendes a dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da América” (*Idem*: 88).

Restaria apenas ao povo cultivar os nossos excelentes predicados, em prol de um futuro glorioso: “tudo autoriza a afirmar resultados prodigiosos como o das sementes plantadas no nosso solo, convenientemente lavrado.” (*Idem*).

Do caráter do povo brasileiro deriva o oitavo motivo para o orgulho nacional: o procedimento cavalheiresco e digno para com outros povos. O Brasil é inserido como um país que nunca humilhou outras nações, revelando sempre um tratamento digno mesmo em difíceis circunstâncias. Desta forma, as relações internacionais brasileiras consistiriam em procedimentos “(...) que observa em tudo um homem de bem” (*Idem*: 118). Ademais, o Brasil nunca se envolveu em guerras de conquista, tendo entrado em conflito apenas quando o recurso do arbitramento não logrou êxito.

Desta forma, a superioridade de nossa população ou do tipo nacional brasileiro, deve-se, segundo Affonso Celso, à excelência dos três elementos que entraram em sua formação. Dos indígenas teríamos herdado a beleza, a força, e a coragem. Dos negros, a afetividade, estoicismo e a laboriosidade. Os portugueses, por sua vez, propiciaram no nosso espírito os elementos da bravura, do brio, da tenacidade, da união, da filantropia, do amor ao trabalho e do patriotismo. Estes últimos, são também retratados como um povo heroico, capaz de lograr êxito em diferentes empreendimentos e áreas do conhecimento humano, mesmo sendo um povo oriundo de um pequeno país e dispondo de poucos recursos humanos. Da mistura destes três povos, resultou o mestiço, detentor das dez qualidades do caráter nacional já mencionados.

Ao apresentar o elemento negro, é importante salientar aqui a crítica formulada por Dante Moreira Leite: em momento algum Affonso Celso fala da existência do mulato, o resultado da união com o negro. Apesar de defender o mestiço como o típico representante da população brasileira, esta ausência evidencia uma relutância do autor em tratar as relações entre brancos e negros, uma vez que este era o elemento populacional, talvez, mais comum do Brasil. (LEITE, 2007: 261).

Também é mister apontar que o ufanista realiza uma maior apresentação e descrição do povo indígena do que dos negros e dos portugueses. Na parte dedicada aos aborígenes, chega a realizar detalhadas descrições das diferentes tribos, apesar de fazer referência, na maioria das vezes, apenas às comunidades simpáticas à colonização portuguesa (CELSO, 1900: 53; LEITE, 2007: 259).

Com relação aos negros, Affonso Celso quase não menciona o tráfico negreiro e adoção do sistema escravocrata em sua proposta ufanista. Todavia, devemos lembrar que tais elementos são trabalhados em outras obras, como em seu discurso parlamentar de 1884. Os portugueses são retratados como um povo heroico, capaz de lograr êxito em diferentes empreendimentos e áreas do conhecimento humano, mesmo sendo um povo oriundo de um pequeno país e dispondo de poucos recursos humanos.

As considerações realizadas por Affonso Celso quanto ao povo brasileiro não são originais. Muitas das teses sustentadas em sua obra *Porque me ufano do meu paiz* já haviam sido elaboradas ao longo do século XIX, podendo ser encontradas nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como no conhecido trabalho de Von Martius. Na seção seguinte iremos abordar alguns pontos de correspondência entre a imagem do povo brasileiro contida em seu discurso ufanista com alguns elementos historiográficos produzidos por esta instituição e, em seguida, apresentaremos o último eixo temático da proposta ufanista do autor estudado: a história brasileira.

3.3 – “A nossa história não é pálida e fastidiosa”: defesa da história nacional e correlações do ufanismo com o IHGB e Von Martius.

Se não abundam feitos extraordinários na história pátria, também não os há deprimentes ou vergonhosos. (CELSONO, 1900: 123).

Affonso Celso Júnior ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892, na qualidade de sócio efetivo. Foi orador pelo período compreendido entre janeiro de 1906 e 1912, ano em que foi eleito presidente. Sucedeu ao Barão do Rio Branco nesta posição, permanecendo como presidente perpétuo até sua morte, em 1938. Segundo Cerqueira, o IHGB ainda era, neste período, a mais importante confraria acadêmica do Brasil, uma vez que a Academia Brasileira de Letras ainda não havia sido fundada (2013: 222). Desta forma, podemos assumir que Affonso Celso estava familiarizado com a produção acadêmica do instituto, principalmente a realizada ao longo do século XIX, tendo ela influenciado sua escrita e formação, como pode ser constatado pelos elogios tecidos ao órgão acadêmico e à revista por ocasião do dia 17 de março de 1893:

Os serviços por ele prestados à cultura pátria, considero-os como beneméritos de reconhecido respeito por parte de quantos prezem à civilização. A sua Revista, admirada nos mais esclarecidos centros intelectuais do mundo, constitui

inestimável repositório de preciosos dados, documento brilhante de nossa mentalidade, contribuição opulenta para o progresso científico universal. (CELSO, 1891; IHGB, 1938: 352).

Criado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi responsável, durante quase um século, pela institucionalização da produção historiográfica no Brasil, constituindo-se como principal lugar de onde se pensou, discutiu e escreveu a história brasileira (GUIMARÃES, 2011: 73; RODRIGUES, 2001: 6; PAZ, 1996: 227).

Os trabalhos deste órgão são representativos de um esforço no sentido da escrita da história brasileira a partir dos parâmetros metodológicos vigentes na Europa daquele período. Para compreender o trabalho realizado pelo IHGB durante o período Imperial é necessário relacioná-lo com o processo de formação das nacionalidades e nacionalismos no universo ocidental durante o século XIX. Neste diapasão, a História foi encarada como forte elemento identitário para a formação de novas nações.

A historiografia produzida por este órgão foi marcada pela política centralizadora do Estado Brasileiro, focando na construção da nação brasileira (GUIMARÃES, 2011: 12). Durante o período Imperial, tanto políticos quanto funcionários públicos e intelectuais empreendiam esforços criativos para discutir tópicos capazes de vincular o passado, o presente e o futuro do novo país. Era preciso dar uma identidade ao Brasil. A questão era como.

Desta forma, podemos assinalar dentre os temas abordados, uma preocupação com relação às origens da nação e descoberta, ou criação, de experiências comuns, capazes de organizar e concretizar esta mesma nação (SANDES, 2011: 21). Esta tarefa seguiria um caminho duplo, pois ao mesmo tempo em que buscava aproximar o Brasil dos demais povos civilizados, procurava os seus elementos singulares, com o intuito de diferenciá-lo (RODRIGUES, 2001: 3). Dentre os principais temas estudados, podemos destacar as consequências da colonização brasileira pelos portugueses, o emprego do trabalho escravo, a miscigenação e a figura do indígena. O branco, o negro e o indígena foram os elementos formadores da população brasileira, e caberia aos intelectuais, neste momento, mostrar que era possível a formação de uma identidade nacional brasileira, mas para isto seria preciso buscar a história, como fator de união destes três elementos humanos.

Dentre as principais atribuições do IHGB estava a de escrever a história do país, bem como analisar, criticar e validar trabalhos historiográficos realizados sobre o Brasil (GUIMARÃES, 2011: 53). O diálogo com instituições de natureza similar de países estrangeiros era mister neste sentido, a partir da troca de publicações em suas respectivas revistas, participação e aceitação de membros correspondentes (FARIA, 1970). Estes elementos possibilitaram ao IHGB, ao menos até a década de 1870, ser o único espaço reconhecido e legitimado para escrever a história nacional, sendo o seu principal veículo de comunicação a sua revista institucional.

Dentre os temas abordados pela revista encontra-se o período colonial brasileiro, o que evidencia uma preocupação com a definição dos marcos de origem da nação brasileira. Para Velloso e Madeira (1999: 27), a preocupação com a colônia dizia respeito aos aspectos herdados pelos portugueses e na percepção de como tais elementos impactariam no povo. Guimarães pontua, ainda, que as viagens de exploração, a questão indígena e os debates sobre história regional foram outros grandes temas abordados no período (1988: 20).

A fundação do IHGB se deu em um contexto onde a definição da nação brasileira era um problema crucial, tornando-se um espaço onde os interesses políticos e particulares mesclavam-se ao abordar temas nacionais. A escrita da história nacional realizada por seus membros tinha um ponto de vista nacional, utilizando recursos metodológicos europeus. Assim, através da história e do nacionalismo, prática típica do pensamento historiográfico do século XIX, foram buscadas representações com o intuito de assinalar as origens comuns do Brasil para se estudar a realidade nacional.

A produção de uma memória comum (POLLACK, 1983) evidencia o esforço em consolidar uma tradição histórica capaz de explicar o Brasil e seus componentes nacionais, levando a uma representação e seleção do passado (SANDES, 2000: 10). O século XIX foi marcado pelo historicismo, visão que defendia caber à história a compreensão da realidade, fornecendo estabilidade às suas comunidades.

Neste sentido, temos a afirmação de Raimundo José da Cunha Mattos, em seu trabalho *Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e moderna do Império do Brasil* (1863: 137), em que define ser a história uma ciência narrativa e descritiva de eventos passados e presentes, responsável por articular diferentes ramos do

saber humano. O seu principal objetivo era levar os homens a desenvolverem virtudes e abandonar os vícios que atrapalham o bom funcionamento das sociedades. Destacasse, assim, o caráter pragmático desta ciência, focada em explicar e expor os eventos, bem como sua capacidade de orientar os cidadãos em sua vida prática. De acordo com Sandes (2000: 19), a divulgação de biografias de indivíduos que desempenharam importante papel em nossa história nacional deveria ser uma das prioridades do IHGB, com o intuito de fornecer modelos de cidadãos dignos de serem seguidos pelos demais cidadãos.

Cabe aqui apontar que Affonso Celso, ao abordar a história nacional brasileira em *Porque me ufano de meu país*, elenca nomes de indivíduos que considera grandes exemplos a serem seguidos, por serem “(...) Nomes notáveis, e belos exemplos de civismo, desinteresse, coragem e honestidade” (CELSO, 1900: 167). Dentre os mencionados⁶⁹, dedica maiores palavras a D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II. O primeiro é apresentado como um homem detentor de altas qualidades, tais como cavalheirismo, coragem, franqueza e atividade (*Idem*: 170). Suas principais conquistas em vida teriam sido a fundação de um vasto e esperançoso Império, libertado um antigo reino, renunciado a duas coroas e servido a duas pátrias, motivos pelos quais teriam deixado uma “(...) fama imortal na Europa e na América” (*Idem*: 172).

Contudo, seria D. Pedro II a maior personalidade, o grande vulto, digno de menção em nossa história. O Imperador é apresentado pelo autor como o mais eminente dos brasileiros, o mais nobre dos americanos, tendo sido um bom, um desinteressado e o verdadeiro amigo da Pátria (*Idem*: 173). Um bom exemplo para o Brasil. Após a realização de uma breve biografia, conclui Affonso Celso que foi D. Pedro II o responsável por reprimir

(...) o caudilhismo no Brasil e no Prata, garantiu 40 anos de paz interna, sufocou cinco revoluções – em S. Paulo, Minas,

⁶⁹ Affonso Celso menciona estes indivíduos como dignos de exemplo: Pero Lopes de Souza, navegador e cronista; dentre os governadores gerais nomeia Thomé de Souza; Mem de Sá, Manoel Telles, Barreto de Menezes, Mathias de Albuquerque, André Vidal de Negreiros, Gomes Freire de Andrade, o Marques de Lavradio, o Conde da Cunha, o Conde de Azambuja, Luiz de Vasconcellos, Manoel Bequimão, Tiradentes, Alexandre de Gusmão, José da Silva Lisboa, Hipólito José da Costa, Evaristo Ferreira da Veiga, Diogo Antônio Feijó, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Duque de Caxias, General Osório, Gregório de Mattos, José Brasília da Gama, Gonçalves Dias, Fagundes Varela, Castro Alves, João Francisco Lisboa, Tobias Barreto, Teixeira de Freitas, José Maurício Nunes Garcia, Carlos Gomes, Conceição Velloso, Alexandre Rodrigues Ferreira, Manoel Feliciano, José de Lacerda, Bartolomeu de Gusmão, e Santos Dummont. (CELSO, 1900: 167-170).

Maranhão, Rio Grande do Sul e Pernambuco, - sustentou três gloriosas guerras externas, destruindo três tiranias, - a de Rosas, a de Aguirre e a de Lopez, assegurou a independência do Uruguai e do Paraguai; contribuiu decisivamente para a libertação de dois milhões de escravos. (*Idem*: 175).

O antigo monarca foi também o responsável por desenvolver o país, na visão de Affonso Celso. Comparando o Brasil de 1840 com o de 1889, o Conde de Ouro Preto atribui a D. Pedro II a imensa prosperidade alcançada pelo Brasil, principalmente na economia e na infraestrutura nacional. Como político teria sido justo em sua administração, portando-se como um funcionário perfeito, e no âmbito particular como um bom pai e esposo. Quando exilado, teria mostrado sua verdadeira grandeza e hombridade, mostrando-se disposto a ajudar o Brasil se fosse solicitado. Lembremos que a figura de D. Pedro II é exaltada em toda a sua produção intelectual, como já expomos nos capítulos anteriores. Desta forma, podemos verificar que Affonso Celso também se preocupou em fornecer em sua proposta ufanista nomes dignos de servirem como exemplos, morais e cívicos, para os cidadãos brasileiros. Preocupação também existente no IHGB desde sua origem.

Aqui cabe lembrar que uma das maiores referências da escrita historiográfica do IHGB foi o trabalho de Karl Von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, texto publicado originalmente em 1844. As ideias deste acadêmico estavam de acordo com a concepção de construção do conhecimento utilizado pela instituição, ou seja, de buscar valorizar os estudos da natureza e enxergar nas viagens um modo de conhecer e produzir conhecimentos. Sua tese foi a vencedora do concurso lançado pelo IHGB no mesmo ano, em que buscava as melhores diretrizes de como deveria ser escrita a história nacional brasileira (GUIMARÃES, 2011: 127)

Von Martius via a peculiaridade da nação brasileira na miscigenação da população, originada da mistura do branco, índio e negro: “Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças destas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”. (1982: 87). Cada uma das raças teria colaborado com determinadas características físicas e morais.

Do português, o nosso tipo nacional, segundo Von Martius, teria herdado o espírito conquistador e descobridor, capacitando o brasileiro como independente, sendo este o mais importante elemento constitutivo. Em menor grau, os negros e indígenas

também colaboraram para o desenvolvimento, principalmente físico, e moral da população brasileira. A imagem do Brasil, como um país formado por uma população mestiça o qualificava e o distinguia dos demais, mantendo a ideia do brasileiro como herdeiro do mundo luso e da civilização europeia. A participação das raças indígena e negra em nossa formação era fundamentada, a partir do argumento filantrópico, ao realçar uma empatia cosmopolita frente às diferenças étnicas e culturais. Todos estes elementos tratados por Von Martius também estavam presentes na concepção de povo desenvolvida por Affonso Celso, como expomos acima.

Em seu trabalho, Von Martius afirma que a escrita da história brasileira deveria focar no aprimoramento das três raças. A miscigenação, ao mesmo tempo em que é o resultado de um processo histórico, deveria ser utilizada como uma chave de leitura para apreender a realidade nacional, a partir do estudo de seu passado, presente e futuro. Segundo Von Martius:

Portando, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na História Antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim. (1982: 89).

Segue, Von Martius, que para compreender o papel das raças na formação do brasileiro seria necessário estudar cada uma delas de forma isolada, inicialmente, para depois verificar o contato entre elas e suas relações dinâmicas. O indígena deveria ter sua natureza primitiva estudada, principalmente por trabalhos etnográficos, focados na observação direta, estudo da língua e comparação com povos vizinhos e atividades espirituais. A língua deveria ser a primeira coisa estudada, pois permitia a análise das crenças religiosas, regras de conduta, hábitos e costumes das populações aborígenes que aqui habitam. Neste sentido, era recomendável um estudo comparativo com os demais povos primitivos da América Latina.

O estudo do português, o elemento branco para Martius, deveria englobar a inserção do Brasil no mundo ocidental, com a chegada dos europeus no continente americano. Esta tarefa seria alcançada como estudo e compreensão do funcionamento do império ultramarino português. Sua expansão e atuação no comércio internacional deveriam ser vistos como um todo, sendo os elementos responsáveis por inserir o novo

país na lógica da comunidade internacional e no sistema colonialista. Desta forma, ênfase seria dada aos estudos da legislação lusitana e ao funcionamento de sua administração colonial:

O historiógrafo do Brasil ver-se-á arrastado por tais observações a jamais perder de vista na História da Colonização do Brasil e do seu desenvolvimento civil e legislativo (...) os movimentos do comércio universal de então, e incorporá-los mais ou menos extensamente à sua História (*Idem*: 96).

Neste sentido, o estudo das relações entre o clero e a monarquia mostrava-se como campo profícuo de estudo, segundo Von Martius, pois a atuação das ordens religiosas no Brasil, principalmente no período colonial, teria sido um dos maiores fatores no processo civilizatório, onde os arquivos das ordens seriam fontes para pesquisas documentais, principalmente dos jesuítas. A continuidade do mundo português em terras brasileiras deve-se a uma tradição intelectual comum, trazida destarte por estes missionários. Martius ressalta ainda a importância da conquista do interior do território nacional pelos movimentos das Entradas e Bandeiras, verdadeiros ícones do espírito aventureiro do português, que levaram à ampliação do território e descobrimento das riquezas, como ouro e pedras preciosas.

Sobre os jesuítas, Affonso Celso - dentro de seu discurso ufanista - afirma que foram responsáveis por grandes feitos, contando com figuras notáveis em suas fileiras: como Manoel da Nóbrega, primeiro governador geral; a administração de Aspilcueta Navarro, que aprendeu o idioma dos índios e preparou manuais capazes de catequisar os indígenas em nosso país; José de Anchieta, responsável por elaborar a primeira gramática baseada na língua tupi; João de Almeida e Antônio Vieira. Este último é apresentado como um dos maiores escritores da língua portuguesa, sendo ele “(...) uma glória ao Brasil, pois no Brasil se educou e passou a maior parte da extensa e proveitosa existência” (CELSO, 1900: 132). Podemos dizer que os jesuítas foram responsáveis, segundo Von Martius e Affonso Celso, em grande parte por trazer e divulgar a cultura, a religião, isto é, legados da civilização portuguesa nos trópicos.

Segundo o Conde de Ouro Preto, os jesuítas realizaram grandes serviços no Brasil, sendo os mais notáveis “(...) a conversão dos índios, de quem foram sempre advogados; educação da mocidade; construção de grandes edifícios – igrejas, palácios, conventos –

que passaram a ser importantes próprios nacionais” (*Idem*: 135). Quanto aos índios, afirmou que os jesuítas foram os responsáveis por combater suas crenças e seus vícios, bem como a poligamia, a embriagues e a antropofagia. Aprendendo o idioma das tribos, iniciaram a catequização de seus membros. Desta forma, os jesuítas são considerados, por Affonso Celso, como o elemento moral da primitiva sociedade brasileira, cujos costumes tentaram elevar. Por suas contribuições, os jesuítas mereciam respeito e consideração dos brasileiros: “Foram incontestavelmente grandes amigos nossos. Mal de nós se lhes não tributássemos respeito e gratidão” (*Idem*: 138).

Affonso Celso também se manifestou quanto à importância dos bandeirantes para a história nacional. A exploração e o povoamento das regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Oeste de São Paulo são consequência das viagens de exploração, realizadas muitas vezes sem o apoio do governo e às custas dos próprios viajantes e exploradores. Digno de consideração e de nota são os feitos destes corajosos desbravadores, que são resumidas na seguinte passagem por Affonso Celso:

Há poesia e grandeza imensas, indomável energia, tenacidade incomparável, nesses bandos de aventureiros que, sem itinerário, sem bússola, sem abrigo, guiando-se apenas pelo curso dos rios, pelas altas montanhas ou à lei do acaso, alimentando-se dos produtos da caça e da pesca, dormindo ao relento, navegando em jangadas, transpondo cachoeira, paus, abismos, florestas ínvias, sítios quase inacessíveis, arrotando feras, répteis, selvagens antropófagos, astutos e vingativos, debelando perigos mil vezes mais formidáveis que os do oceano desconhecido, através de febres, naufrágios, desastre, ferimentos, guerras, sacrifícios constantes, lá se iam à conquista do remoto sertão misterioso. (CELSONO, 1900: 139).

Quanto à colonização portuguesa, Affonso Celso a caracteriza como menos violenta que a realizada pela Espanha nos territórios vizinhos, “(...) acrescentando que Cabral topou apenas com brancos selvagens, enquanto Cortez e Pizarro encontraram civilizações adiantadas no México e Peru, e totalmente as destruíram.” (*Idem*: 123.). Nosso regime colonial teria sido mais suave que o de quase todos os demais povos americanos, contando com leis brandas e boas, muitas em vigor até o século XIX.

As leis coloniais portuguesas eram pautadas pela tradição do povo ibérico e pela prática das nações mais avançadas da época, sendo apenas adaptadas ao meio em que era aplicada, segundo Affonso Celso. No Brasil, teria existido um regime mais tolerável e aberto do que na própria metrópole. A uso do sistema de capitanias entre 1530 e 1535

teria tornado a colônia quase independente do ponto de vista administrativo, o que assegurava “(...) uma política de sensata liberdade isentava a agricultura, a indústria e o comércio das restrições vexatórias, franqueando a colônia aos estrangeiros, mediante o pagamento de leves direitos diferenciais” (*Idem*: 124). Os impostos, aqui, seriam mais moderados e era livre a locomoção de indivíduos entre as capitanias, bem como para o estrangeiro.

Durante o sistema dos governos gerais, que durou de 1548 até a Independência, o Brasil teria se organizado mais constitucionalmente que Portugal, no entendimento do Conde de Ouro Preto. Esta fase teria sido marcada por um efetivo controle da administração colonial, onde os governadores eram obrigados a prestar contas à coroa portuguesa, de forma que não existia abusos da administração portuguesa durante estes anos. Ainda, afirmava que no regime colonial brasileiro haviam três fatos que muito nos enobreciam: “(...) a independência atribuída pelas leis ao poder judiciário e de que realmente ele gozava; a autonomia do elemento municipal; a ausência de preconceitos de raça, cor ou seita” (*Idem*: 126). Os magistrados, no exercício de seus cargos, eram livres para aqui atuar, não se submetendo aos caprichos da metrópole portuguesa. Quanto à autonomia municipal, desde 1531 podiam ser observadas a existência de “simulacros de Câmaras municipais”, responsáveis por nomear e suspender governadores, bem como realizar outras atividades políticas. Contudo, estas faculdades advinham mais do direito costumeiro do que efetivamente permitido por Portugal. No tocante à ausência de preconceitos, já abordamos o entendimento do autor sobre a possibilidade de os colonos desposarem nativas da região, bem como promover alianças com tribos indígenas. Todos estes elementos tratados por Affonso Celso levaram-no a concluir que o período colonial foi marcado pela ordem e paz:

Acrescentai que no regime colonial a regra foi ordem, paz, raras guerras civis, progresso continuo, sem vicissitudes revolucionárias e retrocessos violentos; que, abolido esse regime, continuamos amigos da mãe pátria; que as nossas crônicas estão cheias de episódios comoventes, trágicos e heroicos, lendas poéticas, questões curiosas, prendendo-se a nossa história todos os fatos notáveis ocorridos no Ocidente desde 1500, quais as Renascença, a Reforma Luterana, o prestígio e decadência da Companhia de Jesus, a grandeza e o declínio da Espanha, a supremacia da Holanda e da Inglaterra nos mares, as guerras de sucessão, a revolução francesa, Napoleão; que conhecemos com plenitude certas liberdades quando nas sociedades mais cultas elas ainda sofriam restrições; - e confessareis que o nosso passado, longe de

nos humilhar ou entristecer, ministra-nos altos títulos de ufania. (1901: 137).

Retomando a proposta de Von Martius: o negro é apresentado pelo historiador estrangeiro como o último elemento racial responsável pela formação do povo brasileiro: “Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros”. (1982: 102) De forma breve, defende que o estudo do povo africano deveria versar sobre sua condição de importados, seus costumes, seu comportamento civil, crenças e formação moral. A experiência portuguesa com o tráfico negro colaboraria para a compreensão do movimento colonizador.

Desta forma, o encontro das raças é o eixo central da compreensão histórica brasileira proposta por Von Martius. A sua escrita deveria versar sobre a história dos portugueses e sua atuação na colônia brasileira, explorando as relações e contribuições em menor escala, dos elementos negros e indígenas para a formação do tipo nacional. Após vincular o processo histórico às concepções de existência e características do meio, Martius sustenta a defesa da história como mestra da vida, cujo papel seria propiciar informações para a compreensão do tempo presente com o intuito de construir um futuro seguro e desejável. Caberia à História a criação de laços entre as diferentes regiões e pessoas do país, com intuito de assegurar a manutenção da unidade territorial e a formação de uma nação. Sobre o dever do historiador para com sua pátria, afirma:

A História é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamento do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas (1982: 106).

Apesar do alcance da influência das ideias de Von Martius ser questionado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995: 574-576), sua tese sintetiza muitas das concepções norteadoras dos trabalhos do IHGB. Sua dissertação é tida por José Reis como o primeiro plano para o desenvolvimento da historiografia brasileira, sendo um dos elementos responsáveis por delimitar o que viria a ser o mito da democracia racial. Segundo este autor:

Surgiu de seu projeto a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil nação, que se entranhou profundamente nas elites e na população brasileira, Von Martius lançou os alicerces do mito da democracia racial

brasileira. Para ele, a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de raças (1999: 26).

Pelo exposto, podemos concluir que Affonso Celso selecionou como representativos da nação brasileira, como também o fez Von Martius e outros intelectuais de sua época, a natureza e a população. Esta última foi formada pelo contato das três raças – o índio, o negro e o branco –, sendo a mestiçagem a principal característica definidora do brasileiro (VELLOSO e MADEIRA, 1999).

O índio e o branco foram os elementos eleitos como positivos na formação do brasileiro. O negro foi pouco trabalhado pelo autor, assim como por Von Martius, figurando como elemento em situação inferior ou contrária à “civilização” moderna e à nacionalidade brasileira. Verifica-se o reconhecimento do Brasil como um país plural, contando com membros não apenas europeus em sua composição. Apesar de mestiça, seus elementos originários eram apresentados de modo diferenciado qualitativamente. O estudo e conhecimento destes elementos marginais, do índio e do negro, são demonstrativos de um esforço da intelectualidade brasileira em incorporar o Brasil no mundo ocidental, e ao seu possível reconhecimento como nação civilizada (PAZ, 1996: 29). Neste diapasão, o estudo da realidade brasileira era necessário para a seleção dos elementos capazes de fortalecer os traços identitários entre as diferentes regiões do país.

O discurso ufanista de Affonso Celso, bem como a proposta historiográfica do IHGB, buscava vincular a história nacional à europeia, sendo a colonização portuguesa o elemento capaz de integrar o Brasil ao grupo das nações civilizadas. Dentre os elementos atribuídos pelos portugueses, são destacados o uso da língua portuguesa, a difusão do cristianismo, a forma de governo e a legislação. Contudo, a busca por elementos capazes de assinalar a singularidade brasileira no mundo ocidental frente às demais nações também era necessária, para reforçar a independência do Brasil perante sua antiga metrópole.

Dentre os fatos importantes da história brasileira capazes de fornecer conhecimentos sobre o presente estava o sistema de colonização empregado por Portugal. Affonso Celso filia-se à corrente historiográfica que vê a colonização do Brasil pelos portugueses como um passo rumo à entrada do nosso país no mundo civilizado. Dentro de uma perspectiva linear de tempo e espaço, o autor vê no descobrimento do continente

americano, e em particular das terras brasileiras, um requisito para a continuidade do progresso humano, capaz de inserir o Brasil no mapa do universo ocidental civilizado. Podemos mencionar o trabalho de Caetano Alves de Sousa Filgueiras *Reflexões sobre as primeiras épocas da história do Brasil em geral e sobre a instituição das capitânicas em particular*, produzida em 1856 no âmbito do IHGB, como representativo deste entendimento, uma vez que apresenta a colonização brasileira realizada por Portugal como forma de inserir nosso país na civilização ocidental (RODRIGUES, 2001: 89).

O empreendimento português não teria sido falho ou casuístico, levando em consideração a escassez de recursos, principalmente humanos. Portugal fez o melhor que pode e o uso do sistema de capitânicas foi para Affonso Celso uma boa opção, possibilitando o desenvolvimento de cada região. Não há menção aqui, aos riscos da escolha deste tipo de administração, como a fragmentação do território, por exemplo. Com este entendimento, podemos mencionar Fernandes Pinheiro, *Discussão histórica: o que se deve pensar da colonização seguida pelos portugueses no Brasil?* (1871), onde critica o sistema de capitânicas, por ser incompatível com a vastidão de nosso território e à distância em relação à metrópole, bem como teria introduzido em nosso meio a excessiva autonomia provincial, capaz de fomentar o desmembramento de nosso território.

O passado colonial brasileiro é apresentado por Celso como grandioso e marcado pela ação de homens que, apesar de sua origem simples, foram capazes de manter e difundir valores civis europeus. A ideia dos portugueses como povo atrelado às origens da civilização ocidental foi destacada para criar um laço de continuidade entre o grandioso passado dos povos europeus (RODRIGUES, 2001, 95). Uma visão positiva da colonização portuguesa também pode ser encontrada em Homem de Mello, em seu texto *Discussão histórica: o que se deve pensar do sistema de colonização adotados pelos portugueses para povoar o Brasil?* datado de 1871, onde a empreitada colonial é vista como uma grande conquista realizada por um pequeno país dotado de poucos recursos.

Neste sentido, Affonso Celso distancia-se da corrente historiográfica do IHGB que enxergava o projeto colonizador de Portugal em terras brasileiras como marcada pela má vontade. Podemos mencionar o trabalho do Visconde de São Leopoldo, *Programa Histórico: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de*

ilustração, que em diferentes épocas se manifestam em nosso continente (1839), em que afirma que teria a metrópole boicotado a colonização brasileira, por reconhecer a sua superioridade, ainda que em potência. O resultado desta insegurança foi uma administração despótica, onde não foram ofertadas iniciativas de desenvolvimento da colônia pelo baixo investimento em indústria e criação de faculdades. A colonização portuguesa mostrara-se ineficiente pela própria condição de Portugal, considerada pelo Visconde de São Leopoldo como uma nação intelectualmente atrasada.

Cabe lembrar que o entendimento do Conde de Ouro Preto se coaduna com a visão de que o uso de degredados para a colonização brasileira não constituiu um elemento negativo na formação do povo brasileiro. Em sentido contrário, temos, por exemplo, Gonçalves Dias (1867) que enxergou no envio de degredados a origem de grandes problemas da sociedade brasileira, em razão da imoralidade destes elementos humanos, capaz de contaminar as qualidades dos nativos brasileiros e oferecer-lhes obstáculos para o seu enquadramento no mundo civilizado. (RODRIGUES, 2001: 98).

A mestiçagem também é apresentada como um fato positivo em nossa história por Affonso Celso, tendo sido um importante elemento para o aumento da nossa população e para a disposição de mão-de-obra durante o período colonial, mostrando-se como uma alternativa para a ocupação de terras, uma estratégia positiva da colonização portuguesa. Como ressaltado pelo autor, o casamento de brancos com índias chegava a ser incentivado pela legislação portuguesa, de forma a tornar a miscigenação uma prática natural. Os contatos entre as raças teriam tornado o mestiço dotado de altas aptidões físicas e intelectuais, apesar de ressaltar a superioridade do elemento branco português. Quanto aos negros e indígenas, já nos ocupamos na seção anterior sobre sua representação dentro do discurso ufanista do autor. Retomaremos agora à apresentação de Affonso Celso sobre a história brasileira.

O nono motivo de orgulho nacional apresentado por Affonso Celso é a ausência de derrotas e humilhações em suas empreitadas militares: “Em quatro séculos de história, o número de suas vitórias militares supera sobremaneira o de seus desastres. Estes, sobre escassos e honrosos, nenhuma consequência aviltante produzira.” (CELSO, 1901: 89). Em seguida o autor enumera diversos conflitos da história brasileira, do século XVI ao

XIX.⁷⁰ Maior ênfase é dada aos conflitos pós independência⁷¹, à Batalha de Ituzaíngo⁷² e à Guerra do Paraguai⁷³.

Decorrente do caráter nacional do povo brasileiro, resultado da mestiçagem e de sua história, deriva o décimo motivo de orgulho nacional, para o Conde de Ouro Preto: o procedimento cavalheiresco e digno para com outros povos. O Brasil é apresentado como um país que nunca humilhou outras nações, revelando sempre um tratamento digno mesmo em difíceis circunstâncias. Na América do Sul, teria lutado pela independência do Uruguai e do Paraguai e colaborado para a queda de regimes tirânicos em seus territórios, não exigindo pagamento ou imposto medidas arbitrárias aos vencidos após o fim do conflito. Desta forma, as relações internacionais brasileiras seriam marcadas por um procedimento “(...) que observa em tudo um homem de bem” (CELSO, 1901: 118). O Brasil nunca teria se envolvido em guerras de conquista, tendo entrado em conflitos apenas quando o recurso do arbitramento não logrou êxito.

O Brasil, na concepção de Affonso Celso era um – país dotado de uma natureza bela e incomparável, povo único detentor de excelente caráter nacional e possuidor de uma história invejável – e era capaz de oferecer um campo de investigação invejável. Para Affonso Celso àquele que se dedicar a estudar as coisas brasileiras, não iria faltar-lhe honras ou satisfações. Às glórias a serem colhidas no Brasil o autor atribui o décimo motivo de superioridade brasileira. O interior do território nacional ainda contava com

⁷⁰ “Resumindo: nos tempos coloniais, batemos aqui sempre os franceses, expulsando-os do Rio e do Maranhão, conquistamos-lhes a Goyana; vencemos os ingleses em Santos, no Espírito Santo e no Amazonas; expelimos os holandeses do mesmo, Amazonas, do Maranhão, do Pernambuco; derrotamos repetidas vezes os espanhóis; triunfamos na Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru. Brasileiros contribuíram para a queda do grande Guerreiro de século XIX. Até na África colheram louros as armas brasileiras” (CELSO, 1901: 95).

⁷¹ “Independente, empenhou-se o Brasil em cinco guerras: a de 1822, a de 1851, e as de 1864 a 1870. Saiu-se em todas com galhardia. Nunca a sua bandeira se arriou diante de outra; jamais seus inimigos celebraram vitória final” (*Idem*: 97).

⁷² “Esta batalha, travada a 20 de Fevereiro de 1827, entre os argentinos, comandados pelo General Carlos D’Avelar, e os brasileiros, chefiados pelo Marquês de Barbacena, não foi uma vitória para os primeiros, como tem assoalhado escritores mal informados ou interesseiros em ambos os países” (*Idem*: 102)

⁷³ “De fato, vencedor após ingentes sacrifícios, satisfeito com a desafronta de seus bríos, contentou-se o Brasil com os limites que já tinha desde o século XVIII; restituiu as propriedades e valores apreendidos; concorreu decisivamente para a abolição do cativo no país que ocupava; jamais cobrou contribuição de guerra, nem sequer indenizações indevidas a brasileiros espoliados; manteve forças em Assunção, efetuada a paz, para sustentarem a autoridade do governo proclamado; constituiu-se garante da independência do Paraguai (...). Onde, nos fastos humanos, maior galhardia na luta e maior magnanimidade na vitória?!” (*Idem*: 110).

diversas áreas inexploradas, com imensas e belas riquezas aguardando por serem descobertas. A procedência dos indígenas brasileiros ainda seria uma questão não resolvida, uma vez que “Abandonou-se a hipótese de que formavam uma só raça, com uma língua geral – o tupi-guarani – única regularmente estudada. Vão-se descobrindo várias raças absolutamente distintas entre si” (CELSONO, 1900: 120). A fauna e flora brasileiras apresentavam peculiaridades ainda não explicadas. Desta forma, o nosso país oferecia diversos temas dignos de serem estudados pelas mais diversas áreas da ciência. Conclui o autor:

Quantas interessantes questões etnográficas, antropológicas, geológicas, filosóficas, históricas, botânicas, zoológicas, dignas de absorverem os doutos, capazes de conferirem a quem as estudar a mais pura imortalidade. Que vasta e convidativa seara de glórias! (*Idem*: 121).

Todos estes elementos seriam comprobatórios do décimo primeiro motivo da superioridade do Brasil: a sua história. Contra as alegações de não abundarem feitos extraordinários em nosso passado nacional, também não haveria aqueles de natureza deprimentes ou vergonhosas. Dentre os acontecimentos dignos de nota, Affonso Celso aborda a questão da colonização portuguesa, suas principais características e benfeitorias para o país. Quatro temas de nossa história são enumerados como dignos de celebração épica por nossos compatriotas: (i) os jesuítas; (ii) os bandeirantes; (iii) a guerra holandesa e a (iv) guerra dos Palmares. A atuação dos jesuítas, os movimentos das Entradas e Bandeiras e a opinião do autor quanto à colonização portuguesa foram temas já abordados nesta seção. Passemos à exposição dos demais.

Situada na parte superior do Rio São Francisco, no estado de Alagoas, a República de Palmares é apontada por Affonso Celso como a mais genuína manifestação do espírito independente e laborioso do negro ao longo de nossa história. É representada como uma comunhão de homens livres, organizada regularmente por milhares de indivíduos, em sua maioria negros fugidos do cativeiro e homens de cor foragidos da justiça (*Idem*: 143). O autor prossegue, descrevendo o local, sua organização social e seu cotidiano. Apesar de ter sido destruída pelo governo metropolitano, sua existência e história são dignas de serem lembradas pelos brasileiros como motivo de orgulho nacional.

A guerra contra os holandeses, entre 1624 e 1654, é nomeada pelo Conde de Ouro Preto, como a Ilíada brasileira, sendo mostra da perseverança e heroísmo do tipo nacional

brasileiro. Após uma descrição dos principais eventos desta fase de nossa história, Affonso Celso afirma que este foi o primeiro conflito em que pudemos observar em ação todos os elementos que formam o brasileiro:

É o português, representado por João Fernandes Vieira que manda incendiar as canaviais de sua propriedade para tirar recursos ao inimigo e a quem o Papa Leão X confere o título de restaurador do catolicismo na América, cabeça da revolta, tipo do colono laborioso e rijo; é o índio Camarão, simbolicamente desaparecido antes do triunfo final; é o negro Henrique Dias, dez vezes ferido, prestativo, incansável, paciente e denodado; é o brasileiro André Vidal de Negreiros, representando o produto da integração desses três elementos – generoso, desprendido e altivo.” (*Idem*: 153).

O último grande evento de nossa história apresentado por Affonso Celso em sua proposta ufanista é a Independência do Brasil. O autor é partidário da tese de que o país deixou de depender da metrópole em 1808, quando a corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro. Os acontecimentos do ano de 1822 apenas viriam a confirmar a separação de nossa terra de Portugal. “Por conseguinte, foi o Brasil o primeiro país da América Latina que adquiriu autonomia.” (*Idem*: 161). O próprio 7 de setembro de 1822, dia em que de fato deu-se a separação da metrópole por ocasião da independência, é mostrado como um resultado de uma longa série de grandes atos, mostras da energia, perseverança e civismo de nossa gente.⁷⁴ Contra a acusação de ter o Brasil comprado sua independência, frente ao pagamento no valor de dois milhões de libras esterlinas para Portugal, Affonso Celso responde ter sido a quantia paga como um ajuste de contas, em razão das construções realizadas pela antiga metrópole em nossas terras. Apesar de ter podido tornar-se independente sem o pagamento desta indenização, Affonso Celso acredita que o nosso governo teria agido corretamente, de forma a resolver a situação com a nossa Pátria Mãe de forma cordial e cavalheiresca (*Idem*: 166).

⁷⁴Dentre estes atos, Affonso Celso aponta os acontecimentos de Abril de 1821, onde D. Joao VI confia a D. Pedro I a administração e governo supremo e provisório do reino do Brasil; 23 de maio de 1821, onde D. Pedro I decreta a liberdade de imprensa, antecipando o regime constitucional; 9 de janeiro de 1822, ocasião em que D. Pedro declara permanecer no Brasil em desobediência formal à imposição das cortes portuguesas; 21 de fevereiro de 1822, onde D. Pedro proíbe a execução no Brasil, sem a sua sanção, de ordens e leis das cortes portuguesas; 3 de junho de 1822, onde é convocada uma assembleia legislativa e constituinte incumbida de organizar a constituição pela qual deveria reger-se o território brasileiro. (CELSO, 1900: 164).

3.4 – “Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir”. O ufanismo inserido na produção intelectual de Affonso Celso.

Foi belo o quinhão que nos coube. Outros povos apenas se avantajem ao nosso naquilo que a idade secular lhe conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil (CELSO, 1900: 191).

Em conjunto, os onze motivos de superioridade brasileira em frente às demais nações, capazes de conferir ao país a primazia sobre os demais países do globo, compõem os argumentos do ufanismo desenvolvido e propagado por Affonso Celso. Invejar outras nações e não se ufanar, ou nutrir orgulho, por ter nascido brasileiro, era o mesmo que demonstrar ingratidão para com a Providência Divina.

Apesar de outras nações apresentarem-se como superiores, em termos culturais, intelectuais, econômicos e militares, a vida do povo brasileiro seria mais tranquila e fraternal. Todas as supostas superioridades dos outros povos poderiam ser atingidas pelo Brasil, no transcurso do tempo e com o esforço da nação: “Nada disso nos é inacessível. Exibimos títulos equivalentes para merecer o respeito, a estima e a admiração universais” (*Idem*: 192). Todos os motivos de orgulho nacional apresentados por Affonso Celso deveriam comprovar que “há em ser brasileiro o gozo de um benefício, uma vantagem, uma superioridade” (*Idem*: 193).

Ao abordar os perigos capazes de ameaçar o futuro e o progresso do Brasil, Affonso Celso os apresenta como solúveis ou evitáveis. Diversamente dos países europeus, o Brasil não vivia sob um constante estado de risco de conflito com seus vizinhos. Apenas dois receios figuravam como possíveis obstáculos frente aos gloriosos destinos do país e ambos se apresentam cada vez mais como riscos reais caso a administração nacional continuasse nas mãos de governos (*Idem*: 194). Os receios de Affonso Celso eram a separação do território nacional em vários Estados e a intervenção nos negócios nacionais por alguma potência estrangeira. Este é o primeiro momento dentro do discurso ufanista em que o autor efetua uma crítica direta à forma republicana de governo.

Neste ponto a tonalidade da narrativa de Affonso Celso é díspar se compararmos o ufanismo com outras de suas obras analisadas neste trabalho. Em *Porque me ufano do meu país*, o autor afirma não ser o primeiro risco, acima mencionado, alarmante, naquele

momento, por ser a tendência humana nacional voltada para as grandes aglomerações, bem como pela inexistência de antagonismos entre as partes que compõem o nosso território: “O Brasil é perfeitamente harmônico, homogêneo, material e moralmente, pelo lado social e pelo lado étnico, pois nele se cruza, e se fundem todas as raças. Lucraremos (...) em permanecer um vasto conjunto (...)” (*Idem*: 194).

No capítulo anterior, mostramos como o autor ilustrava o risco da fragmentação territorial nos primeiros anos da década republicana como uma ameaça real. Em suas obras, *Guerrilhas* (1895) e *Contraditas Monárquicas* (1896), Affonso Celso acusou o novo governo e a Constituição de 1891 - devido ao aumento da autonomia municipal e estadual - como causas dos movimentos separatistas e pelos levantes ocorridos no território nacional, a exemplo de Canudos e da Revolução Federalista. Todavia, estes elementos não são encontrados em sua narrativa ufanista.

A verdadeira ameaça, segundo o Conde de Ouro Preto, era a possibilidade de uma intervenção estrangeira em solo nacional. O país não estaria a salvo do movimento de expansão das nações mais avançadas, como as investidas que levaram a França a ocupar Madagascar, e os Estados Unidos as Filipinas. Uma vez que o Brasil não dispunha dos mesmos recursos materiais e militares destes povos, Affonso Celso recomenda a atuação prudente e cavalheiresca nas relações internacionais, conforme enunciam os excelentes predicados que compõem o povo brasileiro. Desta forma, não deveriam ser fornecidos pretextos ou ocasiões, de forma a focar sem adquirir a força moral, baseada na dignidade e honra, elementos capazes de inspirar a confiança, isto é, maior prestígio em relação aos demais países do globo. O maior remédio para prevenir este mal seria o patriotismo, uma vez que

O que constitui as nações é o sentimento do passado, a posse em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida. Depende simplesmente dos brasileiros unir e constituir o Brasil (CELSO, 1900: 195).

Com relação ao risco de invasão do país devido a ameaças estrangeiras, Affonso Celso manifestou-se anteriormente, em *Guerrilhas* (1895). Frente a um inimigo externo deveriam as divisões sociais resultantes de paixões políticas desaparecerem, de modo a não haver monarquistas ou republicanos, mas apenas brasileiros, unidos, solidários, compactos e dedicados a repulsarem a ameaça (*Idem*: 235). Independentemente da forma

de administração adotada, caberia ao governo atuar com energia no cumprimento de seus deveres, a partir da manutenção e segurança da soberania nacional.

Contra as ameaças oriundas do Velho Mundo e dos Estados Unidos da América, é dado relevo à necessidade de os países latino-americanos manterem a coesão de seu território nacional: “Aos países sendo-latinos, ainda aos perfeitamente homogêneos, (...)importa estreitar cada vez mais os laços dessa coesão e nunca dispersá-los e enfraquecê-los.” (*Idem*: 242). Desta forma, propõe Affonso Celso uma união das nações latinas do continente americano, capaz de proteger os associados contra qualquer opressão, manter a paz e segurança de seus pares, tendo em vista o isolamento geográfico em que se encontram inseridos (*Idem*: 242 e 243). Os povos latinos contariam com provas de força em sua história, principalmente por seu processo de independência frente ao Velho Mundo; elementos que seriam justificadores desta união:

Os seus Estados atuais foram colônias que se emanciparam lutando com as pujantes metrópoles e derrotando-as. O Brasil expulsou os holandeses; o México os Franceses; A Argentina, sob a ditadura de Rosas, os mesmos franceses e os ingleses; o Peru e o Chile, depois de autônomos, a esquadra espanhola, que tentou intimidá-los (CELSONO, 1895: 244).

Por fim, o último capítulo da obra *Porque me ufano de meu país* (1900) é dedicado a abordar a questão do futuro do país. Com todos os elementos que possui, poderia o Brasil caminhar desassombrado rumo ao progresso. O país era destinado a desempenhar grandes papéis nos negócios humanos. Apesar da grandeza não derivar apenas da posse de dons valiosos, mas do seu sábio aproveitamento, Affonso Celso especula que o aperfeiçoamento há de vir a partir da educação. Muito já havia sido conquistado ao longo do século XIX. Porém, o povo brasileiro podia alcançar ainda mais, levando sua Pátria a se tornar , até mesmo e em pouco tempo, a 2ª potência do Novo Mundo, a 1ª da América do Sul, a 1ª em extensão territorial e a 3ª maior população da raça latina (1900: 231).

Por ser detentor de todos estes predicados nacionais, o brasileiro jamais pode desanimar frente às dificuldades que surgissem. O seu dever era o de confiar em um futuro glorioso sempre. A esperança, assim, é apresentada por Affonso Celso não apenas como uma virtude, mas também como uma obrigação cívica. Portanto, devem os brasileiros ufanarem-se de quem são e mostrarem-se dignos das vantagens e benefícios que assolam

suas terras na execução de seus deveres. Desta forma, os brasileiros deveriam ter confiança, tanto em si, quanto no futuro do Brasil:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só saíra grandiosa conclusão. Confiemos em nós mesmos, confiemos no porvir, confiemos sobretudo em Deus, que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. (*Idem*: 199).

Os elementos de orgulho nacional enumerados por Affonso Celso em *Porque me ufano de meu país* levou Dante Moreira Leite a considerar sua obra como uma súpula nacionalista, pois engloba temas que constituem o fundamento do nacionalismo: tais como a descrição da terra, o orgulho do passado, o desejo de uma vida comum no futuro, o elogio de características peculiares do povo em oposição às características supostamente inferiores de outros povos (2007: 258). Com relação à descrição da história brasileira, segundo Dante Moreira Leite, Affonso Celso não apenas incorporou muitos dos discursos elaborados pelo IHGB ao longo do século XIX, como também exaltou proeminentes figuras nacionais como motivos de orgulho nacional e exemplos a serem seguidos pelos brasileiros, sendo o maior modelo D. Pedro II. Nota-se, também, que o autor não inseriu nenhum republicano em sua lista de personalidades merecedoras da admiração popular, de forma coerente com sua postura de defensor da causa monarquista.

No mesmo sentido, Marilena Chauí aponta para a existência de outro elemento capaz de comprovar o teor nacionalista contido no ufanismo de Affonso Celso: as glórias a serem colhidas em nosso território; tudo o que no país, por seu tipo humano e por sua história, fosse capaz de oferecer algo aos acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento. Fomentar o desenvolvimento de uma elite cultural sólida era um dos requisitos modernos para que um país fosse considerado como uma nação entre os povos civilizados. Desta forma, ao mostrar as potencialidades do território nacional para o incremento das diversas áreas do saber humano, o autor estava, assim, preenchendo um dos princípios de nacionalidade necessários para qualificar o Brasil como um país civilizado no mundo ocidental de início do século XX (2000: 54).

No início deste capítulo, vimos que para José Murilo de Carvalho (1998: 6 e 7) o único mérito de Affonso Celso, ao desenvolver sua proposta ufanista, teria sido o de sistematizar de forma didática as razões do orgulho nacional baseadas nas belezas, riquezas naturais e no caráter nacional. Por outro lado, Moreira Leite sustenta que o

discurso excessivamente otimista, ingênuo e parcial de Afonso Celso em sua obra se deve ao fato de estar este autor fechado em sua classe social e na região litorânea do país, e assim ignorava as dificuldades de outras classes e regiões do país, o que possibilitou discorrer sobre ser o Brasil um país de facilidades.

Discordamos destas duas colocações. Destarte, é possível observar, nas seções anteriores, que Affonso Celso não era um intelectual restrito ao litoral brasileiro, tendo realizado diversas viagens para o interior, principalmente na década de 1880 quando ia para o interior de Minas Gerais buscar votos de eleitores para que pudesse ser eleito como Deputado - fatos narrados em *Oito anos de Parlamento* (1901). O autor publicava constantemente em diferentes jornais e revistas, bem como lia diferentes fontes de informações, como observamos na análise de *Guerrilhas* (1895), *Contraditas monárquicas* (1896) e *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil* (1897); livros em que constam notícias de jornais de diferentes regiões do país.

Maria Helena Bastos, por sua vez, aponta que Affonso Celso não faz referência em *Porque me ufano do meu país* (1900) às mazelas que afligiam o Brasil na transição do século XIX para o XX; como as elevadas taxas de analfabetismo, epidemias, catástrofes e as consequências da escravidão. Quando fala desta última, o intelectual relativiza suas consequências e procura demonstrar o processo “pacífico, natural e em pé de igualdade” que foi a incorporação da população escrava na sociedade brasileira após 1888. Desta forma, a autora afirma que o autor pintou o quadro trágico da realidade nacional com muitas cores, de forma a nuançar os problemas nacionais ao leitor, (BASTOS, 2002: 11). Nas palavras da autora:

O ufanismo de Affonso Celso passa uma visão ingênuo, romântica, apaixonada, extravagante e irreal da situação brasileira, representativa de uma fantasia de Brasil das elites; na busca de uma identidade nacional espelhada na diferença das qualidades de um universo cultural formado pela importação de cânones estrangeiros. (*Idem*: 14)

Como afirmamos anteriormente, estas análises sobre o ufanismo de Affonso Celso não têm em conta a sua produção intelectual anterior, bem como o contexto em que foram produzidas. Desta forma buscaremos, agora, integrar a proposta ufanista deste intelectual

ao conjunto de sua produção literária, com o intuito de verificarmos qual era o projeto político existente por trás do livro *Porque me ufano de meu país*.

Antes de mais nada, cabe sempre lembrar que por trás de toda narrativa há um autor, que escreve em um determinado contexto histórico capaz de influenciar sua vivência pessoal. Na primeira parte deste trabalho, analisamos o impacto da Proclamação da República brasileira na vida pessoal de Affonso Celso. Apresentado pelo próprio autor estudado como o primeiro motivo da mudança de sua posição política, podemos afirmar que o exílio, vivenciado entre 1889 e 1891, foi um trauma em sua vida; acontecimento que gerou um ressentimento para com o novo regime republicano. (ADAMEC, 2014). Somou-se a isso, o evento do assassinato de seu amigo, o coronel Gentil de Castro, em 1897, em que o autor e seu pai tiveram suas vidas ameaçadas. Desta forma, a produção intelectual analisada neste trabalho pode ser vista como representativa de um discurso em que o autor busca atribuir sentido em sua vida, frente à uma carência de orientação na vida prática desencadeada por uma ruptura temporal em sua realidade: o fim da monarquia. (RÜSEN, 2015).

Ainda no primeiro capítulo, ressaltamos que muitas das obras de Affonso Celso são dotadas de elevada carga emocional e subjetiva; elementos característicos de escritos autobiográficos. Ao analisarmos este tipo de documento, é importante ter em mente, conforme lembra Calligaris (1998: 45), que a verdade que importa cada vez mais é a que está no sujeito, no foro íntimo de quem escreve, de onde se presume que provenham tanto a fala quanto a escrita. Neste sentido, o estudo de fontes dotadas de elementos autobiográficos supõe por definição que a sinceridade do autor conte mais do que a veracidade dos fatos.

Em seguida, abordamos as razões institucionais, políticas sociais e econômicas, que levaram o autor a mudar de posição política. Destarte apresentamos as diferentes utopias republicanas nas décadas que antecederam a Proclamação da República e as principais bandeiras republicanas defendidas por Affonso Celso enquanto republicano, deputado parlamentar e membro do Partido Liberal. Os primeiros anos da República brasileira frustrou muitas das expectativas dos intelectuais que até então defendiam o advento da nova forma de governo.

Após desiludir-se com a administração republicana no início da década de 1890, Affonso Celso formulou em sua produção intelectual suas principais críticas: a forma como foi feita a República, a diferença prática entre as administrações Imperial e Republicana, e a superioridade do sistema parlamentar frente ao presidencialista. É principalmente em suas obras *Guerrilhas (1895)*, *Contraditas monárquicas (1896)*, *Aos monarquistas (1895)*, *Sexta these oficial (1914)* e *Oito anos de Parlamento (1901)* que Affonso Celso irá se dedicar a criticar a realidade social brasileira e, mais especificamente, o regime republicano.

A República inaugurada a 15 de Novembro de 1889 não era a forma de governo imaginada por ele ou pelos intelectuais republicanos da geração de 1870 (1896: 94). A nova instituição, originada de um golpe militar, não possuía raízes históricas no Brasil. A bancarrota proporcionada pela nova administração, principalmente na área econômica, teria arrasado a pátria, deixando-a em ruínas (1895: 88 e 89). Apesar de ter sido republicano na década de 1880, a história teria lhe provado o contrário: os brasileiros estavam melhores sob os cuidados da monarquia (*Idem*: 294). Todos estes elementos levaram o Conde de Ouro Preto a mudar seu posicionamento político.

Em *Aos Monarquistas (1893)* e *Contraditas Monárquicas (1893)*, o autor clama para que os monarquistas se organizem. Apesar de ter defendido inicialmente como o mais eficaz meio de oposição à nova ordem seria o silêncio, para não causar embaraço à nova administração, deixando-lhe plena liberdade de ação, para que demonstrasse mais rápido a sua impotência e má gerência dos assuntos nacionais.

Como evidenciado anteriormente, a Constituição de 1891 vetava determinadas reformas, especialmente àqueles que buscassem alterar a forma republicana federalista de governo. Affonso Celso viu este elemento como antiliberal e antidemocrático. Seria ele uma barreira à atuação de opositores, dentre eles os monarquistas, na vida política nacional, pois não poderiam atingir algumas reformas almejadas. Como vimos, Affonso Celso afirmou que não almejava retornar à vida política, devido ao seu temperamento e predileções. As letras eram a sua predileção, ou seja, a vida acadêmica (1891).

As produções de Affonso Celso dos primeiros anos da República já evidenciavam a existência de um projeto por ele defendido. Sua árdua crítica ao regime republicano era fundamentada no desejo de retorno da monarquia. Desta forma, o discurso contido em

suas obras deve ser visto como uma atuação política de um intelectual engajado. Um intelectual desiludido e, também, ressentido.

Mesmo com a publicização de suas críticas a elencar, de forma didática, as principais mazelas perpetradas pelo novo regime, a República ainda se encontrava de pé em fins da década de 1890, para o desgosto do intelectual oposicionista. Pior: encontrava-se mais estabilizada e institucionalizada do que nos primeiros anos, em razão do êxito da política empreendida por Campos Sales a partir de 1908.

O povo, composto por aqueles cada vez mais marginalizados e excluídos - política, social e economicamente - do novo cenário republicano, parecia inerte aos clamores do intelectual. O sonho do retorno da monarquia brasileira, sob um futuro reinado da Princesa Isabel, parecia cada vez mais distante. Seu projeto político parecia estar cada vez mais distante de ser concretizado na sociedade brasileira. O povo, numeroso, não possuía condições de erguer-se, pois desprovido de elementos morais e cívicos capazes de os direcionarem à vida pública.

Neste contexto, é que deve ser compreendido o discurso ufanista de Affonso Celso e o seu projeto político. Sua obra *Porque me ufano de meu país* dá seguimento à defesa da causa monarquista no cenário na Primeira República Brasileira. As suas lições de patriotismo, civismo e moral almejavam a educação dos jovens brasileiros, sobretudo aqueles em idade escolar. Impossibilitado de atuar politicamente, por enxergar entraves constitucionais na participação dos monarquistas, e possuindo predileção pelas letras. Foi na educação cívica que este intelectual encontrou o meio para professar sua fé monarquista.

O foco em elementos naturais do país como motivos de orgulho nacional pode ser visto como uma fuga da realidade política daqueles tempos, uma vez que para Affonso Celso, o novo governo republicano não deveria ser alvo de admiração da população brasileira. Os predicados do caráter nacional do povo brasileiro, originários da mescla das raças branca, indígena e negra – mostravam a população como naturalmente boa. Desta forma, o povo brasileiro, potencialmente bom devido aos seus atributos naturais, contaria com a sorte de se encontrar em um país com uma natureza rica e capaz de permitir ao Brasil o seu desenvolvimento e inserção no cenário internacional. Uma natureza rica e um povo potencialmente bom. Um povo potencialmente capaz de desenvolver o seu país

rumo a futuro civilizador. Contudo, carente de uma educação moral e cívica; e carente de um governo capaz de levar o país rumo ao progresso alardeado pelos povos civilizados modernos.

Em *Porque me ufano de meu país*, Affonso Celso elabora um discurso em que põe novamente o seu projeto político em relevo, mas por outros canais. Abandonando a crítica direta e árdua ao novo governo republicano, sua fala agora – aparentemente - ingênua, exagerada e, muitas vezes, romântica, teria a missão de educar o povo brasileiro, com o intuito de que este percebesse que o sistema monarquista era preferível ao republicano e mais capaz de realizar as potencialidades nacionais.

Desta forma, neste livro, Affonso Celso não estava dialogando com seus pares como afirmado por ele mesmo. O seu intuito foi sistematizar e tornar acessíveis ensinamentos capazes de edificar moralmente os jovens brasileiros através da enumeração de elementos que considerava dignos de orgulho nacional. Esta obra não contava com espaço para críticas contra o novo regime republicano, não ao menos de forma direta e aberta. Estas críticas já haviam sido assinaladas em diferentes obras, ao longo da década de 1890 e posteriormente em 1914. Frente a uma realidade nacional, onde o país estava em decadência, devido à uma má administração republicana, o melhor seria desenvolver entre os brasileiros motivos de orgulho nacional, pautados por uma natureza, dada, objetiva, dotada de riquezas capazes de levar o Brasil novamente rumo ao progresso, com um povo dotado de nobres predicados devido à mistura dos melhores predicados das três raças, e detentores de um passado glorioso, apesar de viverem em um presente desastroso.

Affonso Celso de Assis Figueiredo Junior foi um republicano na Monarquia, e um monarquista na República. Mostrou-se um intelectual liberal engajado, sempre atuando como um opositor. A mudança de sua ideologia política foi marcada por razões subjetivas - traumas pessoais que o levaram a um ressentimento para com o regime republicano – e institucionais, políticos, econômicos e sociais – que o fizeram repudiar a forma republicana de governo e mudar de posicionamento político, mas não ideológico. O seu pensamento ufanista e sua produção intelectual, como um todo, são manifestações criativas de atribuição de sentido e significado à sua existência pessoal, onde suas experiências e expectativas estavam em constante mudança.

Considerações Finais

A presente dissertação se propôs a explorar certa lacuna existente na historiografia brasileira referente aos estudos realizados Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, o Conde de Ouro Preto. Com o intuito de ir além do discurso ufanista desse intelectual, contido em sua obra *Porque me ufano de meu país* buscamos verificar qual era a proposta política contida na produção intelectual deste sujeito histórico, a partir de uma maior amostragem de suas obras. Neste sentido, ao analisarmos a narrativa ufanista deste autor, inserida dentro da cadeia de sua produção intelectual durante a primeira década republicana, podemos afirmar que seu pensamento é mais complexo e diversificado do que é costumeiramente apresentado pela historiografia nacional.

Não foi nossa intenção realizar uma biografia de Affonso Celso. Também não nos propusemos a realizar uma completa trajetória intelectual desta figura. Esperamos, no futuro, realizar esforços neste sentido, com o objetivo de verificar os autores que influenciaram a sua formação e realizar o levantamento de toda sua produção acadêmica para que seu itinerário acadêmico possa ser mapeado.

Para Carlo Romani, os trabalhos historiográficos baseados em escritos autobiográficos devem aproximar a escrita sobre uma história individual com aquela da época narrada, de modo a fazer dessa história individual uma narrativa daquela História, científica, e nem por isso menos relevante. Tradicionalmente, a nossa ciência não lida com indivíduos isoladamente, e sim com homens e mulheres vivendo em sociedade. A história da vida de alguém por si só pode interessar a um público leitor curioso, mas não interessa, a priori, ao debate historiográfico; a não ser que se aprofunde em questões específicas de uma área temática da história que possam emergir da vida do sujeito pesquisado (2016: 3 e 8).

Pela natureza de suas obras, dotadas de elevada carga subjetiva e emocional, elegemos o referencial teórico que versa sobre escritas autobiográficas. Os livros de Affonso Celso não são autobiografias em sentido estrito, uma vez que sua vida não é o objeto direto de análise de nenhum de seus trabalhos. Contudo, ao assinalar como suas experiências de vida moldaram suas escolhas epistemológicas e criativas na elaboração de seus textos históricos, Affonso Celso nos deu indícios de serem seus escritos um processo de subjetivação, visto como uma “produção de si” (GRECCO: 2005,43).

Os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 foram traumáticos em sua vida, representando uma ruptura temporal em sua vida prática humana (RUSEN, 2015). Neste diapasão, sua produção intelectual pode ser analisada como uma forma de atribuir um novo significado à sua existência em uma realidade distante da anterior. Sua escrita também seria importante para defender e legitimar sua mudança de posição política, bem como pode ser vista como uma reação criativa frente a um ressentimento gerado por uma falta de reconhecimento identitário (ADAMEC, 2014).

Sobre a questão do ressentimento, Edward Said discorre sobre o instituto do exílio político, e o sofrimento dele decorrente. Afirma que é equivocada, apesar de bastante difundida, a concepção de que ele significa um corte total, um isolamento, uma separação desesperada do intelectual de seu lugar de origem:

Não seria nada mau se esse corte fosse feito com precisão cirúrgica, porque então o exilado teria ao menos o consolo de saber que tudo o que foi deixado para trás é, em certo sentido, impensável e completamente irrecuperável. Para a maioria dos exilados, a dificuldade não consiste só em ser forçado a viver longe de casa, mas sobretudo, e levando em conta o mundo de hoje, em ter de conviver o tempo todo com a lembrança de que ele realmente se encontra no exílio, de que de fato sua casa não está tão distante assim, e de que a circulação habitual do cotidiano da vida contemporânea o mantém um contato permanente, embora torturante e vaio, com o lugar de origem. (2005: 56 e 57)

O intelectual isolado encontra-se inserido em um estado intermediário, nem todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, cercado de envolvimentos e distanciamentos pela metade. Desta forma, ele é nostálgico e sentimental. Este estado mental foi experienciado e narrado por Affonso Celso:

Vinte meses no exílio incutem saudades da terra natal nos corações mais avessos a esse sentimento. Quanto mais em mim e nos meus, para quem a lembrança do Brasil estivera sempre arraigada na mente! Não é ficção poética a nostalgia. Existe, mórbida e cruel. Conheci-lhe os cruciantes efeitos, para os quais só há lenitivo e remédio no pronto regresso à pátria. (1901: 54 e 55).

Ao retornar ao Brasil, o intelectual analisado deparou-se com o cenário desolador dos primeiros anos republicanos. Tendo traído as principais concepções republicanas sustentadas pela geração de 1870, os intelectuais brasileiros, outrora defensores ferrenhos da utopia de uma República brasileira, encontravam-se perdidos e desiludidos.

Apenas com alguns anos de funcionamento a administração republicana teria levado o país à bancarrota. Para Affonso Celso, a República seria viciada desde sua

origem. Ao optarem por um levante militar em detrimento das vias legais outorgadas pela Constituição de 1824, os republicanos radicais teriam deslegitimado o novo governo e redigido uma Constituição mais rígida e menos liberal que a anterior.

Frente ao caos e políticos da primeira metade da década de 1890, o governo imperial, representado por D. Pedro II, era apresentado pelo intelectual, como responsável pelos maiores progressos econômicos, sociais e políticos. A República, por sua vez, foi retratada como a responsável por devastar nossos recursos, arruinando nossa economia e tornando o país motivo de vergonha tanto nacional quanto internacional.

A adoção da forma presidencialista de governo teria dado origem à ditadura da maioria, de forma que a minoria eleitoral não estaria representada no governo. A forma parlamentar de governo, para Affonso Celso, instituto já conhecido em nossa pátria e história, e capaz de melhor controlar os políticos e assegurar a representatividade de minorias no governo.

Após ter realizado por anos uma oposição silenciosa, o autor convoca os monarquistas para que se organizem politicamente. Deste resultado, nasce o Partido Monarquista em 1895. O projeto político contido nas obras de Affonso Celso publicada nestes primeiros anos turbulentos da República continham um projeto político específico, que almejava restaurar o antigo regime monárquico sob a liderança da Princesa Isabel. Ao falar sobre a organização dos monarquistas, exclamaria o autor:¹ “Somos os paladinos de D. Pedro II, o Magnânimo, e de D. Izabel, a Redentora, banidos da pátria que tanto amaram e serviram. Falamos em nome de grandes espoliados.” (CELSO, 1893: 133).

Contudo, o governo Campos Sales, e a prática da conhecida “política dos governadores” pôs fim à sua aspiração da restauração em um curto espaço de tempo. Em *O Imperador no exílio (1891)*, Affonso Celso afirmou que à pátria é possível servir de diversos modos, como preparando-lhes bons cidadãos pela educação, principalmente dos filhos dos brasileiros, e mantendo a fidelidade de suas convicções. (1891: LXXXVIII).

Neste contexto, é que deve ser compreendido o discurso ufanista de Affonso Celso. Sua obra *Porque me ufano de meu país* dá seguimento à defesa da causa monarquista no cenário na Primeira República Brasileira. As suas lições de patriotismo, civismo e moral almejavam a educação dos jovens brasileiros, sobretudo aqueles em

idade escolar. Impedido de atuar politicamente, por enxergar entraves constitucionais na participação dos monarquistas, e possuindo predileção pelas letras, foi na educação cívica que este intelectual encontrou o meio para professar sua fé monarquista.

Affonso Celso mostra-se em seus textos como um amante das artes e das letras e não como um político profissional, como fora seu pai, o Visconde de Ouro Preto. Acreditando que é possível servir ao seu país de diversas formas, como pelo fornecimento de conselhos e exemplos capazes de cultivar o patriotismo e o civismo entre os brasileiros, o autor foca no cultivo do amor ao país.

É neste sentido que enxergamos a proposta ufanista de Affonso Celso. Concordamos com os autores que afirmam ser ela otimista em excesso e anacrônica. Contudo, o autor estava focado na formação dos jovens brasileiros, aqueles que ele considerava como o futuro de nossa nação. Apesar de apenas tecer elogios quanto à natureza, o povo e a história do Brasil, a partir da exposição dos motivos da superioridade do Brasil frente às demais nações, devemos nos lembrar que em suas outras obras realizou uma crítica de sua realidade histórica.

Tendo em mente o conjunto de sua produção intelectual, concluímos que Affonso Celso não era tão ufanista assim. Esta sua proposta deve ser analisada e compreendida dentro de sua produção intelectual como um todo, e isso inclui a imagem negativa do Brasil na década de 1890 durante o novo governo republicano.

Assim podemos dizer que “à Pátria é possível servir de várias maneiras” e Affonso Celso encontrou a sua.

Referências Bibliográficas

ADAMEC, Martin. *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*. Brasília, 2014. (Tese de doutorado apresentada no Programa de pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília).

ALCÂNTARA, Lúcio. “Breve memória de um parlamentar do Império”. In. CELSO, Afonso. *Oito anos de parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998, pp.1-8.

ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *Desilusão Republicana – percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto*. Florianópolis, 2018. (Tese de doutorado apresentada no Centro de Comunicação e expressão da Universidade Federal de Santa Catarina).

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora ABL, 2002

AURREL, James. “Autobiographical Texts as Hitoriographical Sources: Rereading Fernand Braudel and Annie Kriegel.” In. *Biography*, v. 29, n.3. Hawaii: Biographycal Research Center, 2006, pp. 425-445.

ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. “Amada pátria idolatrada: um estudo da obra Porque me ufano do meu país, de Affonso Celso (1900).” In. *Revista Educar*, nº20, Curitiba: Editora UFPR, 2002, pp.245-260.

BRASIL. Constituição política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. (Acesso em 29 de Junho de 2017).

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891). 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. (Acesso em 29 de Junho de 2017).

_____. “O Manifesto Republicano de 1870”. In. *Cadernos ASLEGIS*, nº 37, maio/agosto, 2009, pp. 42-60. Disponível em: <http://www.aslegis.org.br/>. (Acesso em 5 de Junho de 2017).

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUSS, Elisabeth. *Autobiographical acts: the changing situation of a literary genre*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1976.

CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos”. In. *Revista Estudos Históricos*. São Paulo: FGV/CPDOC, 1998, nº21, pp.43-58.

CAMPOS, Afonso Carlos Marques dos. “A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império.” In. *180 anos de Escola das Belas Artes: anais do Seminário EBA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei*. Brasília: UnB, 2002.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. “História Intelectual no Brasil.” In. *Topoi*, n.1, Rio de Janeiro, 2000, pp. 123-152.

_____. “O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro.” In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.13, n.38. São Paulo: outubro, 1998.

_____. *Pontos e bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. “Vida Política”. In. CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pp. 83-130.

CELSONO, Affonso. *Aos monarchistas*. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Editor, 1893.

_____. *Contradictas monarchicas*. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Editor e Livreiro, 1896.

_____. *Elemento servil: discurso proferido na sessão de 17 de julho de 1884 pelo deputado Dr. Affonso Celso Junior*. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1884.

_____. *Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Typ. Moraes, 1895.

_____. *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro (Subsídios para a história do regime republicano no Brasil)*. Paris: s/ed., 1897.

_____. *Oito Annos de Parlamento. Reminiscencias e notas*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1901.

_____. *Oito anos de Parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. *Porque me ufano de meu paíz*. Rio de Janeiro: Laemmert & c. Editores, 1900.

_____. *Sexta These: Poder pessoal do Imperador: inversão das situações políticas, os programmas dos partidos, agitação democrática*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1914.

_____. *Vultos e factos*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1896.

CELSONO, Conde de Affonso. *O Imperador no Exílio*. São Paulo: Linotipo Digital, 2013.

CERQUEIRA, Bruno de. “Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior: pequena biografia”. In. CELSONO, Conde de Affonso. *O Imperador no Exílio*. São Paulo: Linotipo Digital, 2013, pp. 207-229.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Anne Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- *CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COUTINHO, Afrânio. *Crítica e Poética*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- CPDOC-FGV/ISER. *Lei, justiça e cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/ISER, 1997.
- DIMAS, Antônio. *Bilac, o jornalista: crônicas*. São Paulo: Imesp, 2006
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1970.
- FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano I. O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República À Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FERRO, Marc. *O Ressentimento na História: Ensaio*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia*. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

FRANCO, Gustavo H. B. “A primeira década Republicana”. In. ABREU, Marcelo de Paiva (Ord.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1989, pp. 11-30.

FRANCO, Gustavo H. B e LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. “O processo econômico”. In. SCHWARCZ, Lília Moritz (Dir.). *História do Brasil nação: 1808-2010. Vol 3. A Abertura para o Mundo: 1889: 1930*. São Paulo: FUNDAÇÃO MAPFRE/OBJETIVA, 2010, pp. 173-238.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Editora Global, 2004.

FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo – Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero Sesc, 1995.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

GRECCO, Priscila Miras de Freitas. “Biografias e Autobiografias: A Construção de Si”. In. *Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos (REPV)*, n.1, dezembro de 2005, pp. 41-45.

GREENFELD, Liah. *Nacionalismo: cinco caminhos para a modernidade*. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n° 388, 1995, pp. 459-613.

_____. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da Escola Palatina ao Silogeu (1889-1938)*. Tese apresentada ao concurso público de professor titular do Departamento de História na área de Historiografia da UERJ, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: Sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERMANN, Jacqueline. “*Canudos Destruído em Nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897*”. In. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, pp.81-105.

*HERMANN, Nadja. *Hermenêutica e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Combridge: The MIT Press, 1996.

IHGB. *Homenagem à memória do Conde de Afonso Celso*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1939.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma*. Ithaca: Cornell UP, 1994.

_____. “Rethinking Intellectual History and Reading Texts.” In. LACAPRA, Dominick e KAPLAN, Steven L. (Ed.). *Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives*. Ithaca: Cornell UP, 1982: pp. 47-85.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014
- _____. “O momento oligárquico: a construção institucional da República Brasileira (1870-1891)”. In. *Revista História Constitucional*, núm. 12. Oviedo: Universidad de Oviedo, setembro, 2011.
- MARTINS, Luís. *O patriarca e o bacharel*. São Paulo: Alameda, 2008.
- *MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vols. 3 e 4. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- MARTIUS, Karl Von. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1982.
- MATTOS, Hebe. “A vida política.” In. SCHWARCZ, Lília Moritz (Dir.). *História do Brasil nação: 1808-2010. (Vol 3). A Abertura para o Mundo: 1889-1930*. São Paulo: FUNDAÇÃO MAPFRE/OBJETIVA, 2012. pp. 85-132.
- NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano I. O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República À Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 13-44.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: O Brasil entre 1870 e 1910*. São Paulo: Atual, 1998
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- PALTÍ, Elias José. “The “Theoretical revolution” in intellectual history: from the history of political ideas to the history of political languages.” In. *History and Theory*, nº53 (October), 2014, pp. 369-394.
- PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A Idéia republicana no Brasil através de documentos*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1973.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

_____. “La verbalización de um acto político”. In. _____. *Pensamiento político e historia*. Madri: Ediciones Akal, 2009, pp.49-65.

POLLACK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, pp.3-15, 1983.

POPKIN, Jeremy D. “Coordinated Lives: Between Autobiography and Scholarship.” In. *Biography: Interdisciplinary Quarterly* 24.4 (Fall 2001), pp. 781-806.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico” In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. (Vol.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. “Memórias de si, ou...”. In. *Revista estudos históricos*, n. 21. São Paulo: FGV/CPDOC, 1998, pp.35-42.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa desde o anno mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro*. Lisboa Ocidental, Officina de Joseph Antônio da Silva, 1730.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. “O amor da pátria, o amor às letras”: as origens da nação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. Brasília, 2001. (Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília).

ROMANI, Carlo. “Uma reflexão sobre biografia e subjetividade na História.” In. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 13, Ano XIII, nº1, Janeiro-Junho de 2016, pp. 1-20.

- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora UFG, 2011.
- SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. J. Magalhães Editor. São Paulo: 1930.
- SCHNEIDER; Alberto Luiz. “O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX”. In. *Projeto História*, nº 42, Junho de 2001: pp. 163-184.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (Dir.). *História do Brasil nação: 1808-2010. Vol 3. A Abertura para o Mundo: 1889: 1930*. São Paulo: FUNDAÇÃO MAPFRE/OBJETIVA, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____(org.). *História da vida privada no Brasil – república: da belle époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Hélio. *1889: a república não esperou o amanhecer*. Porto Alegre: L&PM. 2004.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Visões da política*. Lisboa: Difel, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOLOMON, Robert C. “One Hundred Years of Ressntiment: Nietzsche’s Genealogy of Morals”. In. SCHACHT, Richard (Ed.). *Nietzsche, Genealogy, Morality: Essays on Nietzsche’s on The Genealogy of Morals*. Berkeley: University of California Press, 1994.

SOUZA, Elizeu Clementino de. “(Auto) biografia, histórias de vida e práticas de formação”. In. NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. *Memória e formação de professores*. SALVADOR: EDUFBA, 2007, pp. 59-74.

TAYLOR, Charles. “The Politics of Recognition”. In. TAYLOR, Charles; GUTTMAN, Amy (Orgs.) *Multiculturalism and The Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

VELLOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1999.

ZANOTTO, G. “História intelectual e história dos intelectuais”. In. *Biblos*, n.22(1), Rio Grande do Sul, 2008, pp.31-45.